



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - REGIONAL CATALÃO  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
PROFISSIONAL – PPGH-MP



**ANA PAULA FLORISBELO DA SILVA**

**“UNA PATRIA, UN ESTADO, UN CAUDILLO”:** A CONSTRUÇÃO DA  
NARRATIVA HISTÓRICA FRANQUISTA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA  
(1936-1939)

**CATALÃO – GO**

**2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese

#### 2. Nome completo do autor

Ana Paula Florisbello da Silva

#### 3. Título do trabalho

**“UNA PATRIA, UN ESTADO, UN CAUDILLO”**: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA FRANQUISTA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939).

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Marta Grisolio, Orientadora**, em 28/09/2021, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA FLORISBELO DA SILVA, Discente**, em 28/09/2021, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2377515** e o código CRC **6A62C246**.

Referência: Processo nº 23070.048943/2021-28

SEI nº 2377515



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - REGIONAL CATALÃO  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
PROFISSIONAL – PPGH-MP



**ANA PAULA FLORISBELO DA SILVA**

**“UNA PATRIA, UN ESTADO, UN CAUDILLO”: A CONSTRUÇÃO DA  
NARRATIVA HISTÓRICA FRANQUISTA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA  
(1936-1939)**

Texto de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional – PPGH-MP da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Lilian Marta Grisolio.

Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Práticas Educativas

**CATALÃO – GO**

**2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Ana Paula Florisbelo da  
"Una Pátria, una España, un Caudillo" [manuscrito] : A construção da narrativa histórica franquista durante a Guerra Civil Española (1936-1939). / Ana Paula Florisbelo da Silva. - 2021.  
92 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Lilian Marta Grisolio.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação em História (profissional), Catalão, 2021.  
Bibliografia.  
Inclui lista de figuras.

1. Guerra Civil Española. 2. Educação. 3. Narrativa Histórica. 4. Ditadura Franquista. I. Grisolio, Lilian Marta, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº **98** da sessão de Defesa de Dissertação de **Ana Paula Florisbello da Silva**, que confere o título de Mestra em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração em História.

Aos **vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte um**, a partir da(s) **14h00m, remotamente**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: **“UNA PATRIA, UN ESTADO, UN CAUDILLO”**: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA FRANQUISTA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939). Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Lilian Marta Grisolio - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em transição)** “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência” com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Wanderson Fábio de Melo - (IHS - UFF Rio das Ostras)**, membro titular externo; “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência”, Professora Doutora **Juliana Pereira de Araújo - (PPGEDUC/FAE/UFG/UFCAT em transição)**, membra titular externa “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência”. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A banca sugeriu adequação no resumo, inclusão da palavra chave educação e ajustes gerais de revisão. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professora Doutora **Lilian Marta Grisolio**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte um**.

## TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Marta Grisolio, Orientadora**, em 28/09/2021, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wanderson Fabio de Melo, Usuário Externo**, em 28/09/2021, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Pereira De Araújo, Professor do Magistério Superior**, em 28/09/2021, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2378741** e o código CRC **50DD31B4**.



“A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada.”

(Karl Marx – O 18 Brumário de Luís Bonaparte)

**Resumo:** A violência perpetuada na Espanha durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), e a tragédia que o conflito significou para a história do país, pode ser exemplificada com o seguinte dado quantitativo: a Espanha está em segundo lugar no ranking mundial de pessoas desaparecidas, enterradas em valas comuns com ossadas não identificadas. Buscando compreender como tamanha violência foi justificada por parte do bando rebelde, influenciando posteriormente na legislação educacional, o presente trabalho objetiva, utilizando como fonte o jornal de direita *La Falange*, analisar a construção de uma narrativa histórica legitimadora da guerra e do regime que almejavam construir, que posteriormente seria base da legislação educacional. Para tal, utilizamos os conceitos de fascismo (SILVA, 2000), cultura histórica (RÜSEN, 2009), narrativa histórica (RÜSEN, 2011) e cultura nacional (HALL, 2006), examinando como a história espanhola foi cooptada e os sentidos dados a ela, na busca da direita por criar um discurso nacionalista que angariasse lealdade e identificação, por parte da sociedade, à sua causa. A narrativa histórica da direita buscava unir uma nação fracionada, sendo o cimento que buscava dar a Espanha uma identidade estabilizadora, em meio a um processo de modernização, aprofundado no período democrático, que transformava a sociedade tradicional e ameaçava seus privilégios. Por fim, objetivamos, por meio da primeira lei de conteúdo educacional do franquismo e base para a legislação posterior, a Lei de Reforma do Ensino Médio, de 20 de setembro de 1938, analisar como a direita intencionava utilizar a educação na estruturação de uma sociedade adepta à sua ideologia, usando sua cultura nacional como norteadora do ensino sob o regime.

**Palavras-chave:** Guerra Civil Espanhola. Educação. Narrativa Histórica. Ditadura Franquista.

**Resumen:** La violencia perpetuada en la España durante la Guerra Civil Española (1936-1939), y la tragedia que el conflicto significó para la historia del país puede ser ejemplificada con el siguiente dato cuantitativo: la España está en segundo lugar en el ranking mundial de personas desaparecidas, enterradas en fosas comunes con huesos no identificados. Buscando comprender como tanta violencia fue justificada por parte del bando nacional, influyendo posteriormente en la legislación nacional, el presente trabajo tiene como objetivo, utilizando como fuente el periódico de derecha La Falange, analizar la construcción de una narrativa histórica legitimadora de la guerra y del régimen que anhelaban construir, que posteriormente sería base de la legislación educacional. Para eso, utilizamos los conceptos de fascismo (SILVA, 2000), cultura histórica (RÜSEN, 2009), narrativa histórica (RÜSEN, 2011) y cultura nacional (HALL, 2006), examinando como la historia española fue cooptada y los sentidos atribuidos a ella, en la busca de la derecha por crear un discurso nacionalista que lograra lealtad y identificación, por parte de la sociedad, a su causa. La narrativa histórica de la derecha buscaba unir una nación fraccionada, siendo el cimiento que daría para España una identidad estabilizadora, en medio a un proceso de modernización, profundizado en el período democrático, que transformaba la sociedad tradicional y amenazaba sus privilegios. Por fin, objetivamos, por medio de la primera ley de contenido educacional del franquismo y base para la legislación posterior, la Ley de Reforma de la Enseñanza Media de 1938, analizar como la derecha intencionaba utilizar la educación en la estructuración de una sociedad apta a su ideología, usando su cultura nacional como orientación de la enseñanza bajo el régimen.

**Palabras clave:** Guerra Civil Española. Educación. Narrativa Histórica. Dictadura Franquista.

## LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Cabeçalho do jornal *La Falange*, edição 85.....36

IMAGEM 2 – Capa do jornal *La Falange*, edição 153.....39

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	2
<b>CAPÍTULO 1 - NOSTALGIA MEDIEVAL EM UMA ESPANHA MODERNA: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL ESPANHOL</b> .....	10
1.1 – MODERNIDADE EM PROCESSO DE ESTABELECECIMENTO: SEGUNDA REPÚBLICA ESPANHOLA.....	19
<b>CAPÍTULO 2 – USO DA IMPRENSA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA COMO VEÍCULO DE PERSUASÃO: JORNAL LA FALANGE DE CÁCERES</b> .....	29
2.1 - A IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA.....	29
2.2 – O PRIMEIRO PARTIDO FASCISTA: JOSÉ ANTONIO PRIMO DE RIVERA E FALANGE NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA.....	32
2.3 - ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO FRANQUISTA E DA PROPAGANDA NACIONALISTA.....	34
<b>CAPÍTULO 3 - A NARRATIVA HISTÓRICA FRANQUISTA: A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA HISTÓRICA ANTIMODERNA</b> .....	46
3.1 - FASCISMO À ESPANHOLA.....	57
3.2 – CULTURA NACIONAL E IDENTIDADE.....	64

<b>CAPÍTULO 4 – EDUCAÇÃO ESPANHOLA NA DÉCADA DE 30: ENTRE A VELHA E A NOVA ESPANHA.....</b>	<b>68</b>
<b>4.1 – ESTABELECIMENTO DA CULTURA NACIONAL FRANQUISTA NA EDUCAÇÃO: LEI DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO, DE 20 DE SETEMBRO DE 1938.....</b>	<b>72</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>

## INTRODUÇÃO

O impacto e a importância que a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) teve, não só para a história do país palco do conflito, mas para a história mundial, pode ser enfatizada por três fatos. A Guerra Civil é o único evento histórico espanhol da contemporaneidade que está sempre presente em livros didáticos de História. Também foi a primeira batalha europeia em que civis foram alvos em massa de ataques de bombardeios aéreos surpresas nas cidades<sup>1</sup>. E, infelizmente, coloca a Espanha em segundo lugar no ranking mundial de pessoas desaparecidas, muitas mortas durante o conflito e na ditadura posterior, misturadas em valas comuns cheias de ossadas não identificadas, que nunca foram abertas<sup>2</sup>.

Em processo semelhante à redemocratização brasileira, se decidiu por não responsabilizar penalmente os crimes e violações de direitos humanos ao fim do regime. Com isso, não houve abertura total de arquivos do período ditatorial, e a anistia criou certa interdição sobre o passado, deixando muito do que ocorreu nas sombras. Apesar da pressão da sociedade espanhola e de outros países pela democratização, a ditadura só acabou de fato após a morte do ditador Francisco Franco, em 1975. O pacto de transição espanhola realizou o desejo de Franco, ratificado pela sua Lei de Sucessão de 1947<sup>3</sup>: a monarquia assume o poder, herdeira legítima escolhida por Franco.

Longeva, a Ditadura Franquista durou 36 anos, entre 1939 e 1975, dando fim a curta e conturbada experiência democrática da Segunda República (1931-1936, ou até 1939, considerando os anos da Guerra Civil). O processo de construção ideológica da ditadura, no entanto, foi anterior à tomada literal do poder pois, como afirma Gramsci (2010, p. 23), uma sociedade é dirigida por uma classe social antes que esta assumo o governo de fato. Antes de estabelecer o regime, o conjunto de grupos conservadores e reacionários, unidos na luta contra o regime republicano, tratou de estabelecer as bases culturais que dirigiriam a sociedade.

A isso estão ligados os objetivos da presente pesquisa: reconhecendo na imprensa partidária do bando rebelde da Guerra Civil Espanhola, grupo vencedor da mesma, uma

---

1 GRAHAM, 2013, p. 7.

2 GALLOWAY, Heather. Remembering the roses: Spain second only to Cambodia for missing person as mass womens grave is set to be opened in Andalucia. **The Olive Press**. Disponível em: < <https://www.theolivepress.es/spain-news/2019/07/06/remembering-the-roses-spain-second-only-to-cambodia-for-missing-persons-as-mass-womens-grave-is-set-to-be-opened-in-andalucia/> >. Acesso em: 10 de ago. De 2020.

3 ABRÃO, 2010, p. 15.

narrativa que viria ser a base cultural e ideológica da ditadura franquista, buscamos compreender como esta foi construída, seus principais elementos identitários e, em especial, a relação que possui com a história espanhola. A narrativa da extrema direita durante a Guerra Civil se apodera de elementos da história espanhola, com o objetivo de construir uma identidade nacional legitimadora do regime e que buscava atrair a si o apoio da sociedade espanhola, criando identificação em seus cidadãos. Compreendemos, também, que a Guerra Civil fora um campo privilegiado de embates relacionados à modernidade, conceito que utilizaremos para compreender como o medo de mudanças favoreceu a construção da narrativa histórica franquista, que se afirmava como verdadeira mantenedora da nação espanhola.

O bando rebelde se apresentou como elemento de segurança ontológica perante o desconhecido e às instabilidades pelas quais passava a Espanha, fruto das reformas republicanas e transformações advindas com o processo de modernização de sua sociedade. Por fim, objetivamos analisar a influência dessa cultura nacional, construída através de uma narrativa histórica conservadora ainda sob a Guerra Civil, na educação nacional. Reconhecendo na educação uma maneira de transformar a sociedade, objetivando formar identidades em conformidade com o regime, o franquismo cria a primeira lei de conteúdo educacional do regime, a Lei de 20 de setembro de 1938, uma das fontes que serão examinadas.

Para a compreensão desse processo de construção de uma cultura legitimadora do regime, utilizamos como fonte o jornal *La Falange: Diálogo de la Tarde*, produzido na cidade de Cáceres (Estremadura) durante a Guerra Civil. A Falange foi um partido fascista criado por José Antonio Primo de Rivera em 1933, que posteriormente seria cooptado por Francisco Franco, que o transformaria no partido único do regime. Durante o conflito, o partido foi responsável pela produção e distribuição de jornais em várias regiões da Espanha. Em suas publicações, observaremos a construção da cultura nacional do futuro regime e a legitimação da guerra como meio para se alçar ao poder, através de uma narrativa histórica conservadora que conclama a união em torno ao Estado espanhol e a defesa de elementos da história espanhola que seriam considerados como partes de sua essência: o catolicismo e a monarquia.

Em um país com uma história conturbada e uma sociedade fracionada, não seria à toa que o regime invocaria a monarquia e o catolicismo como elementos identitários, pois eram as únicas instituições que haviam permanecido parcialmente estáveis ao longo do tempo. Não era, no entanto, toda a história da monarquia espanhola que o franquismo elencaria para a construção de uma cultura nacional. A monarquia que lhe interessava era aquela entre os

séculos XV e XVI, período do chamado *Siglo de Oro* espanhol, após a unificação dos reinos sob Castela e transformação da Espanha em um império mundial, sob o poder da dinastia Habsburgo. A Espanha da segunda fase da modernidade, influenciada e afetada pelas transformações ocorridas no período das revoluções europeias a partir do século XVIII, era rejeitada e vista como contaminada, a nação que o bando nacionalista viria redimir na tentativa de voltar aos tempos gloriosos da verdadeira Espanha. “La plenitud histórica de España es el império”, como afirmava o programa político do partido *La Falange*.

As reflexões que originaram este trabalho foram feitas, na verdade, de trás para frente. Pesquisando sobre a legislação franquista que regulava o esporte, assunto com o qual trabalho desde a graduação, me deparei nos arquivos do BOE (*Boletín Oficial del Estado*), página que reúne toda a legislação oficial da história espanhola, com leis que regulamentavam o ensino. Criadas no início do franquismo, essas leis tornavam obrigatórios em escolas retratos de Francisco Franco, crucifixos e eventos religiosos, além de horários específicos para que os alunos frequentassem missas.

O fundamentalismo religioso e o nacionalismo conservador presentes no texto me chamaram a atenção, e as questões que me levariam ao tema escolhido para esta dissertação surgiu: Como foi possível legitimar esse tipo de discurso? Como essa narrativa reacionária e religiosa foi construída e se tornou a base oficial do Estado espanhol? Já tendo pesquisado assuntos referentes à Guerra Civil, em um artigo sobre a propaganda política de ambos os lados em luta do conflito, sabia da existência dos jornais partidários da direita sublevada. Assim, ao buscar por jornais do período na *Biblioteca Virtual de Prensa Histórica* da Espanha, encontrei a fonte escolhida para o trabalho, o jornal *La Falange*.

A importância de um trabalho que analisa a construção de um discurso reacionário que busca legitimar a violência, e a destruição do estado democrático de direito, se mostra pela atemporalidade do tema na contemporaneidade. Com a escalada da direita conservadora nos últimos anos pelo mundo, podemos identificar uma estrutura ideológica e narrativa, e um *modus operandi* reacionário que foi e ainda é reproduzido em diferentes lugares e épocas.

Questionamento de resultado de eleições, uso do cristianismo para angariar apoio de conservadores, da violência para silenciar opositores, ataque a democracia e as minorias, destruição de direitos básicos, valorização da sociedade tradicional como única legítima (burguesa, branca, cristã, heteronormativa) e uso de fake news são questões que não estavam em jogo somente na Guerra Civil Espanhola, mas presenciamos hoje no Brasil de 2021 sob o governo de Bolsonaro. Ao olhar para os conflitos na Espanha da década de 30, enxergamos também os nossos.

Talvez nisso resida meu interesse pela história espanhola, sua semelhança com a brasileira. Uma nação com muitos conflitos sociais nunca resolvidos, uma elite que tentou silenciar suas minorias e os avanços democráticos com uso da violência, uma sociedade de base cristã que constantemente ao longo de sua história se volta ao fundamentalismo religioso, e que conviveu em boa parte do século XX com regimes autoritários. Nacionalismo, violência, conservadorismo e religião se conjugam, não só no Brasil e na Espanha, mas em diversas regiões do mundo ao longo da história.

Deus, pátria e família era lema da Ação Integralista Brasileira, movimento de extrema direita inspirado no fascismo italiano. Bolsonaro o utilizou nas eleições de 2020, ao aconselhar os brasileiros a votarem em quem tem “Deus no coração, a alma no patriotismo e que queira liberdade e o bem ao próximo, Deus, pátria e família”.<sup>4</sup> Alemanha acima de tudo (Deutschland über alles) era um dos lemas da Alemanha nazista.<sup>5</sup> Bolsonaro adotou como slogan, a partir das eleições de 2018, o “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Deus, família, pátria, liberdade, verdade são palavras constantes em lemas e discursos fascistas, autoritários ou daqueles que flertam com estes.

Os eventos históricos são únicos e não se repetem, mas as bases que construíram as tragédias do nazismo, fascismo e das ditaduras mundo afora nunca foram destruídos. Racismo, xenofobia, patriarcalismo, nacionalismo extremista, homofobia e ódio aos diversos grupos de “minorias” são parte da estrutura da sociedade capitalista moderna, e acabam gerando conflitos e violências constantes, se manifestando de tempos em tempos em estruturas de poder e governos que flertam como o autoritarismo.

No primeiro capítulo, buscaremos analisar a construção do Estado espanhol na modernidade, destacando as instabilidades e transformações pelas quais passou a Espanha, considerando as contradições de uma nação que possui uma estrutura moderna e foi um dos primeiros Estados da modernidade, mas ao mesmo tempo manteve uma mentalidade cultural medieval baseada no catolicismo e na monarquia, lutando contra as influências das transformações políticas e sociais que ocorriam no continente europeu.

No discurso da direita sublevada, apresentado através do jornal *La Falange*, a Espanha da primeira fase da modernidade, que se constituía em Estado e expandia seu império, era

---

4 FERREIRA, Nayade. Dios, pátria y familia: el lema fascista que Bolsonaro evocó para las elecciones municipales. **Caras y caretas** – edición online. Disponível em: < <https://www.carasycaretas.com.uy/lema-fascista-que-bolsonaro-brasil/> >. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

5 “ALEMANHA acima de tudo”, um verso e um passado sombrio. **DW**. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-acima-de-tudo-um-verso-e-um-passado-sombrio/a-46002358> >. Acesso em: 17 de jun. De 2021.

idealizada em uma imagem de uma nação unida e homogênea, um recorte narrativo que era pouco fiel à realidade. A Espanha fracionada só passaria a existir, na narrativa reacionária, a partir da segunda fase da modernidade, quando Espanha perde sua proeminência e seu império começa a ruir, e tenta se fechar ao contexto europeu na qual estava inserida, onde uma série de revoluções e transformações sociais instaurava o capitalismo, enfraquecia o antigo regime e popularizava os ideais republicanos e burgueses.

Essa leitura da história espanhola, no entanto, nos diz mais sobre o presente desses sujeitos, sob a Guerra Civil, que propriamente sobre o passado da nação: era preciso justificar toda a violência e reacionarismo praticados contra espanhóis de outros espectros políticos e contra um governo democraticamente eleito. A vinda à tona da Guerra trazia à luz conflitos antigos, que não foram solucionados durante a formação do Estado na modernidade, e escancaravam que a narrativa histórica da direita sublevada era, na verdade, uma construção que buscava deslegitimar a democracia e o Estado de direito, que ameaçavam os privilégios e o poder político, até então reservados somente a uma pequena elite.

No segundo capítulo, discutimos o uso do jornal como fonte histórica, reconhecendo a imprensa como espaço de disseminação de valores, ideias, opiniões, memórias e ideologias. Sendo, assim, capaz de influir na vida social e servir interesses, a fonte do presente trabalho, o jornal *La Falange*, produzido pelo partido fascista espanhol na província de Cáceres durante a Guerra Civil Espanhola, é entendido como meio de produzir uma visão de mundo hegemônica a serviço da direita sublevada, para angariar apoio popular e lançar as bases ideológicas do regime vindouro. As partes do jornal selecionadas para estudo são os textos opinativos, espaço privilegiado para observação de posicionamentos ideológicos.

Para compreensão das mensagens transmitidas pelo emissor e seu conteúdo, este capítulo também contém discussões sobre os processos comunicativos, identificando a finalidade do jornal como propagandística e persuasiva. A história da instituição publicadora do jornal (o partido Falange), sua relação com a província onde o jornal é publicado e a fase de estruturação do Estado franquista durante a Guerra Civil encerram o segundo capítulo, necessários para entendimento do plano de fundo e reconhecimento das intencionalidades por trás da fonte. A identificação da importância da narrativa histórica, produzida pela direita sublevada no período, passa pelo reconhecimento de que não só a educação, assim como datas comemorativas e a imprensa servem para ensinar história, influir na consciência coletiva, formar identidades e transmitir valores.

A fonte do trabalho foi apenas um dos muitos jornais produzidos pelos grupos da extrema direita, em diversas regiões do país, durante a Guerra Civil Espanhola. O partido de

orientação fascista Falange foi um dos grupos apoiadores do bando sublevado mais ativos na produção e disseminação dos ideais da direita, na luta contra a república. Vários jornais desse período histórico podem ser encontrados na *Biblioteca Virtual de Prensa Histórica*, hemeroteca digital do *Ministerio de Cultura y Deporte* da Espanha. Nessa página encontramos a fonte do trabalho, o *La Falange* de Cáceres, escolhido por ser um dos mais completos e que cobre todo o período da guerra, além de sua importância geográfica: a cidade de Cáceres abrigou a primeira residência oficial e quartel militar de Franco, ainda no início do conflito em 1936.

O terceiro capítulo é o coração conceitual do presente trabalho, pois através dos conceitos de narrativa histórica, cultura histórica, narrativa tradicional e exemplar de Rüsen, objetivamos compreender a construção do discurso de legitimação do bando sublevado, suas estruturas de sustentação e intencionalidades. Reconhecendo que a constituição de sentido do passado não é feita apenas por historiadores, mas também por diversos outros grupos e em outros espaços fora do âmbito acadêmico, e que a narrativa histórica possui efeitos práticos sobre a vida, ligados às intencionalidades e o contexto social daqueles que a produziram, identificamos no jornal *La Falange* um dos meios produtores e disseminadores da memória histórica da direita, durante a Guerra Civil.

Organizando as três dimensões do tempo através da narrativa histórica, essa memória histórica buscava dar sentido e orientação no tempo, influenciando individualmente nos sujeitos para a estabilização de suas identidades, produzindo segurança ontológica em um tempo de instabilidade. A cultura nacional que produziram com esse discurso buscava fazer com que espanhóis se sentissem parte da representação da cultura nacional conservadora espanhola, inseridos em um projeto maior que eles, que lhes foi anterior e subsistiria após eles.

Para além dos conceitos anteriormente citados, também trabalhamos neste capítulo com os conceitos de fascismo e cultura nacional, que também ajudaram a analisar os significados e intencionalidades de textos presentes no jornal *La Falange*. Visamos compreender, assim, o ideário da extrema direita espanhola, e a forma como se apodera do passado espanhol na construção de um discurso nacionalista, com o objetivo de angariar lealdade e identificação com o regime por parte da sociedade.

No quarto capítulo, compreendendo a Segunda República como consolidação de um processo de modernização da sociedade espanhola, olhamos para a rejeição da Segunda República por parte das direitas espanholas e seu programa reformista também como uma rejeição à modernidade. Voltando a atenção para a educação espanhola, destacamos as principais leis educacionais e reformas produzidas pela Segunda República, uma das

principais bandeiras daquele governo, e a resposta reacionária que obtiveram por parte da direita. Ao alçar ao governo, a direita buscava paralisar as reformas republicanas e, com a retomada do poder pela coalizão de centro-esquerda em 1936, o medo de mudanças e transformações sociais levaria a radicalização dos conflitos sociais na Espanha, eclodindo na violenta Guerra Civil, defendida como legítima pelos grupos de direita ao se verem esgotadas as possibilidades de conseguir a direção do país por vias eleitorais.

Buscamos identificar que sujeitos e sociedade o regime objetivava construir, utilizando sua narrativa histórica para moldar identidades dos sujeitos espanhóis através da educação. Para tal, analisaremos o conteúdo da primeira lei educacional do regime, escrita e aprovada antes mesmo da tomada completa do poder, ainda sob o período do governo provisório em Burgos, sob a Guerra Civil. A Lei de Reforma do Ensino Médio, de 20 de setembro de 1938, seria base para a legislação educacional posterior, e possui extenso texto que descreve quais os parâmetros que nortearão o ensino nacional sob o futuro novo regime.

Em suma, a criação de uma narrativa histórica pelos conservadores, para a construção de uma cultura histórica legitimadora, se tratava de uma ação reacionária, que veio à tona em reação as transformações ocorridas na sociedade espanhola, processo de modernização que culmina na Segunda República. Estabelecendo suas reivindicações por meio de antecedentes históricos, a direita sublevada buscava fundamentar e legitimar sua luta contra a democracia. A utilização que fazem do passado nos diz muito sobre o presente dos sujeitos que o invocam, e seu inegável momento de crise. Era necessário justificar por que espanhóis matavam outros, por que cidadãos do país tinham sua nacionalidade negada, por que um golpe tentava tomar um governo democraticamente eleito, por que o outro não tinha a liberdade de se posicionar de forma diferente e precisava ser combatido por isso.

Diziam-se protetores de uma suposta essência espanhola, encarregados de ajudar a nação a cumprir seu destino, invocando elementos históricos que pudessem estabelecer continuidade em uma nação marcada por descontinuidades, em seus diferentes regimes políticos ao longo da História. Ao fim da guerra, com a vitória do bando sublevado, não havia mais necessidade de utilizar essa narrativa para convencimento e angariar apoio contra a Segunda República. Ela passaria então a ser base de construção do regime, e estaria presente na educação espanhola com o objetivo de moldar os espanhóis do futuro, garantindo a perpetuação do regime.

Temas como escalada da direita em momentos de crise, a busca do conservadorismo em destruir sistemas democráticos legitimamente construídos e conquistas sociais, a luta em torno da educação para usá-la no estabelecimento de projetos de nação e formação de sujeitos,

demonstram a atemporalidade e importância desse trabalho, com o qual busco contribuir para a reflexão e transformação do nosso presente. Grande parte da estrutura social com que a humanidade lidou no passado ainda persiste, pois faz parte da base da sociedade na qual vivemos. Somente as ações concretas das pessoas que vivem nessa estrutura pode transformá-la, e a mudança deve passar pelo processo de reconhecimento do mundo que nos cerca e da identificação daquilo que precisa ser modificado.

## CAPÍTULO 1 - NOSTALGIA MEDIEVAL EM UMA ESPANHA MODERNA: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL ESPANHOL

*“Siéntome con un alma medieval, y se me antoja que es medieval el alma de mi patria; que ha atravesado ésta, a la fuerza, por el Renacimiento, la Reforma y la Revolución, aprendiendo, sí, de ellas, pero sin dejarse tocar el alma, conservando la herencia espiritual de aquellos tiempos que llaman caliginosos.” (Miguel de Unamuno - Del sentimiento trágico de la vida)*

O ponto 2 do programa da Falange (programa que seria oficialmente base do regime franquista a partir de abril de 1937), escrito em 1934, afirma que a Espanha é uma unidade, e este é seu destino na história universal. Considera repulsiva toda conspiração contra essa unidade, e qualquer incitação a desagregações, se dirigindo em especial a constituição republicana de 1931, que reconhecia o direito a autonomia de regiões separatistas.<sup>6</sup>

Esse tipo de pensamento seria a base de contestação da direita aos separatismos e a Segunda República, uma afirmação de que Espanha era uma nação coesa e, a partir da segunda fase da modernidade, essa unidade passou a ser ameaçada pelo liberalismo, pela democracia e pelas esquerdas. Em algum momento de sua existência como nação a Espanha havia tido uma base política, cultural e identitária única?

Até o fim da Reconquista em 1492, quando os reis católicos expulsam definitivamente os mouros e anexam o reino de Granada à Coroa de Castela, a Espanha era ainda uma pluralidade de reinos. “El policentrismo, la coexistencia (pacífica o armada) de varios estados soberanos, definía la realidad española” (FUSI, 2012, p. 66). Assim, Fusi (2012, p. 65) alerta para a ilusão de que o processo de Reconquista (711-1492) sobre o território Al-Andaluz, através das Cruzadas cristãs, teria sido uma tarefa unitária dos reinos sob um projeto em comum.

Embora uniões pontuais foram importantes para o processo da Reconquista, ela avançou mediante interesses dinásticos, aspirações territoriais e projetos estatais distintos e separados. Internamente, todos os reinos da península atravessaram ao longo do século XV crises dinásticas, guerras civis, conflitos territoriais e revoltas sociais. “El orden cristiano

---

6 FALANGE Española de las JONS: Nationalsindicalismo. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 01 de set. de 1936. Ano I, n° 2, p. 4.

peninsular fue —durante y después de la reconquista— un equilibrio inestable, y muchas veces un teatro de tensiones.” (FUSI, 2012, p. 65).

Anderson (2004, p. 37) destaca que a Europa medieval nunca foi composta por unidades políticas homogêneas, e sua matriz ideológica para união e resolução de conflitos era o conceito de cristandade latina. Esse conceito seria exaustivamente utilizado pela monarquia espanhola para justificar suas guerras territoriais, angariar apoio e reforçar sua unidade territorial. Fusi (2012, p. 78) demonstra que a conquista de Granada pelos Reis Católicos foi assim utilizada, entendida como uma guerra religiosa.

Las mismas razones inspiraron la política respecto a las minorías no cristianas: expulsión de los judíos (100.000-150.000), decretada en marzo de 1492 en el clima de exaltación religiosa creado por la toma de Granada; conversión —pacífica, primero; enseguida forzada— de los musulmanes granadinos, política que luego se extendería a los musulmanes de Castilla (1502), Navarra (1516) y Aragón (1526). La Inquisición nació (1478), por solicitud de los Reyes Católicos al papa, para tratar el problema de los conversos y perseguir el judaísmo. Perseguiría pronto otros “delitos”: luteranismo, moriscos, proposiciones heréticas, brujería, delitos sexuales... y aunque el papa fue nominalmente su autoridad suprema, la Inquisición —cuyo inquisidor general y consejo supremo serían nombrados por los Reyes Católicos y sus sucesores— sería casi de inmediato un instrumento de control político de la monarquía, con jurisdicción, además, sobre ambas coronas —así, se implantó en Aragón en 1483—, por encima de los distintos ordenamientos de estas (FUSI, 2012, p. 79).

Sob a monarquia unificadora de Isabel de Castela e Fernando V de Aragão (1479-1516), Espanha começa a se tornar um estado moderno europeu, marco considerado importante para a transição espanhola da Idade Média para a Moderna. “As monarquias absolutas introduziram os exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado.” (ANDERSON, 2004, p. 17).

O Estado espanhol, no entanto, encontraria sérias dificuldades ao longo de sua história para se firmar como uma nação centralizada e unida. Na modernidade, Anderson (2004, p. 65) reforça que a Inquisição foi a única instituição unitária espanhola da península, aparelho ideológico que compensava a divisão e dispersão administrativa do Estado.

Como os domínios dos monarcas espanhóis compreendiam uma espécie de teocracia, com a Igreja e o Estado atuando conjugados, a Inquisição espanhola era tanto um adjunto da Coroa quanto da Igreja. Funcionava como um instrumento não só de ortodoxia eclesiástica, mas também de política real. (BAIGENT; LEIGH, 2001, p. 55-56).

Como a Espanha pôde, então, ser ao mesmo tempo o primeiro Estado europeu moderno e ter se tornado, até o início do século XX, uma nação atrasada no processo de modernização? Segundo Anderson (2004, p. 59), a resposta ao atraso espanhol em passar pela modernização está no caráter aristocrático e infenso ao desenvolvimento burguês da monarquia espanhola. O autor argumenta que o lucrativo saque e a exploração colonial estimularam a monarquia espanhola a não promover o crescimento das manufaturas e a difusão mercantil na Europa.

Os metais e pedras preciosas americanas não seriam inteligentemente gastos pela monarquia espanhola, que com sua fortuna financeira as guerras aristocráticas em busca de expansão e defesa do império Habsburgo por pelo menos 150 anos. É importante lembrar que os exércitos da época não eram compostos por indivíduos da nação (pois seria perigoso treinar e armar a própria população), mas em sua maioria por mercenários que lutavam em troca de dinheiro e bens.

Descrivendo de forma geral o período moderno europeu, Trevor Roper (1981 apud MARQUES et. al., 2010, p. 10) caracteriza os anos de 1500 a 1620 como a idade da Renascença europeia, período em que a liderança intelectual e econômica vem do sul mediterrâneo da Europa, mais especificamente da Itália e da Espanha, e os anos de 1660 a 1800 como a idade do Iluminismo, em que Espanha e Itália estagnariam intelectual e economicamente, passando a liderança para o norte europeu (Inglaterra, França e Holanda).

Tomando essa divisão da modernidade como um processo, dividido em dois períodos, uma primeira fase de construção dos estados nacionais e idade da renascença (1500-1620) e uma segunda caracterizada pela dupla revolução (Iluminismo e Revolução Industrial, 1660-1800), é importante compreendermos que, ao mesmo tempo em que sua primeira fase representa algo novo (construção do Estado absolutista), essa nova estrutura vem para defender uma essência feudal: a monarquia e interesses da nobreza.

Como explica Anderson (2004, p. 24-29), o ressurgimento do direito veio em auxílio às monarquias e a nobreza, que necessitavam se agrupar contra o campesinato, restaurar a autoridade política em meio ao caos e a turbulência pelo qual a Europa passou no período de transição para a modernidade e restaurar a unidade política, além de regular o crescente comércio. Com a dissolução da ordem feudal e a centralização do poder, a ideia de propriedade privada ressurgiria, e nas cidades a nascente burguesia encontraria espaço para difundir suas relações capitalistas. Assim, ao mesmo tempo em que a primeira fase da modernidade vinha salvaguardar interesses da monarquia, também estimulou o crescimento

da burguesia, parcela da sociedade que viria, a partir da segunda fase da modernidade, usurpar o poder da nobreza.

o paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho para a proteção da propriedade e dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios através dos quais tal proteção era promovida pudessem simultaneamente assegurar os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras emergentes. (ANDERSON, 2004, p. 39).

Ao promover perseguição a judeus e mouros, contudo, a monarquia espanhola frearia o desenvolvimento burguês. Vilar (1978, p. 13) ressalta que as nascentes guildas do século XVI na Espanha exigiam de seus membros provas de “sangue limpo”, que o autor considera uma má forma de entrar na era capitalista. Por outra parte, a importância da Igreja na sociedade não favorecia produção e circulação de riquezas, com seu grande número de clérigos, instituições beneficentes e confiscações da Inquisição, que também arruinou a arrecadação de impostos, consumindo grande parte destas na luta pela hegemonia religiosa.

El mundo cambia, alrededor de España, y ésta no se adapta. El unitarismo religioso es responsable de ello, en parte. Afecta, por arriba, a la actividad financiera judía, y por abajo, a la actividad agrícola de los moriscos de Levante y Andalucía. El triunfo del «cristiano viejo» significa cierto desprecio del espíritu de lucro, del propio espíritu de producción, y una tendencia al espíritu de casta. (VILAR, 1978, p. 13).

Como bem explica Vilar (1978, p. 19), a mais famosa obra de Cervantes, *Don Quixote*, é uma narrativa filosófica produzida no *Siglo de Oro* espanhol que captura bem a alma da Espanha de seu tempo: Um cavaleiro que busca Cruzadas, aventura e mística, e quando observado por outros, parece anacrônico, inapto para sua realidade, à beira da insanidade. Busca soluções medievais em um mundo já moderno. No século XVI espanhol florescia esse tipo de novelas de cavalaria, que exalta a tradição medieval, que Cervantes soube muito bem criticar, percebendo a impossibilidade da manutenção desses valores.

A Geração de 98, preocupada com o futuro espanhol ante o mundo moderno, usará em demasia o exemplo de *Don Quixote* para falar da Espanha de então, com altivez nobre que não aceita as humilhações de seu tempo, recordando com nostalgia de seu glorioso passado. Utiliza também a ideia de decadência e atraso espanhol frente ao avanço rumo à modernização, leitura comum desde os ilustrados do século XVIII que predominará na relação Espanha e modernidade e levará a uma ideia de fracasso da modernização espanhola.

Segundo Vilar (1978, p. 13) a entrada da Espanha no Sacro Império Romano-Germânico dos Habsburgo seria, ao mesmo tempo, fonte de sucesso e ruína: Traz à Espanha a ideia de formação de um império e, por outro lado, a faz dispersar suas forças na manutenção desse vasto território, a arruinando materialmente. Buscando respostas sobre como uma união artificial de reinos e territórios tão diferentes pôde subsistir por tanto tempo, Elliott (2010, p. 52) defende que essa estrutura de Estado desconexa e que permitia certo grau de independência se encaixava bem às necessidades de seu tempo:

La misma falta de rigidez de la asociación era en cierto sentido su mayor fuerza. Permitía un alto grado de autogobierno local continuado en un periodo en que los monarcas simplemente no se hallaban en posición de someter reinos y provincias periféricos a un estricto control real. Al mismo tiempo, garantizaba a las élites provinciales el disfrute prolongado de sus privilegios existentes, combinado con los beneficios potenciales que se derivaran de su participación en una asociación más amplia. (ELLIOTT, 2010, p. 52).

Em cada uma das províncias havia um vice-rei, representante oficial dos interesses da monarquia espanhola, e cada um desses domínios funcionavam baixo leis e imposto próprios, administrados por suas próprias instituições. A partir do século XVII, contudo, esse tipo de governo começou a se tornar inadequado, pois para sufocar dissidências e manter o controle sob os diversos reinos era necessário coagi-los a uma união mais perfeita, que ao final só servia para “reforzar el sentido de identidad distinta entre los pueblos amenazados con la absorción.” (ELLIOTT, 2010, p. 53). Lynch (2005, p. 296) afirma que a ampla burocracia de Madri funcionava menos como agente de centralização do absolutismo espanhol e mais como mediador entre o soberano e os interesses de nobres, eclesiásticos, oligarquias urbanas e outros interesses e grupos locais.

Nos governos dos últimos Habsburgos Filipe IV e Carlos II, no século XVII, eram os nobres que realmente possuíam poder, enquanto o poder do monarca era débil. As inúmeras oligarquias, muitas vezes divididas em facções rivais, brigavam por posições e especialmente por um lugar nos conselhos, área central no poder da monarquia sempre ocupada pela aristocracia latifundiária, responsável por distribuir cargos, favores e rendas do reino. “fueron ellos los que construyeron la alianza de nobles y funcionarios hasta formar un poderoso grupo de intereses, un freno para la corona y un impedimento para los reformadores.” (LYNCH, 2005, p. 297).

A ideia de uma monarquia centralizada já existia desde os Habsburgos, mas os grandes problemas a solucionar para alcançar uma monarquia reformada e um Estado-nação eram a

autonomia das províncias e o poder das aristocracias, questões que só passariam a ser enfrentadas a partir dos Bourbons no século XVIII.

Fueron un cúmulo de factores, la nueva dinastía, la presión de Francia, las necesidades de la guerra y la aparición de una élite burocrática, los que aportaron el impulso necesario para un cambio en el poder hacia el gobierno centralista. El programa de reformas se desarrolló en dos fases: la Primera, hasta 1714, tuvo como eje central el esfuerzo de guerra; la segunda fue planeada y ejecutada por una serie de reformistas españoles con objetivos a más largo plazo. (LYNCH, 2005, p. 339).

O fechamento da Espanha do império Habsburgo para as novidades e transformações econômicas, políticas, culturais e sociais que se estabelecem a partir do período das revoluções significavam a luta da nobreza contra a modernidade capitalista e burguesa, que a ameaçava. As tentativas reformistas dos Boubons seriam dificultadas pelas inúmeras instabilidades pela qual o país passa até o fim do século XIX. Carr (2009, p. 178) defende que o fomento às classes ilustradas jamais seria atitude vinda por parte da Coroa e do governo, mas fruto de processos autônomos de desenvolvimento econômico. Como vimos anteriormente, a monarquia Bourbon espanhola abraçaria parte da agenda liberal à força, sempre como resposta à pressão de grupos políticos e parte da sociedade.

Alguns autores discutem que “El régimen franquista puede ser interpretado, y lo ha sido como el último intento de *restauración* del Antiguo Régimen.” (PÉREZ-AGOTE, 2003, p. 215). Daí viria a identificação do franquismo com essa primeira fase da época moderna espanhola e sua cooptação para a formação de sua narrativa histórica, assunto que discutiremos mais a frente. A longa sobrevivência do carlismo também seria a manifestação da influência da defesa do antigo regime e de sua sociedade tradicional e religiosa, que por mais que só tenha sobrevivido como força política influente nos dois primeiros terços do século XIX, chegou até o século XX, sendo um dos grupos de apoio ao franquismo.

A invasão francesa em 1808 resulta no enfraquecimento do poder centralista espanhol no início do século XIX, por conta da atomização do poder pela criação das diversas juntas locais e da junta central a que estas respondem, que funcionam paralelamente ao estado oficial nas mãos de José Bonaparte. Isso, além de dificultar o próprio governo francês, faz aparecer o que Ortega y Gasset (1934, p. 9) descreve como energia secessionista, resultado da diminuição do poder central espanhol. A partir de então as tentativas de centralização monárquica, como em 1840 com a Lei Municipal defendida por Maria Cristina, falhariam, e o país entraria em constantes instabilidades e conflitos.

Desde a Guerra de Independência o exército emergia como parte decisiva da política. A guerra civil entre 1833 e 1840, também denominada Primeira Guerra Carlista, daria impulso a importância dos militares para o liberalismo espanhol, pois “prestigió a los militares y los desplazó hacia la política, puso en evidencia la debilidad del poder civil y extendió la convicción de que el régimen constitucional [...] necesitaba de alguna manera de la protección del ejército.” (FUSI, 2012, p. 191). Voltariam constantemente a protagonizar a política espanhola, sempre com o discurso de que interferiam na Constituição “para restablecerla tan pronto como, ofreciéndonos el país hombres no contagiados de los vicios que a las organizaciones políticas imputamos, podamos nosotros ofrecerlos a Vuestra Majestad para que restablezca pronto la normalidad” (CARR, 2009, p. 494), como afirmou o ditador Primo de Rivera.

A política espanhola permaneceria, entre o século XIX e os anos 30, sendo dominada pelo poder local, o que significou um entrave aos processos de modernização e nacionalização. Ugarte (2000, p. 168) argumenta que a vida social espanhola se articulava, em geral, em pequenas localidades relativamente homogêneas social, econômica e culturalmente. Até mesmo a maioria das cidades viviam neste ritmo, dividida em grupos sociais unitários e fechados. Nessas comunidades, imperava a ideia da opinião social como norma e moral do grupo, onde a vida pública se articulava em torno das famílias e seus cabeças. A posição social advinha da proeminência do ramo familiar, das lealdades e do patronato, mais que por questões profissionais. Nessas redes sociais imperava o clientelismo, em uma realidade social impregnada por visões unitárias e cíclicas da vida, dominada pela fé e pelo pensamento comum. Seria contra esse tipo de sociedade tradicional que a Segunda República se chocaria: “Viejas estructuras de experiencia, largas vivencias, se vieron repentinamente enfrentadas a nuevos sentidos globales y culturas más propias de sociedades modernas” (UGARTE, 2000, p. 168).

Após a mobilização ao redor da Frente Popular, que uniu as esquerdas para rediscutir e aprovar os projetos reformistas do período 1931-33, engavetados no período em que a direita estava no poder, os militares decidem intervir na política novamente, visando serem obstáculo a essas reformas, que a direita via como ameaça. Graham (2013, p. 29-30) demonstra que a aproximação entre direitas e militares se fundamentava no temor que mudanças (materiais ou psicológicas) poderiam causar nas hierarquias sociais e políticas que defendiam, levando as já existentes guerras entre culturas a um papel relevante na Guerra Civil, quando a mitificação desses medos gera violência. “A linguagem que eles mesmos usaram reconhecia,

inadvertidamente, a profundidade da mudança social e política pós-iluminista que pretendiam reverter na Espanha.” (GRAHAM, 2013, p. 31).

O grande desafio do novo regime que se instalava era conciliar o desejo de uniformidade moderno com a legitimidade do tradicional. Desejavam um Estado unitário, forma de poder moderna com o uso arbitrário do poder político, mas a legitimidade da tradição através da perpetuação de práticas sociais do passado. A Falange afirmava, através de seus jornais durante a guerra, que “aspira a cambiar de una forma, violenta si quereis, lo viejo y lo caduco<sup>7</sup>”, mas ao mesmo tempo que “nosotros – España – sentimos también en la entraña la llamada tensa y enérgica del Imperio. Imperio, en español, quiere decir quehacer de evangelización y conquista, misión y apostolado.<sup>8</sup>”

Assim, somente através da violência um Estado unitário conseguiria se impor sobre culturas e povos diferentes, em um território tão plural e com separatismos históricos como a Espanha. E para legitimar, ante povos plurais, a cultura do Estado único, todas as outras seriam deslegitimadas em favor de uma cultura que se apresentava como universal e legítima. Nesses dois aspectos, de tentativa de equilíbrio entre o eficaz e o legítimo, viria a interpretação de que o franquismo tentava instaurar o que o antigo regime tentou, mas nunca conseguiu.

O velho que queria varrer era toda herança ligada ao regime democrático e ao liberalismo, e as divisões na sociedade que estes, segundo o franquismo, vieram aprofundar. Criava-se a ilusão de que a Espanha moderna algum dia tinha sido unitária em seu período como Império, uma leitura de um passado idealizado. A direita sublevada acreditava assim ser essa ponte, que trataria de continuar o que foi rompido pelo liberalismo, pela democracia e pelo comunismo, doutrinas estrangeirizantes que retiraram a essência nacional e ameaçavam sua existência.

O se concibe la Patria en función ascendente hacia la unidad [...] o se concibe la Patria como una función degradante de las autonomías a los Estados separados. La función ascendente hacia la unidad no es posible sin voluntad de Imperio. Al perder su voluntad de Imperio, España ha perdido su unidad y su libertad ante el mundo, ha caído en la degradación. [...] Cuanto más un movimiento político entienda y continúe en sí mismo las grandes invariantes afirmativas de la Historia, es tanto mejor. [...] La libertad y la unidad española, son entendidas en nosotros en la razón de sus

---

7 M. V. La voz de la Falange. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 25 de jan. de 1937. Ano II, nº 124, p. 1.

8 SÁNCHEZ MARÍN, F. García. El himno. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 30 de ago. de 1937. Ano II, nº 156, p. 4.

orígenes, por los mismos motivos que las originaron. Toda nuestra originalidad está aquí: en el retroceso – el retroceso para dar salto de Alvarado sobre la fosa de los tiempos muertos – a las virtudes y razones que dieron a España en los siglos, fuerza y esplendor.<sup>9</sup>

Para isso resgatavam duas instituições que tiveram uma maior continuidade em sua história: monarquia e catolicismo. O verniz de novidade, ao menos nos anos de guerra e na fase inicial do regime, ficava por conta do fascismo. Franco dizia que “España se organiza dentro de un amplio concepto totalitario, a través de aquellas instituciones naturales que aseguran su nacionalidad, unidad y continuidad.”<sup>10</sup> O dilema enfrentado na guerra civil, assim, nada tinha de novo: o conflito enfrentava questões históricas postas pela modernidade, que vinham há muito tempo se arrastando sem serem definitivamente solucionadas.

Quando nos referimos à modernidade, estamos nos referindo a um termo de caráter duplo: histórico e epistemológico. Separando a Idade Moderna de modernidade, Jiménez Moreno (1993, p. 94) demonstra que, na História, a Idade Moderna são os acontecimentos que tiveram lugar entre os séculos XV e XVIII, com variações a depender do espaço geográfico analisado. Já a modernidade se trata do modo de saber, de fazer filosofia e ciência, e das manifestações artístico-culturais desse período.

Sendo produto das transformações ocorridas na Idade Moderna, Giddens (1991, p. 8) define a modernidade como um estilo, costume de vida ou organização social que emerge na Europa a partir do século XVII. Mas de que forma a vida das pessoas foi alterada? Quais as principais características e impactos da modernidade? Segundo Giddens (1991, p. 10-11), um dos principais impactos da modernidade sobre a vida e a ordem social está ligado à descontinuidade.

As longas continuidades antes existentes em sociedades tradicionais são quebradas, e o ritmo de mudança, que antes era muito mais lento, se acelera. Com a conexão de diferentes partes do planeta promovida pela globalização, transformações sociais puderam impactar cada vez mais áreas significativamente maiores. E as instituições modernas como o Estado-nação, as relações de produção e o urbanismo são fatores decisivos para a transformação do cotidiano das ordens sociais pré-existentes.

Touraine (1994, p. 17) ressalta que a modernidade promove difusão de produtos da atividade racional, administrativa, tecnológica, científica, diferenciando os diversos setores da

---

9 ESTADO e Historia. **La Falange**: Órgano de Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 19 de jul. de 1938. Ano III, nº 203, p. 6.

10 **La Falange**: Diario de la tarde, Cáceres, 25 de jan. de 1937. Ano II, nº 124, p. 1.

vida social (como política, economia, família, religião, etc.). A racionalidade age no interior de uma atividade impedindo que esta seja organizada do exterior, para que não seja cooptada por uma visão geral, que a use para contribuir para um projeto de sociedade. Ligada à ideia de racionalização, “a ideia de modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada” (TOURAINÉ, 1994, p. 18).

Mas o mundo que supostamente caminharia rumo a um progressivo aperfeiçoamento, graças ao triunfo da racionalidade, da ciência, da uniformidade e contra a arbitrariedade da tradição mostraria sua face negativa. O uso da violência para a instauração de monarquias absolutistas, Estados-nação e apagamento de identidades periféricas consideradas percalços para projetos de identidades culturais nacionais, ao invés de resolver a fragmentação, escancaria o multiculturalismo e contribuiria para a fragmentação do Estado.

Por um lado, os Estados não reconhecem as necessidades das minorias; por outro, as minorias se reforçam enquanto comunidades, e, como consequência, tem-se o fortalecimento de individualismos num mesmo território nacional, contribuindo para o enfraquecimento das sociedades nacionais (RAMOS, 2013, p. 27).

Essa seria a contradição que a violência das ditaduras do século XX enfrentaria na Espanha. A imposição de um pensamento alinhado à ideologia franquista conseguiria temporariamente resolver a questão dos separatismos, mas não de maneira definitiva. Parafraseando Chartier (2002, p. 61), longe de submeterem a sociedade a toda poderosa mensagem ideológica do regime, que deveria modelar todas as pessoas, estas mensagens também possibilitaram a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou a resistência.

## 1.1 – MODERNIDADE EM PROCESSO DE ESTABELECIMENTO: SEGUNDA REPÚBLICA ESPANHOLA

*“Nuestro reproche contra los hombres del 14 de abril no se funda en ninguna nostalgia; lo que les reprochamos es que no fueran capaces de hacer la verdadera revolución española.”*

*(José Antonio Primo de Rivera. La Falange, 1996, edición 3, p. 1).*

A frase acima, crítica do fundador do partido fascista *La Falange* à Segunda República e seus dirigentes, também era o que pensavam os anarquistas, maior força política da esquerda nos primeiros anos da Segunda República, apesar de suas concepções diferentes sobre o que seria uma verdadeira revolução. Acreditavam que nada de significativo tinha mudado com a

troca do regime, que continuava a ser instrumento de opressão do proletariado tal como a Monarquia.

Mesmo o setor mais conciliatório do anarcossindicalismo, que viu inicialmente boa vontade por parte do governo republicano em suas atitudes pró-sociais, por fim acabaria considerando suas propostas reformistas muito tímidas. Para a direita conservadora, no entanto, tocar em questões como reforma agrária, estatutos autonômicos de regiões separatistas, reforma estrutural dos exércitos e Estado laico era uma grave ameaça à manutenção de seus privilégios e a concentração de poderes que tinham em mãos.

As principais fontes de inspiração dos constituintes foram a Carta Magna mexicana de Querétaro (1917) e a alemã de Weimar (1919). Ambas tinham sido concebidas sob um clima revolucionário reformista e propugnavam princípios de justiça social. [...] definiram um ambicioso plano de reformas que faria da Espanha um país moderno e comparável ao restante da Europa. [...] Primeiro, era preciso neutralizar as forças antirrepublicanas: a Igreja Católica, que perderia a maior parte de seus privilégios, e o segmento mais monarquista do exército, que seria encaminhado à reserva. Em seguida, realizariam reformas estruturais na economia, eliminando os latifúndios, entregando terras às famílias camponesas, legislando sobre salários mínimos e preços de produtos básicos e aumentando a segurança jurídica dos trabalhadores por meio de uma reforma da legislação social que lhes concedesse mais direitos, tanto nos contratos trabalhistas quanto em matéria de previdência e de saúde. [...] uma profunda reforma educativa, laica e igualitária, para ambos os sexos. Inspirada nos critérios da *Institución Libre de Enseñanza*, a escola pública republicana deveria inovar em métodos pedagógicos, fomentar atividades esportivas e ao ar livre, intensificar o ensino de matérias científicas e tecnológicas. [...] Na contramão do centralismo que havia imperado na Espanha desde o reinado de Felipe V, a Segunda República reconhecia às regiões o direito à autonomia e ao uso público de línguas próprias. (BUADES, 2013, p. 19-20).

A monarquia e sua política caciquista ficaram identificadas com uma Espanha do passado que precisava mudar, e todas as expectativas eram agora depositadas na nascente república. O ânimo republicano de querer fazer em pouco tempo o que no restante da Europa levava mais de um século para se efetivar, no entanto, encontraria resistência de uma sociedade ainda muito conservadora. Tusell (1999, p. 4), tentando compreender por que a aparente lua de mel com a República logo seria substituída por um ambiente de hostilidade e violência, argumenta que a sociedade espanhola era suficientemente moderna para ter uma democracia, mas não o bastante para que esta fosse estável.

Buades (2013, p. 17) diz que, apesar da ampla vitória das forças republicanas nas eleições municipais de 1931, convocadas pelo rei Alfonso XIII após a queda da ditadura de Primo de Rivera, ter como resultado a vitória esmagadora republicana, isso não significava

que havia amplo apoio da sociedade espanhola à República. O autor argumenta que a rápida abdicação do rei ao trono frente ao resultado eleitoral, causando vacância no poder, foi o que realmente favoreceu e precipitou a instauração do regime republicano. Sua transição aparentemente pacífica seria resultado da posição à direita liberal de seu líder do governo provisório, Niceto Alcalá-Zamora, além do desejo da sociedade espanhola por um novo regime.

Quando, no entanto, são formadas as cortes parlamentares da primeira legislatura espanhola, com a maioria de suas cadeiras ocupadas por políticos de esquerda da coalizão republicano-socialista e a Constituição é aprovada em dezembro de 1931, a opinião de vários setores da direita como de católicos, militares e latifundiários é de rejeição e oposição ao governo.

Como poderia, ao mesmo tempo, ser a Segunda República vista como um novo amanhecer da política espanhola e como uma monarquia encoberta? Em termos de regime político, a Segunda República era realmente o início de uma nova fase, pois “fue la única experiencia realmente democrática que vivió España antes de 1977.” (TUSELL, 1999, p. 3). Em suas aspirações também representava uma mudança profunda de propósitos e direcionamento governamental, pois “el intento que supuso la Segunda República española fue mucho más profundo en sus propósitos reformistas en lo social y participativos en lo político que cualquier otro régimen europeo de entreguerras” (TUSELL, 1999, p. 3).

A modernização e estrutura da sociedade que propunha a República, no entanto, não era algo radicalmente novo, pois pode ser considerada

consecuencia de procesos anteriores que ahora parecían tener como resultado lo que parecía un gran paso adelante en la vida colectiva española. A la altura de 1931 España había llegado a una fase de plenitud, producto de una modernización precedente que parecía poderla instalar en un punto de partida nuevo. (TUSELL, 1999, p. 3).

Durante a ditadura de Primo Rivera o país já havia avançado muito rumo à modernização. Com o aval da monarquia, a ditadura de Primo Rivera fora concebida como uma solução para a crise política em que se encontrava o país. O regime de Restauração (1874-1923), período de volta da monarquia Bourbon ao poder após o fim da breve Primeira República, apesar de conservador, foi suficientemente flexível para incorporar alguns princípios democráticos, e foi um período de início do processo de modernização espanhola na passagem do século XIX para o XX.

La Restauración consiguió, así, crear en España las condiciones para impulsar un nada desdeñable proceso de modernización y desarrollo industrial que, a pesar de las graves crisis coyunturales y sectoriales, se prolongó hasta finales de la década de 1920. Este proceso tuvo sus principales centros en Cataluña, Vizcaya, Guipúzcoa y Asturias, y algunos sectores como banca, ferrocarriles, electricidad y minería conocieron un considerable desarrollo. Incluso aunque la agricultura siguiese teniendo un decisivo peso negativo en el desarrollo económico, se consolidó en Levante (cítricos) y en el área de Jerez (vinos) una nueva agricultura de exportación (FUSI, 2012, p. 202).

Tusell (1999, p. 5) alerta para o erro de caracterizar essa sociedade do início do século XX como totalmente rural e estancada. Em comparação com o restante dos países europeus, Espanha estava sim em uma situação de atraso frente ao processo de industrialização e modernização, mas já poderia ser descrito como um país semi-industrial, impulsionado pela neutralidade na Primeira Guerra. Para o autor, a instabilidade política da década de 30 seria então fruto dessa posição intermediária: Nem parte da sociedade europeia mais desenvolvida, nem uma economia totalmente agrária com uma população massivamente rural.

Na capital Madri, por exemplo, “la ciudad experimenta un proceso de cambio que la convertirá en un polo de atracción para el resto de España. El aumento de población que vive la urbe es espectacular, pasando de los 539.835 habitantes en 1900 a 952.832 a la altura de 1930.” (HERNÁNDEZ CHINARRO, 2013, p. 111). Ainda em 1915, “se calcula que había más de 100.000 obreros para una población de medio millón de habitantes.” (HERNÁNDEZ CHINARRO, 2013, p. 110). Tusell (1999, p. 8) destaca o crescimento industrial como fator decisivo para o crescimento do mundo urbano, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial. Em “1930, diez millones de españoles — sobre un total de veintitrés— vivían en zonas urbanas.” (TUSELL, 1999, p. 8).

No início do século XX, Espanha tinha sufrágio universal masculino, mas seu sistema de eleições bipartidaristas, com governos conservador e liberal se revezando no poder, em que reinava o chamado caciquismo, era guiado por pessoas com poder político e econômico, que por meio de seu clientelismo político dominavam determinada região sob a qual tinham influência, controlando os votos. Essa seria a velha política tão odiada tanto pela direita como pela esquerda.

A concepção do que seria a solução para essa “velha política”, no entanto, era bem diferente entre progressistas e reacionários, até mesmo no seio da própria direita. González Cuevas (2006, p. 60-61) explica que houve duas tradições hegemônicas na direita espanhola entre os séculos XIX e XX. Do lado da direita de tradição conservadora-liberal imperava a

ideia de regeneracionismo, admitindo certas transformações sociais e políticas fruto das revoluções liberais na Europa, porém respeitando três organizações que seriam pilas da história espanhola: A nação tradicional, a Igreja e a monarquia. Essa seria a base ideológica da Restauração monárquica.

Na direita tradicionalista mais reacionária, descrita pelo autor como teológico-política, a religião era a base da ação política, se identificando com o carlismo e com o autoritarismo. “El clero y la filosofía escolástica siguieron disfrutando de gran influencia en los planteamientos de la derecha española” (GONZÁLEZ CUEVAS, 2006, p. 61). Para esses grupos conservadores, a democracia parlamentar seria, assim, o problema da política, pois dava espaço e voz às massas incultas, abrindo espaço para a desordem. “El odio hacia el viejo grupo de políticos de partido fue racionalizado en una teoría política antiparlamentaria que [...] atacaba el individualismo y los derechos individuales.” (CARR, 1983, p. 139).

Os militares já vinham sendo, desde o século XIX, protagonistas na vida política espanhola, sempre vistos como verdadeiro instrumento de mudança e transformação na vida política espanhola, unidos aos conservadores e a direita em geral após a primeira guerra, ao redor da ideia da autoridade contra a decadência. Carr (1983, p. 140) afirma, no entanto que, diferente do século XIX, quando militares apareciam na arena política como amotinados liderados por um general, a partir do início do século XX emergiram como grupo de pressão, composto por jovens oficiais, atuando como salvadores da nação.

Lo mismo que en otras esferas, en las raíces del descontento se encuentra el desastre cubano de 1898. Los militares culparon de la derrota a la negligencia de los políticos [...]. Apareció una nueva nota de mesianismo militar que reclamaba para el ejército una “función nacional dinámica” como “la única fuerza sana” de una sociedad corrupta. (CARR, 1983, p. 140).

Já para a esquerda mais ao centro, liberais progressistas e intelectuais, a superação da velha política tinha embasamento na ideia da vitória da civilidade sob o horror e a barbárie da guerra. Desejavam igualar a Espanha ao nível de progresso e modernização do restante da Europa ocidental. Ao contrário da direita reacionária, desejavam que a democracia pudesse ser aprofundada, já que sua forma bipartidarista sob o período caciquista da monarquia não permitia a ascensão ao poder de partidos de orientações diferentes.

Antes da ditadura de Primo Rivera, muitos dos republicanos acreditavam no reformismo, e desejavam democratizar a monarquia espanhola, retirando seu conteúdo autoritário enquanto mantinha-a como instituição de prestígio histórico. Manuel Azaña, último presidente da República e criador do partido *Acción Republicana* em 1925, fora um

desses. Seu partido, no entanto, não chegou a se organizar até 1930, e de outro grupo, o *Alianza Republicana*, viriam as ações e reflexões em torno do desejo de democratizar a Espanha de Primo Rivera.

Los orígenes de este grupo intelectual, nacido de la Escuela Nueva, una institución cultural madrileña de orientación izquierdista, pueden rastrearse en la correspondencia de Martí Jara y Giral con Miguel de Unamuno. Ya en febrero de 1924, pocos meses después del golpe de Estado de Primo de Rivera, ambos le anunciaron que desde la Escuela Nueva querían agitar la “charca maloliente de la política española” y que se proponían crear una “agrupación, sin dogma, de toda o la más sana parte de la política española” (AVILÉS FARRÉ, 2006, p. 37).

Dentro da Alianza Republicana, havia aqueles que desejavam um movimento de caráter civil e, pelo contrário, outros que defendiam um pronunciamento militar. Aos liberais progressistas se somavam muitos participantes da maçonaria espanhola, sobre a qual “sus enemigos propagaran una visión conspiratoria [...] a la que atribuían un poder oculto y culpaban de promover la revolución” (AVILÉS FARRÉ, 2006, p. 44). Embora a maioria da maçonaria espanhola defendesse uma posição apolítica, muitos membros acreditavam que defender a liberdade frente ao regime ditatorial corresponderia a aplicação dos próprios princípios maçônicos. Seria um dos grupos contra o qual a extrema direita se voltaria com teorias conspiracionistas na Guerra Civil, como vemos no texto *La intriga judeo-masónica*, do jornal *La Falange* de 2 de janeiro de 1937<sup>11</sup>:

La judería internacional, que ha organizado este asalto a España y dispuesto el saqueo de nuestras riquezas, al encontrar difícil la realización de su plan de conquista, utiliza ahora otro de sus instrumentos – la masonería – cuyo exponente supremo es la llamada Sociedad de Naciones, para salvar lo que pueda del Frente Popular cuando comprende que va a perder la guerra.

Nesse trecho, vemos que o desejo de intervir na Guerra Civil Espanhola por parte da Liga das Nações é vista pela extrema direita como um intervencionismo inaceitável, que caracterizam como um complô entre países estrangeiros, judeus e maçons. Se manifesta aqui, além de uma visão nacionalista, também uma visão xenofóbica e preconceituosa. Lembrando que a xenofobia com judeus vinha sendo preservada pelos conservadores espanhóis há séculos, misturando questões religiosas e econômicas.

---

11 LA INTRIGA judeo-masónica. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 2 de jan. de 1937. Ano II, nº 105, p.2.

O programa de reformas da coalizão republicano socialista, que governou entre os anos de 1931 e 1933, era ambicioso: desejavam expropriar latifúndios para promover distribuição da terra; criar um exército profissional e neutro politicamente; limitar a influência da Igreja Católica na sociedade, secularizando-a e promovendo um ensino laico; conceder autonomia a regiões historicamente separatistas.

Não é difícil imaginar o resultado, de um regime recém-nascido que desejava implantar rapidamente o que não havia sido feito em séculos: “Los planes del gobierno dividieron profundamente la vida política y social. Las reformas provocaron la oposición y el rechazo de la opinión católica, de la iglesia, de los terratenientes y de muchos militares.” (FUSI, 2012, p. 218).

Em resposta, a direita reacionária se mobiliza, e em fins de 1933 nasceria o partido fascista espanhol, a Falange de José Antonio Primo de Rivera. Para além da Falange, partidos como o Acción Popular, CEDA, Renovación Española e Comunión Tradicionalista se uniriam para barrar os intentos reformistas da República. Com o crescimento do conservadorismo, as eleições de 1933 seriam ganhas pelo partido católico CEDA.

Com a maioria das cadeiras parlamentares, a direita cresceria em influência e seria chamada pelo presidente do governo para formar coalisão, o que irritaria a esquerda e republicanos. A insurreição em outubro de 1934, organizada pelo Partido Socialista Obrero Español, seria consequência direta da participação no governo do maior partido representado nas Cortes. A revolução de outubro de 1934 seria o golpe final de legitimidade do regime republicano frente às direitas, que se aproveitariam para criar o discurso de uma tentativa da esquerda internacional de tomar o país, uma ameaça comunista a soberania espanhola que tentava instalar a revolução proletária.

As greves revolucionárias, como movimento nacional, falharam em alcançar todas as regiões da Espanha. Foram duramente reprimidas, causando prisões e mortes, e seriam vistas pela direita como a primeira tentativa da esquerda internacional, aliada a Rússia, de tomar o Estado. A segunda seria através das eleições de 1936, contra o qual a direita dizia se insurgir para impedir a revolução.

Essa era a leitura histórica que Franco reproduziria em seu discurso, em comemoração ao aniversário de dois anos do alçamento, em julho de 1938: “Los episodios de nuestra guerra son continuación de aquellos sucesos revolucionarios de 1934, [...] la demostración más palmaria de los propósitos en que habían de inspirarse [...] más tarde, el tan fatídico Frente Popular español.”

Franco continua seu discurso dizendo que, naquele momento, a Rússia desejava levar a revolução para o solo europeu e para a Espanha, criando as frentes populares com a ajuda da democracia. Franco descreve essa ação como “la más grande ofensiva que registra la Historia contra la soberanía y régimen de los demás países explotando un liberalismo caduco [...] que con grupos de desalmados pueda traicionar a su Patria hasta convertirse en servidores del Komintern ruso.” Cita ainda que aqueles que fracassaram em tomar o poder por violência em 1934, conseguiram obter sucesso em fevereiro de 1936 por meio pacífico, através das eleições,

ofreciendo a Rúsia la bolchevización de España. [...] He aquí el por qué nuestra contienda rebasa los límites de lo nacional para convertirse en Cruzada, en la que se debate, la muerte de Europa y en razón de que [...] los revolucionarios marxistas apareciese desde los primeros momentos como aliado incondicional de los detractores y enemigos de España a los que enviaban un ejército de tanques y millares de aeroplanos para con sangre y oro españoles dar a Europa la batalla que hace tiempo preparaba en Occidente. Y como no bastasen los españoles rojos y los bancos rusos [...] se movilizaron a los indeseables de Europa, a los hombres sin patria [...] en unión de aquellos obreros sin trabajo [...]. Ese es el secreto que se quiere ocultar, el de la alianza de los frentes populares con la revolución roja.<sup>12</sup>

A Frente Popular foi a coalisão entre republicanos e socialistas, vencedora das eleições de 1936, uma tentativa de unir novamente diferentes espectros de centro e esquerda para fazer frente à direita. Escândalos financeiros, denúncias de corrupção, cortes de gastos públicos e a violenta repressão à revolução de 1934 ajudaram a desintegrar a direita como força eleitoral.

Mas a vitória da Frente Popular escamoteou a realidade do país, que estava dividido. Carr (2009, p. 560) traça a divisão das regiões onde esquerda e direita tinham seus redutos: Em Leão, Castela e Navarra, regiões de latifúndios e camponeses médios, predominava a direita, e seriam áreas onde se estabeleceria primeiro a Espanha nacionalista da Guerra Civil. A esquerda era mais forte nas grandes áreas urbanas e províncias separatistas, não aceitas pela direita. Forças de centro perderam sua influência, e a polarização já refletia nos estados de ânimo que precederam o conflito.

Apesar do alarde da direita sobre a necessidade de iniciar um movimento contrarrevolucionário para frear a iminente revolução da esquerda em marcha, nunca houve provas de que havia algum levantamento específico em marcha. Havia um ambiente

---

12 FRANCO, habló así a su pueblo. **La Falange**: Órgano de Falange Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 19 de jul. de 1938. Ano III, nº 203, p. 1-2.

revolucionário, mas não uma união das esquerdas que viabilizaria os atos. Nos sindicatos de Málaga,

militantes se tiroteaban entre sí; en Madrid la U. G. T. puso fin a una huelga que la C. N. T. deseaba continuar; en Barcelona y Madrid los camareros de la C. N. T., que luchaban en favor de la mejora de salarios y la abolición de las «indignas» propinas, llegaron a las manos con sus compañeros sindicados en la U. G. T. (CARR, 2009, p. 563).

O verdadeiro instrumento de ação e início da conspiração foi o exército, que apesar de dividido sobre a natureza que deveria ter um novo regime, desejava derrubar a Segunda República. Carr (2009, p. 569) afirma que o estalar dos descontentamentos represados do exército vieram com a atitude da república, que consciente da hostilidade dos militares, enviou seus principais generais para regiões espanholas remotas: Goded foi mandado para as Ilhas Baleares, Franco às Ilhas Canárias, e Mola, que estava a frente do exército da África, a Pamplona.

Não acreditando na possibilidade do levantamento, os políticos republicanos e generais apoiadores do regime foram pegos de surpresa, e hesitaram por muito tempo em uma contra-atacar, com medo de que ela se tornasse radicalizada, e a república fosse entregue aos partidos de esquerda e a trabalhadores armados. Como uma ordem não foi dada do governo indeciso, cada região respondeu de acordo com o equilíbrio local de forças, umas se declarando de imediato apoiadoras da direita sublevada, outras reagindo em defesa do resultado das eleições.

O território defensor da República acabou por atrapalhar os planos de um golpe rápido e eficaz da direita, fazendo o alçamento se tornar uma Guerra Civil. A direita logo converteria essa luta na ideia de uma cruzada, uma guerra de reconquista como no período medieval, para tomar das mãos dos “infiéis” o solo indivisível da Espanha. A divisão “nós” contra “eles” ficaria clara no discurso de ambos os lados, tentando marcar o antagonismo para sustentar a ideia de identidades opostas. Para defender que um cidadão espanhol não era realmente espanhol, por não estar do mesmo lado político, a exclusão sustentava a diferença no discurso nacionalista:

La guerra de España no es una cosa artificial; es la coronación de un proceso histórico en la lucha de la Patria con la antipatria, de la unidad con la secesión, de la moral con el crimen, del espíritu contra el materialismo, y no tiene otra solución que el triunfo de los principios puros y eternos sobre los bastardos y antiespañoles. El que piensa en mediación propugna por una España rota, materialista, dividida, sojuzgada y pobre en que se realice la

quimera de que vivan juntos los criminales y sus víctimas; una paz para hoy y otra guerra para mañana.<sup>13</sup>

Estabelecendo suas reivindicações por meio de antecedentes históricos, a direita sublevada buscava fundamentar e legitimar sua luta contra a democracia. Como afirma Silva (2012, p.11-12), longe de estabelecer uma verdade histórica, esses argumentos bélicos embasados em um suposto passado nos diz mais sobre o presente dos sujeitos que o reclamam, e seu inegável momento de crise. Era necessário justificar por que espanhóis matavam outros, por que cidadãos do país tinham sua nacionalidade negada, por que um golpe tentava tomar um governo democraticamente eleito, por que o outro não tinha a liberdade de se posicionar de forma diferente e precisava ser combatido por isso.

---

13 IMPORTANTES declaraciones del Caudillo. **La Falange**: Órgano de Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 29 de ago. de 1938. Año III, n° 209, p. 1.

## CAPÍTULO 2 – USO DA IMPRENSA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA COMO VEÍCULO DE PERSUASÃO: JORNAL *LA FALANGE* DE CÁCERES

### 2.1 - A IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA

Antes alvo de rechaço por alguns que a consideravam uma fonte suspeita, e abraçada por outros que a viam como detentora da verdade, a imprensa hoje é amplamente utilizada como fonte e objeto de pesquisa, tanto nas humanidades como em outras áreas. A imprensa já era utilizada como fonte historiográfica desde o século XIX, mas apenas em 1923, nos Estados Unidos, surge a primeira obra relacionando história e imprensa: *The newspaper and the historian*, de Lucy Maynard Salmon, “profesora de historia en el Vassar College de Nueva York y primera mujer en formar parte del comité ejecutivo de la American Historical Association.” (HERNÁNDEZ RAMOS, 2017, p. 467).

Já no Brasil, Leite (2015, p. 5-6) destaca que é a partir dos anos 70, com a emergência de novas tendências historiográficas que redirecionaram seu olhar para com a cultura, o cotidiano e o social, que jornais passam a ser mais utilizados na historiografia brasileira. Hernández Ramos (2017, p. 468) afirma que também foi a partir da década de 70 que historiadores da terceira geração dos Annales, como Ladurie, Nora e Le Goff, atribuem aos meios de comunicação de massas a categoria de dominadores da história, por ser uma das principais testemunhas desta a partir do momento em que o periodismo se torna fenômeno de massas no século XX, e se expande para outras plataformas além da imprensa escrita.

A partir do entendimento de que nenhuma fonte é espelho da realidade, verdadeira e objetiva, e da diversificação de temáticas historiográficas, é reconhecido o valor da imprensa e suas infinitas possibilidades de pesquisa por sua historicidade, carregada de subjetividades e intencionalidades. Como salienta Hernández Ramos (2017, p. 465-466), podemos dividir o uso da imprensa escrita na pesquisa em duas modalidades: Se pode usar o periódico como objeto em si, examinando suas características fundamentais (como preço, tiragem, divisão de sessões e cadernos, seus donos/empresa, etc.) para observá-lo em relação a seu contexto histórico, cultural e institucional no qual atuou. Também se pode utilizar a imprensa escrita como fonte, recorrendo a seus textos para conhecimento e reconstrução de uma época passada, através de um estudo e análise das informações e opiniões publicadas.

Para a presente pesquisa utilizamos a imprensa como fonte, reconhecendo-a como espaço de disseminação e articulação de ideologias, valores, opiniões, ideias e memórias, com grande poder para intervir na vida social e servir interesses. Ao utilizar esse tipo de fonte,

alguns cuidados metodológicos devem ser levados em conta. Sua aceitação como fonte deve ser observada com uma postura crítica, reconhecendo no periódico um produto cultural inserido em um contexto histórico específico.

Cruz; Peixoto (2007, p. 256) nos alertam para alguns erros correntes ao utilizar jornais em trabalhos acadêmicos. O primeiro é quando o conteúdo da imprensa é tratado como fonte para complementar informações, sem levar em conta o contexto de publicação. Os textos do jornal acabam sendo vistos como a verdade dos fatos e utilizados para preencher lacunas, quando na verdade sabemos que há diversos fatores interferindo na produção e redação, que deveriam levar aquele que produz a pesquisa a tentar identificar o lugar de fala do escritor, e sua interpretação dos fatos narrados.

A solução para tal problema é também o princípio norteador de uma pesquisa que utiliza a imprensa. É preciso levar em conta a historicidade e intencionalidade do jornal, trazendo “para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257). Precisamos, assim, conhecer as influências por trás da produção de um jornal, como ideologia (de donos da empresa e escritores), filiações políticas, processos econômicos e conjuntura da época, partidos e cultura dominante do período abordado, inimigos e aliados.

Outro erro corrente é tomar o conteúdo do jornal como espelho da verdade de sua época, como se este fosse apenas depositário de uma visão de mundo dominante. A imprensa não é agente passivo na história, pelo contrário, possui papel fundamental para a constituição da realidade social, modelando pensamentos e ações, generalizando interpretações de mundo localizadas que fingem/pretendem ser universais, definindo papéis sociais, mobilizando ações, criando consensos e adesões. “Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

A imprensa é, assim, uma força social que age na produção de hegemonia, como no caso da fonte aqui utilizada, o jornal *La Falange*, que atuou em meio à Guerra Civil Espanhola, junto com diversos outros jornais da direita, para disseminar uma visão de mundo a serviço do bando sublevado, com o objetivo de legitimar seu desejo de tomada do poder. As informações e opiniões do jornal serviram, também, para angariar apoio e lançar as bases ideológicas da ditadura, antes que esta se estabelecesse. Produziu toda uma leitura de seu presente, articulando-o com o passado, para perspectivar um futuro esperado.

Para a análise da fonte, selecionamos seus textos opinativos (editoriais e artigos), pois são o espaço privilegiado para se observar posicionamentos culturais e ideológicos do jornal, que nos oferece maior riqueza de detalhes em torno daquilo que buscamos, que são os usos e articulações entre passado e presente para a construção de uma cultura nacional, legitimadora e base do regime que estaria por vir. Como o estilo de escrita da fonte aqui analisada é de uma propaganda persuasiva, que busca angariar apoio por parte da sociedade espanhola durante a Guerra Civil, trazemos aqui discussões da área da publicidade e da propaganda.

Segundo Pizarroso Quintero (1999, p. 146), se falamos em propaganda como fenômeno comunicativo, temos que levar em conta que os processos comunicativos podem se dividir em duas categorias: informação e persuasão. Hernández Luis (2014, p. 139) define propaganda como processo comunicativo que difunde ideias com um fim não informativo, mas persuasivo. Portanto, enquanto a publicidade possui fim comercial, a propaganda é política. Uma comunicação persuasiva é aquela em que a chave está na resposta do receptor, buscando o emissor deste um reforçamento, formação ou modificação de sua resposta (opinião ou ação). Assim, define-se persuasão como “un proceso comunicativo cuya finalidad u objetivo es la influencia” (PIZARROSO QUINTERO, 1999, p. 146).

A propaganda é um meio pelo qual se busca direcionar a opinião ou ação pública, utilizando-se de manipulação, através de diversos meios como a fala, a escrita, o áudio e a imagem. Seu uso se mostrou recorrente ao longo da história em meio a conflitos, quando influir condutas se mostra necessário para o fim de ganhar apoio e construir na população interpretações desejadas sobre a guerra.

Domenach (2001, p. 9) situa, inclusive, a propaganda em primeiro lugar na hierarquia dos poderes do totalitarismo moderno, a frente da polícia e do exército porque estes, antes de agirem, eram precedidos pela propaganda, que lhes facilitava a ação. Onde há competições políticas na história, ali poderemos ver a propaganda. No entanto, é a partir da Primeira Guerra Mundial que a propaganda se torna instrumento essencial em grandes conflitos, e passa a ser estudada e sistematizada teoricamente. A propaganda durante a guerra se tornou tema recorrente, se popularizando a partir dos anos 30, quando nascem teorias sobre esta a partir da preocupação com a influência dos meios de comunicação em massa na sociedade.

Pizarroso Quintero (1999, p. 159) aponta que, quando um historiador estuda um determinado momento histórico através da propaganda, deve ocupar-se de cinco aspectos: Estudar o emissor, que é a organização encarregada de difundir e elaborar a propaganda; os meios ou canais através do qual difundiram suas mensagens; os conteúdos da propaganda, ou

seja, a mensagem em si; as técnicas aplicadas na propaganda; e finalmente os efeitos desse fenômeno propagandístico.

O último ponto, de análise da repercussão da mensagem, é o mais difícil de analisar, pois envolve os efeitos nos receptores. Para esta pesquisa, os resultados da propaganda foram observados com relação a um nível macro, no estabelecimento da mensagem propagada durante a guerra no âmbito da educação. O conteúdo da disseminação ideológica dos sublevados na guerra terminou por se tornar base de uma cultura nacional do franquismo, buscando se enraizar nas identidades dos espanhóis através da educação. Assim, nossa análise se centrará nos efeitos dessa mensagem para a estrutura educacional na Espanha, compreendendo que tipo de cidadãos o franquismo esperava formar.

## 2.2 – O PRIMEIRO PARTIDO FASCISTA: JOSÉ ANTONIO PRIMO DE RIVERA E FALANGE NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

José Antonio Primo de Rivera, fundador da Falange, apresentou em público pela primeira vez os princípios do partido em Madri, em 29 de outubro de 1933. Crítico do contrato social de Rousseau, defendia que a vontade geral (da maioria) entrava em embate com normas permanentes, que deveriam reger a sociedade. A vida social, assim, baixo o contrato social que José Antonio trazia para o contexto da democracia liberal, era regida por fenômenos determinados pelo contexto sócio-histórico, que destruía as leis fundamentais e normas permanentes, incitando a fragmentação da sociedade.

Diante de uma Espanha marcada por uma —ruína moral, destruída pelo ódio e por todo tipo de luta e com uma população absolutamente torturada pela influência política e social dos caciques, a Falange Espanhola era apresentada não como partido, mas como um movimento, quase um —antipartido como insistia José Antonio, que se pretendia nem de esquerda nem de direita porque rejeitava os interesses de grupo e de classe. A única forma de erguer novamente o país era recuperar a Pátria como elemento central de coesão, como fomentadora de uma unidade capaz de colocar-se além das divisões existentes no interior da sociedade (LIMA, 2010, p.78).

Em 1934 o partido se fundiu com a JONS (Juntas de Ofensiva Nacional – Sindicalista), de Ledesma Ramos, e se tornou FE de las JONS, *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Sindicalista*. A influência de Ledesma, de posicionamento mais radical, proporcionava a Falange mais proximidade com os trabalhadores e a parcela pobre da população, enquanto José Antonio estava mais próximo das elites e da intelectualidade

conservadora, o que provocou diversos conflitos e divergências no partido. José Antonio acabaria expulsando Ledesma do partido.

Com o insucesso do partido nas eleições de 1934, a rejeição por parte de monárquicos e militares, e a saída de muitas lideranças, José Antonio buscava apoio nas juventudes e assumiria uma posição mais radical, defendendo reformas sociais e a reforma agrária. Para as eleições de 1936, decide não fazer coligações com as direitas, justificando que isso era necessário para manter a essência do partido, o que o mantém à margem.

No entanto, José Antonio planejava, concretizada a vitória da Frente Popular, unir suas forças milicianas ao exército, organizando uma insurreição capaz de conter as forças revolucionárias [...]. Em fevereiro de 1936, a polícia promove uma visita à sede central da Falange, em Madri, onde encontra armas e outros objetos considerados ilegais. Em consequência, a sede foi provisoriamente interditada. O jornal *Arriba*, meio de propaganda do partido, também foi suspenso em março do mesmo ano. Os enfrentamentos entre as militâncias falangista e esquerdista se intensificaram até que foram ordenadas, pela Direção Geral de Segurança do novo governo, as prisões de vários dirigentes falangistas em 14 de março, dentre eles José Antonio. O partido sobreviveria na ilegalidade, isento de suas principais lideranças, funcionando na clandestinidade e sem nenhum direcionamento imediato (LIMA, 2010, p.137).

Enquanto José Antonio estava na cadeia, o partido crescia suas fileiras, em especial pela vinda de jovens de extrema direita da JAP (Juventudes de Acción Popular) de Gil Robles. Apesar da sua apreensão em se misturar com outras direitas, por receio de levar a Falange a perder suas convicções, viu de forma positiva o crescimento do partido, e em 29 de junho autorizou finalmente que colaborasse no golpe de Estado.

Em 18 de julho a tentativa de golpe foi executada, causando uma Guerra Civil que se arrastaria por três anos. Dentro do partido a discussão central era sobre a ausência de José Antonio, e quem designar para ocupar a vacância no centro da Falange. Manuel Hedilla foi o escolhido para ser presidente. Também estava entre as preocupações o fato de que a Falange não ocupava um posto central na parte política do conflito, mas apenas nas ações através de sua milícia.

José Antonio foi fuzilado em 20 de novembro de 1936, condenado por conspirar contra o Estado. Com ele, morria o que havia de “revolucionário” nos ideais da Falange pela nova Espanha: o flerte com o fascismo e a busca pela movimentação das massas, em especial dos trabalhadores. De seu legado falangista, permaneceu o que havia da velha Espanha: o apego ao tradicional, a uma Espanha imperial caracterizada como verdadeira, pela qual todo espanhol deveria lutar. Talvez não seja mera coincidência que, no jornal aqui utilizado como

fonte, a publicação contínua e fixa na última página, do plano de governo falangista elaborado por José Antonio, só permaneça até o fim de outubro.

Até que ponto sua retórica revolucionária era realmente parte de sua luta ou só passava de discurso de convencimento para angariar apoio do trabalhador, nunca saberemos. Precisaríamos ver como a Falange de José Antonio se comportaria com o poder nas mãos, mas já sabemos que, tradicionalmente, partidos de extrema direita sempre abandonam os ideais voltados ao proletário e ao pobre quando alçam o poder. Seu apelo às massas é apenas o canto da sereia a uma sociedade desencantada com a democracia. Não é preciso lembrar também que esse tipo de mistura nos ideais fascistas, que buscam agradar os dois lados, são uma grande contradição, já que o discurso progressista de desejo de mudança geralmente não passa de verniz para cobrir seu reacionarismo.

O grupo que vence a Guerra Civil, embora unido sob o nome da Falange, não era mais a mesma Falange do início da Guerra, com José Antonio à frente. Ela se tornou parte da coalizão das diversas direitas unidas em prol da guerra, diversidade que Francisco Franco, ao subir ao poder, trataria de eliminar para não se tornar um obstáculo. O que permitiu essa união foi a convicção em torno de ideais conservadores e católicos comuns e o vislumbre de um inimigo em comum a combater.

Em 1937 unificaram a Falange e os monarquistas carlistas, cujas milícias eram as mais numerosas do novo exército de massas em formação. A unificação era um casamento forçado cujo principal beneficiário foi o próprio general Franco. De uma vez só ele ganhou uma burocracia e uma base de apoio político, ao mesmo tempo em que pôs sob seu controle direto os rivais mais importantes (GRAHAM, 2013, p. 89).

Em 19 de abril de 1937, Franco assina o decreto 255, dissolvendo as forças políticas de direita e as unindo sob um único nome: Falange Española Tradicionalista y de *las* Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET de las JONS). Se auto proclama o líder do partido único, e Hedilla, protestando contra o decreto, acaba preso. Franco se torna assim o líder supremo no lugar de José Antonio, alcançando o poder e prestígio que ele nunca teve, a não ser após a morte, tornando-se uma espécie de mártir da direita.

## 2.3 - ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO FRANQUISTA E DA PROPAGANDA NACIONALISTA

Pulpillo Leiva (2014, p. 116) aponta que a propaganda do lado sublevado não foi homogênea, e variou de acordo com as influências recebidas das diversas famílias que se uniram na guerra (militares, falangistas, monarquistas, carlistas, católicos). No entanto, entre esses diferentes grupos, dois tinham maior peso sobre a propaganda sublevada: O grupo governamental em Burgos, cidade escolhida como sede do governo provisório durante a guerra, e a Falange, grupo que teve papel central na propaganda e maior definição ideológica.

Após fracassada a tentativa de golpe, o núcleo embrionário do futuro estado franquista, a chamada *Junta de Defensa Nacional*, nasce em Burgos, em 23 de julho de 1936, composta por militares e presidida pelo general Cabanellas. Franco foi designado como um dos três chefes de operações do exército, tendo sua sede na cidade de Cáceres. Dois meses depois, em 29 de setembro de 1936, Franco era nomeado chefe do Estado. (SÁNCHEZ RECIO, 1999, p.43).

Como Francisco Franco conseguiu ascender ao mando do grupo de sublevados em tempo tão curto? Graham (2013, p. 83-84) demonstra que Franco contou com a morte de seus principais rivais na guerra, seu controle sobre o exército da África e iniciativa pessoal na busca do apoio de Hitler e Mussolini, que contribuíram para a rápida ascensão de seu nome. Seu posicionamento neutro em relação aos diversos grupos do bando rebelde também permitiu que mantivesse boas relações e fosse aceito por todos.

Raymond Carr (2007, p. 591) argumenta que o poder supremo nas mãos de Franco nunca foi algo previsível, pois não estava nos planos dos militares uma guerra longa. A necessidade de estruturar um estado e unificar as diversas regiões, que estavam sob mandos de diferentes militares, foi sendo percebida ao longo da Guerra.

A *Junta de Defensa Nacional*, desde seu início, se preocupou com a propaganda, organizando em 24 de agosto a *Oficina de Imprensa e Propaganda*, que, segundo Pulpillo Leiva (2014, p. 117) era responsável pela difusão de conteúdos e doutrinação da população, com o objetivo de conquistar apoiadores para a causa dos sublevados. A primeira edição do diário *La Falange*, utilizado aqui como fonte, foi lançada poucos dias depois, em 31 de agosto de 1936.

A cidade de Cáceres é capital judicial e cidade com maior população da Estremadura, província situada a oeste da Espanha, na fronteira com Portugal. A província é dividida em duas regiões: Cáceres ao norte e Badajoz ao sul, ambas com capitais homônimas. Segundo Rina Simón (2013, p. 448) Cáceres contava com 28.498 habitantes em 1936. Durante a Guerra Civil, a província foi tomada rapidamente e quase que por completa pelos sublevados (com exceção da região mais a leste). Com a ajuda da Guarda Civil, já nos primeiros dias,

destituíram as autoridades eleitas pela República e prenderam seus políticos e apoiadores mais notórios.

Após militares tomarem a prefeitura sem resistência em 19 de julho, seguindo conselhos do governador civil que desejava evitar mortes, Manuel Placencia Fernández, líder político do partido da direita católica CEDA, foi nomeado como prefeito no dia 21, no lugar do antigo prefeito socialista, Antonio Canales. Canales ficaria preso até dezembro de 1937, quando foi fuzilado junto a outros presos políticos.<sup>14</sup>

Placencia Fernández não ficaria por muito tempo no cargo, sendo visto apenas como medida de urgência pelos militares. O escolhido para a prefeitura de Cáceres foi o capitão retirado Luciano López Hidalgo, “alcalde de la ciudad desde agosto de 1936 a junio de 1937; presidente de la Diputación entre 1938 y 1939; y gobernador civil de la provincia desde 1939 a 1944– miembro de toda confianza para el nuevo Estado, como demuestra su trayectoria política” (RINA SIMÓN, 2013, p. 456).

A posse de López Hidalgo aparece na primeira edição do *La Falange*. Parte de seu discurso de posse é reproduzido no jornal, onde vemos que a carreira política de Hidalgo é antiga, pois o mesmo fala que na ditadura de Primo Rivera esteve por seis anos no Governo Civil da província. Em seu discurso podemos observar a rejeição à política democrática de partidos, a exaltação da religião católica, o patriotismo da direita sublevada e o repúdio à esquerda.<sup>15</sup>

Em 26 de agosto, Franco estabelece Cáceres como sede militar, quartel oficial das tropas do sul, que comandava. Rina Simón (2013, p. 455) demonstra que Franco foi recebido na cidade com festejos e honrarias, onde instalaria residência até outubro. Na edição de 7 de setembro de 1936, o diário *La Falange* noticia um desfile ocorrido na cidade, no dia anterior (domingo), em homenagem a Franco. Na porta do Palácio Municipal de Cáceres, estavam reunidos diversas personalidades e militares do bando sublevado local, onde houve desfile da sessão infantil das Milícias Patrióticas, da sessão juvenil feminina e masculina da Falange entoando o hino falangista.<sup>16</sup>

---

14 LORENZO, Sergio. Los concejales asesinados y olvidados. **Hoy**, nov. 2015. Disponível em: < <https://www.hoy.es/caceres/201511/15/concejales-asesinados-olvidados-20151115004026-v.html> >. Acesso em 02 mar. 2021.

15 EN EL AYUNTAMIENTO – Posesión del nuevo alcalde. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 31 de ago. de 1936. Ano I, nº 1, p.2.

16 EL PATRIOTISMO de Cáceres - La ciudad rinde un homenaje de adhesión y simpatía al ilustre general Franco. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 07 de set. de 1936. Ano I, nº 7, p.3.

Em 1 de outubro de 1936 é criada a Junta Técnica, com o objetivo de estruturar o Estado nos princípios nacionalistas. Essa forma de organização administrativa permanece até janeiro de 1938. A lei divide a burocracia estatal em sete órgãos chamados de seções, e cria uma Secretaria de Relações Exteriores, que para além de controlar a diplomacia e embaixadas, cuidaria de uma seção de Imprensa e Propaganda, visando zelar pela imagem do bando nacionalista e do novo Estado no exterior.<sup>17</sup>

A comissão de *Cultura y Enseñanza* ficaria responsável pelo controle da Imprensa e da Propaganda em âmbito nacional, controlada pelo general José Millán-Astray. Millán-Astray criaria o lema “Una pátria: España, Un caudillo: Franco”, de inserção obrigatória em todos os jornais da época (PULPILLO LEIVA, 2014, p. 118). A frase apareceria pela primeira vez no diário *La Falange* na edição 85, de 7 de dezembro de 1936, em destaque na capa, abaixo do nome do jornal.

IMAGEM 1 – Cabeçalho do jornal *La Falange*, edição 85.



FONTE: *La Falange*: Diario de la Tarde, Cáceres, 07 de dez. de 1936. Ano I, nº 85, p.1.

Franco é proclamado *generalísimo* e chefe do Estado, tomando posse oficialmente em Burgos no dia 1 de outubro, em evento noticiado pelo jornal *La Falange* na mesma data, em sua edição 28. Em seu discurso reproduzido pelo diário, Franco diz que para livrar a Espanha daqueles que a querem destroçar, “hay que confiar en Dios, dar culto a la Patria y respetar a la familia, quien esto no hace no es hombre, ni español, ni nada”, e que “al poner en sus manos a

---

17 ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Ley Estableciendo la Organización Administrativa da que ha de ajustarse la nueva estructuración del Estado. Burgos, Año I, Núm. 1, 2 de oct. de 1936. Disponível em: < <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1936-9134> >. Acesso em 02 mar. 2021.

España, hacia el firme propósito de que la defendería y la elevaría al puesto que le corresponde en la historia.”<sup>18</sup>

Em novembro de 1936, o governo franquista é reconhecido oficialmente pelas potências fascistas como legítimo, cimentando a parceria do bando sublevado com Itália e Alemanha. A notícia é publicada na edição 70 do *La Falange*, do dia 19 de novembro, com um título chamativo e de grande destaque no topo da segunda página.<sup>19</sup> Com a crise provocada pela guerra, o jornal *La Falange* anuncia quase um mês depois, na edição de 15 de dezembro, que diminuirá pela metade o número de páginas do diário (de quatro para duas).<sup>20</sup>

Em janeiro de 1937 surge uma nova modificação na estrutura propagandística do Estado nacionalista. A *Delegación de Prensa y Propaganda* é criada, subordinada a *Secretaria General del Jefe de Estado*. O decreto de criação do órgão é publicado no Boletim Oficial do Estado do dia 17 de janeiro, deixando claro que sua missão principal era utilizar a imprensa e demais meios de difusão para “dar a conocer, tanto en el extranjero como en toda España, el carácter del Movimiento Nacional, sus obras y posibilidades y cuantas noticias exactas sirvan para oponerse a la calumniosa campaña que se hace por elementos «rojos» en el campo internacional. (p. 134).<sup>21</sup> Vemos aqui, até pelo próprio nome da delegação, que a imprensa possui caráter propagandista na visão nacionalista.

Toda a estruturação inicial do bando franquista serviu como base para a construção definitiva do primeiro franquismo, baseado na visão maniqueísta da guerra entre Espanha e anti-Espanha, vencedores e vencidos. Um dos passos mais importantes para a concentração do poder nas mãos de Franco foi o decreto de criação do partido único, em 19 de abril de 1937, dissolvendo todas as forças políticas e as unificando na Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET y de las JONS).

Durante alguns meses de 1937, o diário *La Falange* fica sem publicações, de 28 de fevereiro a 8 de agosto. A última edição (de 27 de fevereiro) e a de retorno (de 9 de agosto)

---

18 UNA FECHA historica. Hoy se ha efectuado en Burgos la transmisión de plenos poderes al nuevo Jefe del Estado. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 01 de out. de 1936. Ano I, n° 28, p.2.

19 LOS GOBIERNOS italiano y alemán, al reconocer oficialmente al del general Franco, dan un primer paso para su consolidación como potencia europea. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 19 de nov. de 1936. Ano I, n° 70, p.2.

20 “Obedeciendo órdenes de la superioridad, que gustosamente acatamos, nuestro diario limita su superficie a la mitad de su tamaño habitual, mientras duren las actuales circunstancias.” EL TAMAÑO de nuestro diario. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 15 de dez. de 1936. Ano I, n° 91, p.2.

21 España. **Boletín Oficial del Estado**. Decreto n° 180 de 14 de enero de 1937, creando la delegación para Prensa y Propaganda. Burgos, Ano II, N° 89, 17 de jan. de 1936.

foram numeradas como a edição 153. Não aparecem nas páginas do diário explicações pela interrupção da circulação, o que nos leva a algumas suposições. O partido falangista sofre uma troca grande de pessoal por Franco, em especial dos chamados camisas velhas, que se opunham a unificação do partido por acreditarem que isso levaria a modificação dos princípios falangistas. Assim, é possível que a desestruturação interna no partido, somada a falta de dinheiro e até de materiais básicos para a produção do jornal, causadas pela guerra, tenham algum peso para a paralização da produção.

Carr (2007, p. 591) argumenta que a unificação se tornou uma necessidade com o prolongamento da guerra, para impedir que a Espanha em mãos nacionalistas não se dividisse em diferentes feudos militares. Também permitiria a Franco monopolizar o poder, e acabar com grupos emergentes da direita que poderiam ter alguma unidade paralela, como os falangistas e carlistas, que possuíam uma numerosa milícia. Com a criação do partido único, Franco arrebanhava para si as milícias e tirava do caminho os líderes mais influentes. Os que desejassem ter algum cargo ou função no novo Estado precisariam estar subordinados ao *Generalísimo*.

Na edição 161, o jornal publica texto do secretário do partido único, Joaquín Miranda, reforçando a necessidade da unificação e reafirmando que “toda resistencia pasiva, toda tibieza o estratagema para aplazar o desviar la tarea unificadora, debe por eso considerarse como acto de deslealtad para el Caudillo y, por consecuencia, para la Patria”.<sup>22</sup> Com o grande número de afiliados do partido, espalhados pelas diferentes seções falangistas das províncias tomadas pelos nacionalistas, seria um desafio para a Falange a superação de disputas internas e conseguir uniformidade de estrutura e ação. Só a Falange da cidade de Sevilha, por exemplo, contava em 1940 com 88.632 afiliados. Parejo Fernández (2008) ressalta, no entanto, que com o estabelecimento do partido único, e a comprovação daqueles que foram atraídos pelas promessas da Falange de que foram enganados, os anos posteriores seriam de massiva saída das filas do partido.<sup>23</sup>

Quando volta a ser publicado, o *La Falange* retorna como um semanário, com uma edição a cada sete dias, composto por oito páginas. Na primeira publicação em 9 de agosto, a edição traz na primeira página uma foto de Franco, com uma frase do *caudillo* abaixo, e do lado uma foto de José Antonio Primo de Rivera, fundador do partido fascista *La Falange*,

---

22 MIRANDA, Joaquín. Falange Española Tradicionalista de las JONS – Secretariado político. **La Falange:** Semanario de Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 04 de out. de 1937. Ano II, nº 161, p.4.

23 PAREJO FERNÁNDEZ, José Antonio. ¿Quiénes fueron los falangistas? Jornaleros y señoritos convivieron en este movimiento ideológico. **Andalucía en la historia**, ano V, nº 19, 2008, p. 64-67.

também com uma frase sua. Ainda na primeira página, o jornal traz a informação de que o chefe da Falange na província de Cáceres, José Luna Meléndez, enviou um telegrama a Franco, o felicitando pelo aniversário de um ano do movimento, sendo respondido por Franco com agradecimentos e saudações cordiais<sup>24</sup>. Seria corriqueiro no franquismo contar o tempo a partir da data de sublevação (Primeiro, segundo, terceiro, etc. ano triunfal).

IMAGEM 2 – Capa do jornal La Falange, edição 153



24 **La Falange**: De Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 09 de ago. de 1937. Año II, nº 153, p.1.

FONTE: **La Falange**: De Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 09 de ago. de 1937. Ano II, n° 153, p.1.

O 18 de julho, data de início da sublevação e tentativa de golpe, se tornaria uma festividade, e diversas outras datas ligadas ao triunfo na guerra seriam instituídas como dias comemorativos. Na edição 160, do dia 27 de setembro de 1937, o *La Falange* destaca a importância do dia 1 de outubro, data em que completaria um ano que Franco foi nomeado chefe do Estado: “El hecho histórico tiene para Cáceres una importancia porque en aquellas fechas el Generalísimo tenía en nuestra capital su cuartel general y por ello nos cupo el honor de tenerlo entre nosotros al ser exaltado a la más alta magistratura de la nación.”. O partido pediria que a data se tornasse dia festivo:

“Falange Española Tradicionalista y de las JONS, agradecida al Caudillo de la España Imperial y eterna, pide que se establezca Fiesta Nacional del Caudillo, el día primero de Octubre, aniversario de su exaltación a la Jefatura del Estado y de su nombramiento de Generalísimo de nuestros invencibles Ejércitos”.<sup>25</sup>

O pedido seria aceito, e a data seria mais uma das comemorações franquistas, com o objetivo de perpetuar os mitos fundacionais do Estado e a divisão entre vencedores e vencidos. Outra data comemorativa que encontramos no jornal é o Dia dos Caídos, em 29 de outubro, data que também comemora a criação do partido falangista por José Antonio. O jornal noticia os atos festivos nos municípios de Garguera e Villar de Rena, pertencentes a Extremadura. O dia começava com missas, celebradas para os que morreram na guerra, e era seguido de desfiles e execução do hino da Falange.<sup>26</sup>

Com a grande quantidade de datas comemorativas instituídas pelo regime, muitas ainda durante a Guerra Civil, vemos que o calendário e sua força simbólica também não escaparam ao controle do franquismo. Esses dias comemorativos auxiliavam o regime nascente em sua missão de moldar a população espanhola em sua cultura nacional.

Tan notable remodelación del calendario festivo respondía a la necesidad del nuevo régimen de armarse de un entramado simbólico que le proporcionase legitimidad en el ejercicio del poder, favoreciendo la adhesión del conjunto

---

25 FECHAS memorables – La exaltación del Caudillo a la Jefatura del Estado. **La Falange**: De Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 27 de set. de 1937. Ano II, n° 160, p.4.

26 LA FIESTA de los Caídos. **La Falange**: De Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 08 de nov. de 1937. Ano II, n° 165, p.3.

de la sociedad a los principios ideológicos estatales en conjunción con otros mecanismos como la educación reglada, el control férreo de las distintas formas de expresión cultural y, por supuesto, la represión directa (ANTUNAGANCEDO, 2016, p. 196).

O calendário festivo franquista seria de grande importância para a educação no regime, fato comprovado por texto que encontramos no próprio *La Falange*, de 13 de junho de 1938. O texto em questão lembra aos professores que devem rememorar a data nas escolas, em que se completavam dois anos do assassinato de Calvo Sotelo, político monarquista influente de direita, que foi ministro na Ditadura de Primo Rivera e deputado durante a Segunda República. Sua morte precipitou o início do golpe militar em 1936, que desencadeou a Guerra Civil.

En este día se aprovechará la sesión escolar para glosar la figura gloriosa que se dejó inmolar por los ideales de Dios y Patria. Al alma de nuestros niños generosa e inteligente llegarán en este día a través de las palabras de sus maestros atendidos los conceptos de las virtudes de nuestra raza y del sacrificio de nuestros héroes depositándose en los tiernos corazones una tierna semilla. Esos actos sencillos pero emocionantes, serán de un gran valor pedagógico y patriótico, y dejarán un recuerdo imborrable en la memoria de nuestros escolares que por esa vía se irán formando en los verdaderos cálices de la auténtica conciencia nacional.<sup>27</sup>

Para além das datas ligadas a sublevação, também serão instituídas comemorações escolares ligadas ao catolicismo, como a circular divulgada no Boletim Oficial do Estado de 4 de maio de 1939, que lembra a obrigatoriedade de realizar o Mês de Maria nas escolas, pois “la devoción mariana, forjadora de nuestra Historia [...], ha de ser en la educación de la nueva España elemento básico de la formación de la niñez”.<sup>28</sup> Outro exemplo é a instituição da Festa de Exaltação da Santa Cruz, também obrigatória a todas as instituições públicas e privadas de ensino:

Importa sí que este triunfo de la Cruz, sin el que no puede hacerse perdurable la victoria de nuestras armas, ya que su continuidad estriba en la formación sólida e integralmente cristiana de las generaciones infantiles [...] se extienda a todas las Escuelas del territorio nacional, y a la par de que en todas, se conmemore de manera pública y solemne esta nueva Exaltación de la Santa Cruz, a la que va vinculada la sagrada memoria de los que dieron

---

27 EL DÍA de hoy en las escuelas. **La Falange**: Órgano de Falange Española Tradicionalista y de las JONS, Cáceres, 13 de jun. de 1938. Año III, n° 198, p.4.

28 ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Ministerio de Educación Nacional. Circular recordando la relativa al ejercicio del Mes de María en las Escuelas. Burgos, año IV, N°. 124, p. 2452, 4 de mai. de 1939.

singularmente su sangre y su vida inmolados por las hordas marxistas como Mártires de la Escuela Cristiana.<sup>29</sup>

Percebemos nesses exemplos a preocupação em disseminar para as novas gerações os ideais do regime nascente, encaminhando sua perpetuação por meio da construção e naturalização de uma identidade coletiva. Assim, através dos processos de socialização e interação de crianças e jovens no ambiente escolar, se esperava introjetar nas identidades pessoais destes o nacional catolicismo franquista.

No dia 23 de abril de 1938 é divulgada no Boletim Oficial do Estado a Lei de Imprensa do regime. A lei, produzida ainda sob o fogo cruzado da guerra, embora afirme em seu próprio texto não ser uma ordenação definitiva e se tratar ainda de “primeiros passos”, regularia a imprensa até 1966 quando uma nova lei, menos restritiva, inauguraria o processo de abertura do regime.

Em seu texto, fica explícito o papel dos meios de comunicação para o regime como instituições a serviço do Estado: “Siendo la Prensa órgano decisivo en la formación de la cultura popular y, sobre todo, en la creación de la conciencia colectiva, no podía admitirse que el periodismo continuara viviendo al margen del Estado”. O franquismo buscou converter a imprensa “en una institución nacional y haciendo del periodista un digno trabajador al servicio de España”.<sup>30</sup>

Competiria ao Ministro do Interior (na época Serrano Suñer, o *cuñadísimo*) cuidar do Serviço Nacional de Imprensa, que teria em cada província um Serviço de Imprensa subordinado ao Serviço Nacional. Caberia ao Estado a organização, vigilância e controle da imprensa, intervindo diretamente na designação do pessoal diretivo das empresas jornalísticas, tendo poder de censura e até supressão sobre estas. O Serviço Nacional era o encarregado pelo registro oficial da profissão, tendo o poder de negar aos que se desviassem da ideologia do regime o exercício da profissão, além do risco de sanções.

O Ministro do Interior e Delegado Nacional de Imprensa e Propaganda, Serrano Suñer, deu entrevista ao jornal *La Falange* de Sevilha, reproduzida no *La Falange* de Cáceres, na edição de 5 de setembro de 1938. Ao esclarecer a missão da imprensa no novo regime,

---

29 ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Ministerio de Educación Nacional. Orden de 27 de julio de 1939 creando en las Escuelas Nacionales, Municipales, públicas y privadas la Fiesta de la Exaltación de la Santa Cruz. Burgos, año IV, N°. 213, p. 4197, 27 de jul. de 1939.

30 ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Ministerio del Interior. Habiéndose padecido error en la publicación de la Ley de este Ministerio, fecha de ayer, 23 de abril, se reproduce a continuación debidamente rectificada. Burgos, N°. 550, p. 6938-6939, 24 de abr. de 1938.

explica que “los periódicos del Movimiento tiene una importante misión: la de orientar y dirigir al pueblo español por los cauces políticos que el Caudillo marque. Han de velar por la guardia cuidadosa de la doctrina que informa la Falange Española”.<sup>31</sup>

Baixo o poder do franquismo, como vimos anteriormente, todas as áreas possíveis da vida social seriam utilizadas para doutrinação. O convencimento e apoio da população era necessário, e precisava ser repassado para as próximas gerações através do calendário e de datas comemorativas, da educação e também através da imprensa. O regime reconhece que ensinar e transmitir valores não eram funções apenas circunscritas aos ambientes escolares.

En este sentido, Falange tuvo mucho que aportar en los inicios del franquismo. Los años de la guerra y de la inmediata posguerra fueron años de fuerte movilización, años efervescentes en los que todo aquello en lo que se basaba el régimen tenía que ser visible y tenía que dirigirse hacia las masas. Era el momento de los grandes relatos sobre la suerte que corría la nación, sobre las caídas y las salvaciones que confirmaban la necesidad de un franquismo que, a pesar de ser impuesto, tenía que parecer irrevocable [...]. Esto suponía vitalidad, fuerza y entusiasmo. Pero también uniformes, gritos y consignas; grandes rituales y multitudinarias ceremonias; orden, templanza y jerarquía; edificios grandiosos, monumentos conmemorativos y espacios abiertos. Y en todo esto, como se ha intentado ver en estas páginas, el fascismo de Falange resultó extremadamente útil. Se podría considerar, entonces, que en función de su propia coyuntura fundacional, el régimen tendió, al menos hasta la crisis interna de 1941 e independientemente de lo que iba a pasar después, a una creciente fascistización que se hizo especialmente notoria en todo lo que tuvo que ver con el aspecto simbólico (BOX VARELA, 2008, p 441).

Mas as contradições dentro de um regime composto de várias famílias que precisavam se unir para compor o partido único causaria mal estar político, e seria um dos principais problemas para Franco. Era necessário estruturar e legitimar uma ditadura imposta, resultado de uma sangrenta e longa guerra, tentando mostrar que esta era um novo regime, mas ao mesmo tempo ligada à Espanha tradicional do passado. Era preciso também equilibrar e atender fascistas, católicos, militares e monarquistas, e construir uma base ideológica que comportasse todos esses grupos.

Seria a necessidade de criar uma base com elementos mais neutros, que atendessem os diversos grupos do franquismo, que levaria o regime a ir pouco a pouco se desfazendo dos radicalismos e maiores pontos de atrito dentro do partido único. Os jornais, como o *La Falange* e seus semelhantes, mantidos pelo partido, deixariam de serem impressos entre os

---

31 IMPORTANTES declaraciones del Ministro del Interior, camarada Serrano Suñer. **La Falange**: Órgano de Falange Española Tradicionalista y de las JONS, Cáceres, 5 de set. de 1938. Año III, nº 210, p.1.

anos finais da guerra e os anos iniciais do regime. O diário *Azul*, por exemplo, um dos muitos financiados pela Falange, produzido e distribuído em Córdoba, seria publicado pela última vez em 18 de julho de 1941.<sup>32</sup> Todo simbolismo fascista seria definitivamente abandonado após a derrota do eixo na Segunda Guerra Mundial.

Se a função da imprensa era propagandística e não informativa, não havia mais sentido manter o gasto com a impressão dos jornais em tempos de crise. A guerra estava ganha, o regime estabelecido. A última edição do *La Falange* de Cáceres, do dia 29 de maio de 1939, disponibilizada nos arquivos da *Biblioteca Virtual de Prensa Histórica*, não anuncia seu fim nem faz despedidas. A estrutura e os assuntos permaneciam os mesmos: Poemas a Franco; anúncio de renomeação de uma praça de Cáceres como *Plaza de Itália*; reprodução de discurso de Franco; texto elogioso a rainha Isabel de Castela; Juan Telleria contando como escreveu o hino oficial da Falange, a música *Cara al Sol*; informações sobre as seções femininas e juvenis da Falange.<sup>33</sup>

---

32 **Azul**: Órgano de La Falange Española de las JONS. Disponível em: <<https://prensahistorica.mcu.es/es/consulta/registro.do?id=3614>>. Acesso em: 30 de abr. de 2021.

33 **La Falange**: Órgano de La Falange Española de las JONS, Cáceres, 29 de mai. de 1939. Ano IV, nº 248, p.1-4.

### CAPÍTULO 3 - A NARRATIVA HISTÓRICA FRANQUISTA: A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA HISTÓRICA ANTIMODERNA

*“O cavaleiro cristão é ministro de Deus para vingar sobre os maus e defender a virtude dos bons, pois a morte que se dá ou recebe por amor de Cristo, longe de ser criminosa, é digna de muita glória” (São Bernardo, 1091-1153).*

Segundo Rüsen (2007, p. 43) a historiografia pode ser caracterizada como o processo de constituição narrativa de sentido, na qual esse saber histórico é inserido na vida humana prática, através dos processos comunicativos pela narrativa. Assim, a historiografia, como uma forma de narrativa que organiza e dá sentido as ações humanas no tempo, possui efeitos sobre a vida prática.

Os efeitos práticos estão ligados às intenções e objetivos daqueles que produzem a historiografia (que podem ser intencionais ou não), mas principalmente ao seu contexto social de produção. Expectativas, questionamentos, incitamentos individuais e coletivos influenciam historiadores, misturando a objetividade da ciência histórica com a subjetividade humana.

Rüsen (2007, p. 87) esclarece que esse efeito prático da historiografia sobre a vida vem atender uma necessidade humana em sociedade. Precisamos de conhecimento histórico para poder agir intencionalmente, formar nossa identidade e nos orientarmos historicamente. A função orientadora da história se dá, assim, para dentro (identidade) e para fora (práxis), satisfazendo as carências de orientação no tempo.

A carência de orientação sentida pelo indivíduo na experiência e na reflexão de seu tempo o conduz a buscar (e, se não encontrar, pelo menos estabelecer) horizontes e perspectivas de ação. A carência de orientação é um diagnóstico presente. A busca se faz no estoque da experiência passada (histórica), presente no dia atual, de modo a viabilizar a ação a ser empreendida (futuro). A síntese mental realizada pelo agente se dá de forma narrativa. Ele enuncia a experiência vivida, descreve seus elementos, analisa seus componentes, articula seu sentido, enuncia suas metas. (RÜSEN, 2012, p. 10).

É através da consciência histórica que a função orientadora da história se efetiva, pois segundo Rüsen a consciência histórica é “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” (RÜSEN, 2001, p. 57). Vemos então que todos os três tempos estão integrados na consciência histórica: “através da memória o passado se torna presente de modo que o presente é entendido e

perspectivas sobre o futuro podem ser formadas.” (RÜSEN, 2011, p. 71). A consciência histórica funciona assim por meio da memória histórica, aproximando as três dimensões do tempo, e é determinada pelas exigências e desejos dos envolvidos (elaboradores da memória histórica e sua audiência).

Consciência histórica, no entanto, diz respeito ao nível do indivíduo. No nível macro do coletivo, o conceito utilizado por Rüsen é o de cultura histórica, que procura compreender a relação que um povo tem com seu passado. Considera não só a história produzida no âmbito acadêmico, mas também a elaborada em outros diversos espaços, reconhecendo que a constituição de sentido do passado não é feita apenas por historiadores,

pois pretende abarcar os múltiplos agentes envolvidos com sua elaboração, os meios pelos quais se difunde, as representações que legitima e, também, sua recepção. O estudo da cultura histórica engloba, portanto, as várias formas de elaboração da experiência histórica e sua articulação com a vida de uma comunidade, considerando que agentes sociais diversos contribuem nessa elaboração e muitas vezes concorrem entre si. (GONTIJO, 2014, p. 45).

O conceito de cultura histórica abarca, portanto, diferentes perspectivas e narrativas, reconhecendo que não é apenas o conhecimento histórico erudito que está em jogo, mas também a forma como uma comunidade interpreta o próprio passado e, a partir de então, perspectiva o futuro.

La cultura histórica es, por tanto, la memoria histórica (ejercida en y por la conciencia histórica), que se señala al sujeto una orientación temporal a su praxis vital, en cuanto le ofrece una direccionalidad para la actuación y una autocomprensión de sí mismo. (RÜSEN, 2009, p. 12).

O conceito de cultura histórica contempla a memória histórica coletiva, e “se puede definir como la articulación práctica y operante de la conciencia histórica en la vida de una sociedad.” (RÜSEN, 2009, p. 4). Rüsen (2009, p. 4-6) explica que, como o termo cultura fala de construção de sentidos para a atividade humana, uma atividade obviamente não natural (biológica), o conceito de cultura histórica se refere, assim, a uma maneira particular de abordar a história, em que o tempo é tomado como conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e determinação da finalidade.

A memória histórica (importante no conceito de cultura histórica, pois é interpretada como produto cultural) não se encaixa, no entanto, em qualquer tipo de atividade mental humana relacionada ao passado. Rüsen (2007, p. 6) especifica que a memória histórica é uma

operação mental do sujeito na forma de uma atualização ou representação de seu passado. A memória histórica integra os três tempos, trazendo o passado ao presente para ajudar na interpretação da realidade atual e abrindo uma perspectiva de futuro. O sujeito se torna capaz de superar as fronteiras de sua própria temporalidade limitada, compreendendo a história da própria vida e dando um sentido e orientação a ela.

Segundo Rüsen (2007, p. 44), para que a vida humana prática possa ser orientada no tempo, três condições devem ser satisfeitas: deve haver a elaboração de uma experiência do tempo por meio da memória histórica; a formação de uma representação da mudança temporal (continuidade) que sintetize as três dimensões do tempo (passado, presente e futuro) num construto abrangente de sentido; e a função de constituição de identidade, que articula a representação da mudança temporal e a interpretação da experiência histórica com a vida concreta dos sujeitos.

Todas essas três condições citadas acima fazem parte das peculiaridades que definem uma narrativa histórica. A narrativa histórica é a responsável pela função orientadora da memória histórica, pois organiza as três dimensões do tempo de forma inteligível. “A narrativa é um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica. [...] é, portanto, o processo de constituição de sentido da experiência no tempo.” (RÜSEN, 2001, p. 95). Em suma, a narrativa histórica “tem a função geral de orientar a vida prática no tempo, mobilizando a memória da experiência temporal, por meio do desenvolvimento de um conceito de continuidade e pela estabilização da identidade.” (RÜSEN, 2011, p. 87).

Entre os quatro tipos de narrativa histórica e suas correspondentes formas de historiografia descritas por Rüsen (2011), explicitaremos aqui os dois primeiros modelos: A narrativa tradicional e a exemplar. Segundo o autor, a narrativa tradicional

articula as tradições como condições necessárias para os seres humanos encontrarem seu caminho [...]. Elas constroem a continuidade como uma permanência da constituição originária dos sistemas de vida e formam a identidade pela afirmação dos dados – ou mais precisamente, pré-dados – padrões culturais de autocompreensão. Outros exemplos são: histórias que contam sobre a origem e a genealogia das regras a fim de legitimar a sua dominação, no seio das comunidades religiosas as histórias e sua fundação [...] Em todas essas histórias o tempo ganha o sentido de eternidade (RÜSEN, 2011, p. 88-89).

Já as narrativas exemplares

Lembram os casos que demonstram a aplicação de regras gerais de conduta; elas impõem a continuidade como a validade supratemporal das normas que abrangem os sistemas de vida temporalmente diferentes; e formam uma identidade ao generalizar as experiências do tempo para as regras de conduta. Outros exemplos deste tipo de narrativa histórica são as histórias que apresentam modelos de virtudes ou vícios (RÜSEN, 2011, p. 89).

A narrativa tradicional orienta a vida para um eterno retorno do mesmo, de um modo de vida considerado ideal, defendendo a permanência de uma determinada ordem em meio aos altos e baixos da vida. As origens sempre se impõem às condições contemporâneas da vida, com a pretensão de se manter inalteradas formas de vida entendidas como “puras” frente à mudança do tempo. Como formadora de identidade dos sujeitos, esse tipo de narrativa “interpelam seus destinatários a reproduzir modelos de comportamento.” (RÜSEN, 2007, p. 49). A narrativa tradicional por vezes apresenta a história comum da comunidade como um destino e o tempo é eternizado como sentido.

A narrativa exemplar concretiza as regras e princípios da história tradicional, apresentando histórias que afirmem sua validade e seu caráter atemporal, uma típica história mestra da vida (*historia magistra vitae*). As determinações de sentido são pensadas como regras e princípios gerais condutores do agir, válidos para toda mudança no tempo.

A unidade de tempo faz os acontecimentos lembrados e tornados presentes pela historiografia serem significativos para o presente e faz esperar que o futuro seja orientado pela experiência. Essa unidade está na generalidade abstraída dos tempos, gerada a partir dos acontecimentos históricos e nas regras do agir concretamente observadas neles. (RÜSEN, 2007, p. 51-52).

A argumentação histórica na narrativa exemplar produz regras gerais a partir de casos particulares, sendo as regras gerais concretizadas nos casos particulares. Tradições e ordenamentos de vida são levados em conta para orientação histórica, fazendo com que a particularidade de uma situação fique clara a partir de comparação com outras. “O tempo é expressado como sentido” (RÜSEN, 2007, p. 53).

Como exemplo de uma narrativa exemplar elencamos aqui o texto *La rueda de la historia – Mostoles*, da edição do jornal *La Falange* de 2 de novembro de 1936<sup>34</sup>. O título do texto faz alusão à vila de Móstoles, local onde se firmaria entre o prefeito e os políticos Esteban Fernández de León e Juan Pérez Villamil o documento conhecido como Bando de

---

34 ALMAGRO, M. *La rueda de la Historia: Móstoles*. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 2 de nov. de 1936. Ano I, n° 55, p. 1.

Independência, importante por iniciar a Guerra de Independência Espanhola. No texto, comparam a Guerra Civil com o movimento de Independência de 1808, indo ainda mais longe no tempo, associando na introdução a revolta contra a ocupação francesa com a Reconquista da Idade Média.

Será la segunda vez que Madrid es liberado de una invasión extranjera, de una intromisión contra nuestro espíritu y nuestro sentir. Entonces fueron los afrancesados liberales y masones quienes nos engañaron y nos colocaron en Madrid al enemigo. Hoy ha sido los mismos liberales y antiespañoles quienes ayudaron a formar en Madrid un ejército rojo al servicio de Paris y Moscú. La historia se repite, Madrid vuelve a tener que ser redimido de su falta de hispanidad. Demasiado lleno de influencias, demasiado abierto a lo no español, se ha corrompido por segunda vez. [...] La hora de la liberación está próxima, roguemos a Dios que sea la última y que los destinos a que la península está llamada, se cumplan.

Observamos nesse trecho e no significado de seu título que a direita interpreta a história por meio de uma narrativa exemplar: a particularidade da Guerra Civil é desvendada em comparação com momentos anteriores da história espanhola, na qual encontram um sentido para o tempo, que pode orientar os espanhóis em ação semelhante a do passado. O povo é chamado a uma guerra contra os invasores estrangeiros, que maculam o verdadeiro ser espanhol, assim como em 1808. Os mesmos inimigos do passado, liberais afrancesados e maçons antiespanhóis, são vistos nos políticos e apoiadores da Segunda República, fantoches do liberalismo de Paris e do comunismo de Moscou. Consideram, assim, a república como uma chaga estrangeirizante, que ameaça a hispanidade nacional e corrompe a nação.

Rüsen (2009, p. 9-10) explica que a realização da memória histórica, por meio da consciência histórica, contém elementos que não são totalmente narrativos, mas também imagéticos e simbólicos. Muitas imagens e símbolos funcionam como transmissores de significado e geradores de sentido na interpretação do tempo, em que seus significados estão organizados narrativamente.

Funcionam como uma abreviação narrativa que, quando acionada, ajudam a elaborar sentidos. Citamos, a título de exemplo, o significado que foi dado ao termo “Cruzada” pelo grupo da direita rebelde, durante a Guerra Civil. Diversas são as vezes em que encontramos em escritos falangistas a alusão ao termo, usado para legitimar a luta pelo poder da direita, ligando-o às Cruzadas feitas durante o período da Reconquista dos territórios da península Ibérica por parte dos reinos cristãos, expulsando os muçulmanos da península definitivamente em 1492.

Loyn afirma que a cruzada foi uma

Guerra proclamada pelo papa em nome de Cristo e travada como iniciativa do próprio Cristo para recuperação da propriedade cristã ou em defesa da Cristandade contra inimigos externos ou internos. O movimento das Cruzadas, que era num certo sentido uma extensão da guerra que estava sendo travada contra os muçulmanos na Espanha e na Sicília, foi muito influenciado pelo conceito de Santo Agostinho de Hipona de violência divinamente autorizada, conceito esse que foi revigorado pelos reformadores papais durante a Questão das Investiduras. [...] A atividade dos cruzados foi estendida à Espanha pelo papa Urbano II quase em seguida a ter pregado a Primeira Cruzada: ele já vinha sendo pressionado no ‘sentido de uma política mais ativa na fronteira ao sul de Barcelona e não queria desviar cavaleiros daí para outras frentes. Até o século XVI, as Cruzadas foram periodicamente pregadas na Espanha. (LOYN, 1997, p. 178-179).

Esse sentido atribuído a Guerra Civil, de uma cruzada, para recuperação do território em defesa da cristandade contra inimigos externos ou internos, foi intensamente explorado pela direita rebelde. No jornal *La Falange* de 1 de outubro de 1936, no texto *Bienaventurados los muertos por España*, o escritor lamenta como militares condenados a morte por rebelião militar pelo governo republicano (coronel Tomás Fernández Quintana e general Joaquín Fanjul Goñi), segundo a ótica da direita sublevada, tiveram suas memórias adulteradas por parte da república, para que fossem condenados e odiados, e não reconhecidos pela importância que tinham<sup>35</sup>.

O texto demonstra a liderança desses militares dentro do movimento golpista que tomou quartéis e regimentos militares para tentar alçar ao governo, citando como o general Fanjul, assumindo a Primeira Divisão do regimento de Covadonga, “declaró el estado de guerra y dictó disposiciones en orden a la santa cruzada contra el marxismo”. O general Fanjul foi condenado por ser o militar de mais alta patente na liderança do assalto ao Quartel da Montanha, e declarado autor do delito ao lado do coronel Tomás Fernández. (QUIROGA et. al., 2014, p. 326).

Na edição do dia 7 de setembro, em parte do jornal *La Falange* destinada a narrar os acontecimentos da Guerra Civil, um enorme e destacado título na segunda página chama a atenção: “*En la senda gloriosa: Marcha de la Cruzada nacional*”<sup>36</sup>. Mas de que forma a cruzada era usada na ligação daquele momento presente com um passado medieval espanhol? O trecho seguinte nos deixa isso mais claro.

---

35 REPETTO REY, F. Bienaventurados los muertos por España. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de out. de 1936. Ano I, nº 28, p. 1.

36 EN LA SENDA gloriosa: Marcha de la Cruzada Nacional. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 7 de set. de 1936. Ano I, nº 7, p. 2.

Na primeira edição do jornal, de 31 de agosto de 1936, o primeiro texto intitulado *La Falange saluda*<sup>37</sup>, glorificando o posto que a Falange ocupa no movimento golpista, diz que a Falange de Cáceres, mantenedora do jornal *La Falange*,

ha seguido este impulso con la fe de su ideal y con el fuego de su patriotismo, formando en vanguardia en todos los campos, ofrendándose por entero a la cruzada redentora, que de una vez y para siempre va a limpiar a nuestra España de esa perversión mental y social que el marxismo significa, haciéndola sacudir el yugo tártaro-judáico de Moscú, que pretendía anegar la santa civilización cristiana occidental en un repulsivo retroceso a la barbarie.

Vemos aqui que o termo cruzada é uma abreviação narrativa que serve para unificar o significado que tiveram as cruzadas na formação do território espanhol com o significado da Guerra Civil para a direita sublevada. Se trata de uma narrativa tradicional, pois localiza em um remoto passado um ideal de nação considerado correto, onde acontecimentos do passado mostram o sentido para dar conta de situações no presente, indicando formas concretas de agir, na tentativa de manter inalteradas origens consideradas “puras”.

Assim, através de uma narrativa histórica, que busca orientar a memória histórica e organizar as três dimensões do tempo (passado, presente e futuro) de forma inteligível, a cultura histórica produzida pela extrema direita espanhola visava produzir uma orientação para a vida prática dos espanhóis, vendo na história da nação um sentido de continuidade do qual eles estariam incumbidos de manter.

Com isso, conseguiam a nível coletivo estabelecer uma cultura histórica que servia como medida de orientação, que determinava sentidos e finalidades, influenciando no nível individual para a estabilização da identidade dos sujeitos, produzindo segurança ontológica em tempos de instabilidade. Em um período em que o país passava por uma crise tão devastadora como a guerra civil, a narrativa conservadora do fascismo oferecia aos indivíduos uma identidade que resistia a transcendência do mundo moderno, funcionando como uma forma de proteção perante o desconhecido.

A segurança ontológica é uma forma [...] muito importante, de sentimentos de segurança [...]. A expressão se refere à crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto-identidade e a na constância dos ambientes de ação social e material circundantes. Uma sensação da fidedignidade de pessoas e coisas, tão central à noção de confiança, é básica nos sentimentos de segurança ontológica; daí os dois serem relacionados psicologicamente de forma íntima (GIDDENS, 1991, p. 84).

---

37 LA FALANGE saluda. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 31 de ago. de 1936. Ano I, nº 1, p. 1.

Prometendo a segurança ontológica em tempos de instabilidade, “o fascismo surge como uma forma de ação total, envolvente e explicativa de toda a vida, incorporando a morte e a irrazão – que tanto assustam as massas anônimas das sociedades modernas [...] – propondo uma identidade não-idêntica ao moderno” (SILVA, 2000, p. 127). O sofrimento e as perdas pelo qual a nação passava durante a guerra foram usados assim, através de um apelo à segurança ontológica, para forjar uma identidade cultural franquista. “A característica do franquismo foi a brutalidade com que o regime se apropriou dessa experiência de perda para fins políticos, sobretudo para a própria legitimação.” (GRAHAM, 2013, p. 100).

Quando em seus escritos e discursos a Falange se voltava para o passado, apresentava-o como um ambiente seguro, uma Espanha conhecida, que a direita dizia representar na guerra, como vemos no trecho final da crônica *La Vuelta al Honor*<sup>38</sup>, publicada no jornal *La Falange* no dia 1 de setembro de 1936:

Vamos a otra España que, sobre las sienas augustas de su gloria, vuelva a asentarse, otra vez, la heroica corona de su señorío de antaño y que los surcos sangrantes de su digna historia sean de nuevo pisados – en románticas cruzadas – por las nobles alpargatas de la Infantería de Flandes y por los toscos cascos de los briosos corceles de Clavijo; a otra España que, bajo las doradas luminarias de su poderío, sienta lo que fué en el pasado y se apreste a afrontar con dignidad las nebulosidades del futuro. A una España, en fin, donde ya que el sol pueda ponerse en sus dominios, tenga siquiera, la noche tranquila y sosegada de quien todo lo dió a la gloria de su honor.

Nesse trecho vemos a referência à mítica batalha de Clavijo, considerada uma das mais célebres batalhas da Reconquista na Idade Média, e à Infantaria de Flandres, parte espanhola dos exércitos da dinastia Habsburgo. O trecho glorifica essa Espanha de batalhas e guerreiros, indicando que a ela se deve voltar, como reconhecimento da verdadeira identidade nacional, com a qual se deve então enfrentar as incertezas do futuro.

Vemos em seu discurso a legitimação da violência como meio da direita alcançar o poder, alegando ação em defesa da pátria ameaçada. Para isso, o discurso da extrema direita sustenta em seu ideal um orgulho guerreiro pela causa, de bravos homens que lutam até o fim e não temem a morte. Em um trecho do jornal *La Falange* do dia 3 de setembro de 1936, vemos a manifestação desse tipo de linguagem: “Somos los únicos que tenemos hombres dispuestos a morir. [...] Porque somos los únicos que no luchamos por las cosas mezquinas

---

38 CRÓNICAS de La Falange: La vuelta al honor. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de set. de 1936. Ano 1, nº 2, p. 3.

personales; luchamos por España y por nuestros hijos, poniendo delante nuestros sacrificios.”<sup>39</sup>. A morte, ao invés de ser temida, é desejada, pois se torna símbolo de um exército que deu tudo em nome da causa, inclusive a vida.

A morte também seria idealizada ao ser relacionada ao cristianismo, como vemos no texto *La nochebuena del combatiente*<sup>40</sup>, da edição de 26 de dezembro de 1936:

Porque yo sé <que es dulce y hermoso morir por la patria> me lo dice un poeta pagano; y se también, me lo dice el Evangelio, que el que lucha por la fe de sus mayores, aunque muera, vivirá eternamente; porque solo él llega a realizar a la letra, la palabra infalible: El que pierde su alma la ganará. [...] Nuevamente veo la tierra empapada en sangre, y las cárceles llenas de prisioneros. Y clamo: Venganza por la sangre de tus siervos, que ha sido derramada; y que llegue hasta tu presencia el gemido de los encarcelados.

Vemos nesse trecho que o cristianismo se torna base legitimadora da morte em combate pela Espanha nacionalista. Com seu potencial mobilizador em uma nação predominantemente católica, o cristianismo seria largamente utilizado na narrativa falangista. É importante lembrarmos, como afirma Pérez-Agote (2003, p. 213), que por trás dos diversos grupos que compunham a direita espanhola sempre estavam a aristocracia latifundiária e a Igreja Católica. Essa valentia e coragem seria também reforçada como signo da identidade espanhola, como no trecho abaixo na edição de 15 de janeiro de 1937, em texto intitulado “*Era buena presa*”<sup>41</sup>:

se ha creado una moral de guerra, merced a la cual las virtudes marciales que han sido siempre peculiares de la raza española, encuentran legitimación, estímulo y empleo, en vez de ser reprimidas y perseguidas como hasta hace unos meses. [...] se contrariaba lo único que excusa y legitima la violencia, y es el ser organizada, con medio al servicio de altos ideales colectivos, escuela de sacrificio, potenciadora de los resortes más nobles de la especie humana.

Tal destemor e talento para a guerra seriam assim naturalizados, tratados também como comportamento esperado do homem espanhol, característica circunscrita em sua

---

39 RUIZ DE ALDA, Julio. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 3 de set. de 1936. Ano I, n° 4, p. 4.

40 LA NOCHEBUENA del combatiente. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 26 de dez. de 1936. Ano I, n° 100, p. 1.

41 PUJOL, Juan. Era buena presa. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 15 de jan. de 1937. Ano II, n° 117, p. 1.

identidade de gênero. Em texto intitulado *La educación*<sup>42</sup>, da edição do jornal *La Falange* de 2 de setembro de 1936, vemos a preocupação do regime com a construção da masculinidade. O texto critica o ensino sob o regime republicano, dizendo que não proporcionava as crianças o respeito necessário às ordens hierárquicas, “empezando por la más natural y sagrada – la paterna”. Promete, por fim, que isso será dado pelo regime, que “además procurará salud y robustez al niño mediante la educación física.”. Vemos assim que

Las atribuciones de género fueron importantes para la consolidación de una determinada idea de España y del carácter español, en la medida en que facilitaron a los españoles la construcción de un vínculo concreto e individual, basado en la emoción, con esa idea abstracta, a través del estereotipo del hombre español que invocó el franquismo. (BLASCO HERRANZ, 2014, p.52).

No parágrafo seguinte, idealizam como serão os meninos e seu físico sob a disciplina militar e a farda falangista: “En cada grupo escolar se verá a ratos la alegría azul de los niños uniformados frente al azul de los claros cielos: alta la frente, canchudo el pecho, musculosas las piernas y extendido el brazo con un optimismo de deporte sano y educador.” (p. 1). Aos inimigos e desafetos eram associados o desvio da masculinidade padrão, como na edição do dia 1 de setembro de 1936 do *La Falange*, em texto intitulado *La vuelta al honor*<sup>43</sup>, que descreve os políticos republicanos como “déspotas de masculinidad nada diáfana”. Vemos que uma estrutura machista e patriarcal era parte constituinte do discurso de gênero do fascismo espanhol, lembrando que “gênero diz respeito à representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas.” (SAFFIOTI, 2004, p. 116).

Quando ao ideal de feminilidade preterido pelo regime, sua principal manifestação estava na própria existência da sessão feminina da Falange, dirigida pela irmã de José Antonio, Pilar Primo de Rivera. Na publicação de discursos feitos no Segundo Conselho Nacional da sessão feminina, no jornal *La Falange*, de 31 de janeiro de 1938, encontramos seu discurso conservador:

Desde luego, sabemos lo difícil y vidrioso que es reintegrar a la mujer en su verdadera función humana y a la vez situarla en el ámbito de la sociedad y

---

42 LA EDUCACIÓN. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 2 de set. de 1936. Ano I, nº 3, p. 1.

43 CRÓNICAS de La Falange: La vuelta al honor. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de set. de 1936. Ano I, nº 2, p. 3.

del Estado. Feminidad y feminismo son palabras y conceptos de una raíz igual pero de opuestos caminos. La mujer española [...] es la encarnación maravillosa y fecunda de la feminidad; mujer con menester de esposa, de madre y de dueña dentro de la familia; y a la vez, madre de toda la casa dentro de la sociedad heril de los criados. Pues creemos que sin salir de esta área de acción doméstica – que parece tan breve – ya tenemos a la mujer en las más nobles y puras funciones de Estado: porque el buen Estado Nationalsindicalista descansa en la Familia: y él será fuerte, si la mujer, en la casa, es sana, fecunda, laboriosa, y alegre.

O papel da mulher na sociedade que a direita sublevada busca construir é o de mãe e esposa, envolvida em afazeres domésticos, na criação de filhos e no cuidado com o marido, se mostrando sempre alegre e dedicada a sua família. Esta seria sua verdadeira função humana, a dedicação exclusiva ao lar, a típica imagem da mulher submissa e dócil da sociedade conservadora.

¿La mujer española depositaria de piropos, de galanterías, aspirante a cargos que sólo los hombres pueden desempeñar? ¿La mujer fuera de su casa? Esa no es mujer de la Falange [...]. La tal sería, el feo engendro andrógino del feminismo: mezcla repugnante de mujer y hombre, el clásico <tipo> estrafalario del marimacho o de sufragista [...].

Una escuela de feminidad y de maternidad debe ser el objetivo exclusivo de nuestras Secciones Femeninas [...]. Por eso la Sección Femenina de Falange tiene una misión admirable, aún fuera de su casa, en el campo del Auxilio Social.

Recoger, vestir, alimentar a los huérfanos [...] mujer que es maestra de los niños pobres, visitadora de los hogares desamparados, buena mujer [...]. Porque si la providencia de Dios las dotó de abundante energía y caudal de amor y de ternura, no debe, esterilizarse este, en otras funciones [...].<sup>44</sup>

Mulheres que desejam entrar no mercado de trabalho estariam aspirando a tarefas delegadas somente aos homens. Mulheres da Falange não poderiam flertar ou estar fora de sua casa, pois estariam agindo como “andrógenos” do feminismo, lésbicas ou sufragistas, que as masculinizam. A única tarefa aceitável fora do lar seria a da caridade: mulheres da sessão feminina falangista faziam parte de programas de assistência social, que promovia distribuição de alimentos, roupas, e cuidava de órfãos e pobres, onde ela poderia utilizar o amor e a ternura que lhes seria próprio.

No texto *La escuela nacional sindicalista*<sup>45</sup>, na edição do *La Falange* de 1 de dezembro de 1936, vemos mais uma exposição da identidade de gênero heteronormativa da

---

44 YZURDIAGA LORCA, Fermín. Mujeres de La Falange. **La Falange**: Semanario de La Falange Española Tradicionalista de la J.O.N.S. Año II, nº 178. Cáceres, 31 de jan. de 1938, p. 1.

45 LA ESCUELA nacionalsindicalista. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de dez. de 1936. Año I, nº 80, p. 1.

extrema direita espanhola. Ao criticar a educação republicana e argumentarem sobre as bases de um ensino que consideram adequado, defendem um ensino para o trabalho, recusando o tipo de pedagogia que se aprende jogando, que relaciona a um tipo de ensino que educa crianças a querer o que é fácil e que dá prazer. “Sólo el dolor curte, sólo el esfuerzo educa, sólo la individual elaboración queda abiertos a reja surcos psicológicos donde se ahila la razón y arraiga y crece, imposible la voluntad, el carácter y la energía”.

Concluem o trecho em defesa de uma educação que forme o caráter e que “hagan hombres” porque sem um ensino que forme para o ordenamento de si e para a responsabilidade do trabalho, “los pueblos se afeminan y el recio espíritu de la raza se pierde como una esencia volátil y se apaga como luz de un candil sin aceite. Y no queremos que esto ocurra.”. O espírito que orienta a raça espanhola seria, assim, masculino, e um ensino que não defenda tal espírito poderia fazer com que ele perdesse sua virilidade. Ao feminino se associa a fraqueza, a covardia, o enfraquecer da masculinidade, “parecía presuponerse que aquellos valores de arrojo, valentía y acción eran en esencia extraños a la feminidad.” (BLASCO HERRANZ, 2014, p.62).

Vemos, assim, que essa cultura histórica da extrema direita era produto de uma simbiose entre ideias recentes provindas dos fascismos e elementos mais antigos, usados pelos conservadores espanhóis como signo da hispanidade. Em suma, se tratava de uma ação reacionária, que veio à tona em reação as transformações ocorridas na sociedade espanhola, que culminam com a Segunda República e refletem a modernização pela qual passava a Espanha. Passemos agora ao reconhecimento dos elementos fascistas da cultura histórica do bando rebelde da Guerra Civil espanhola.

### 3.1 - FASCISMO À ESPANHOLA

Segundo Silva (2000, p. 112) fascismo é um termo que deve ser usado no plural, fascismos, já que se refere em geral ao conjunto de movimentos e regimes de extrema direita que emergiram em um grande número de países entre a década de 20 e a de 40. “A denominação genérica fascismo decorre da primazia cronológica do regime italiano, estabelecido [...] em 1922, constituído em movimento político de identidade própria pouco antes, e do fato de ter servido de modelo [...] à maioria dos demais regimes.” (SILVA, 2000, p. 112). O autor defende a universalidade do termo em detrimento do fascismo histórico:

Os fascismos, enquanto regimes autoritários antiliberais, antidemocráticos e antissocialistas possuiriam suas próprias especificidades nacionais, suas histórias específicas que, por sua vez, não descaracterizariam a universalidade e autonomia do fenômeno ante outras formas de autoritarismo (SILVA, 2000, p. 118).

Por que a importância de definir a universalidade do conceito? Há uma linha de interpretação do fascismo que prefere delimitá-lo às potências do eixo no contexto da Segunda Guerra Mundial, tornando-o um fenômeno histórico localizado. Assim, somente o fascismo italiano e o nazismo alemão seriam considerados fascismos, uma posição que de modo algum é neutra segundo Silva (2000, p. 114), pois era o que interessava aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, ao tentar angariar apoio em sua luta contra o bloco soviético.

É o caso da Espanha que, após a derrota do eixo em 1945, começa rapidamente a se desfazer ou maquiagem suas características mais marcadamente fascistas para conseguir apoio político internacional no novo cenário do pós-guerra, atitude que viria a angariar louros: Se posicionando de uma forma mais ferrenha contra o socialismo, consegue em 1953 apoio por parte dos Estados Unidos que, em troca das bases militares em Torrejón, Zaragoza, Morón e Rota, ofereceu a Espanha franquista algo em torno de mil milhões de dólares. (FUSI, 2012, p. 232). Silva (2000, p. 126), assim, também considera a experiência franquista como um dos fascismos, apesar do regime ter tentado maquiagem ou afastar suas características mais visivelmente fascistas no pós 45 e após diversas mudanças ter terminado como um regime autoritário na década de 70.

Não podemos, no entanto, identificar toda a Ditadura Franquista com o fascismo. Como um regime longo, que durou quase 40 anos, este passou por diferentes fases, e também foi influenciado pelos contextos históricos que atravessou. Com a ascensão dos fascismos no período entreguerras, a Espanha flertaria com o fascismo e, durante a Guerra Civil e os momentos iniciais do regime, a Falange o adotaria, demonstrando sua identificação com Itália e Alemanha antes da Segunda Guerra e em seu início, países com os quais era alinhado.

O fascismo da Falange não era, no entanto, suficientemente forte e dominante para imprimir em toda a direita sublevada (e no regime vitorioso) o caráter fascista. Os diversos grupos (denominados famílias) que pertenciam ao regime possuíam diferentes orientações, e terminariam sendo tolhidos de características ou posicionamentos mais destoantes, que poderiam levar a conflitos dentro do regime franquista. Franco assim criaria o partido único para impedir a dominância de algumas das famílias (monarquistas alfonsinos, carlistas,

militares, falangistas, católicos), e agruparia estes em torno do que tinham em comum: nacionalismo e catolicismo. Daí viria o termo nacional catolicismo, que definiria a orientação política do regime franquista.

Saz é um dos autores que defendem esse posicionamento, argumentando que são considerados regimes fascistas aqueles em que “la cultura política fascista, es la hegemónica, y que es ésta, en consecuencia, la que marca, explica, la dinámica del régimen. Alternativamente, en el caso del franquismo, habría una cultura política fascista —la de Falange— que no sería la hegemónica” (2013, p. 67). Para o autor, portanto, o franquismo era um regime fascistizado, citando ainda outros autores como Griffin (que encaixa o franquismo em um regime parafascista), Payne, Gentile, Mann e Paxton, que também preferem denominar de fascistas apenas Itália e Alemanha, mas sem negar as influências fascistas ao regime franquista.

Tusell (1999, p. 20) também compartilha desse posicionamento, no tomo 3 de sua coleção sobre a história da Espanha no século XX, que trata do franquismo:

el régimen español, sin llegar a la fascistización total, avanzó en este camino [...]. Franco [...] aceptó durante los años de la Guerra Mundial que se le alineara con las potencias fascistas y dio, por algún momento, la sensación de haber iniciado, en esta época, un camino hacia la absoluta homologación con ellas.

Negar que o regime seja fascista não o desconecta, no entanto, de sua identificação com o fascismo e adoção de muitas de suas características básicas. Os fascismos do entreguerras seriam exemplo para Franco, que copiaria muitos elementos destes para a construção do regime. Também inspiraria muito do discurso e da retórica nacionalista da direita, em especial durante a Guerra Civil, dos quais citaremos alguns exemplos, retirados do jornal *La Falange*, que demonstram o alinhamento de seu ideário com a ideologia fascista.

Entre as características do fascismo que Silva (2000, p. 122) denomina como partes de uma coerência interna, para além dos já citados antiliberalismo, antidemocratismo e antissocialismo está o que ele chama de historicismo, que seria um apoderamento e uso da história nacional, defendendo uma originalidade histórica que se realizaria na materialização da tomada do poder, a “ideia de uma comunidade nacional original representada por um espírito próprio” (SILVA, 2000, p. 123). Esta parte do fascismo espanhol interpretaremos mais à frente com o auxílio do conceito de cultura histórica.

Falando sobre o fascismo italiano, que foi modelo para sua versão espanhola, Konder (1977, p.10-11) ressalta que para a retórica fascista funcionar, era necessário um princípio

considerado sagrado, acima de tudo capaz de alimentar a fé e a vontade, que conseguisse ser uma bússola na falta de consistência de sua teoria. Mussolini encontrou no ideal de nação o mito que precisava.

A nação italiana era [...] uma realidade complexa, uma sociedade marcada por conflitos internos profundos, dividida em classes sociais cujos interesses vitais se chocavam com violência. Mussolini fez dela um mito, atribuindo-lhe uma unidade fictícia, idealizada (KONDER, 1977, p.11).

Não é vão o fato de que Itália, Alemanha e Espanha, nações que sucumbiram à retórica fascista, tiveram histórias conturbadas e problemas em sua formação como Estado. O fascismo veio exatamente para ser o cimento que permitisse unir essas nações tão fracionadas. Ao mesmo tempo em que os fascismos vieram combater o individualismo característico da modernidade, de raízes liberais, veio também implantar uma marca da modernidade ainda não obtida nessas nações: a construção do Estado Moderno. Enquanto em muitos Estados europeus o choque entre o antigo regime e as forças modernas explode na Primeira Guerra Mundial, na Espanha esse conflito acontece na década de 30, entre os conturbados anos de implantação da Segunda República e o fim da Guerra Civil.

Outra característica fascista é acusar “as formas liberais de organização e representação, em especial o parlamentarismo liberal, de originarem a crise contemporânea.” (SILVA, 2000, p. 127). Essa postura antiliberal tem duas frentes: por um lado, a ideia de falência do sistema liberal, de outro, enfatizar o caráter desagregador do liberalismo. Na edição do dia 1 de setembro de 1936 do *La Falange*, em texto intitulado *Medita, obrero*<sup>46</sup>,

Vive en Falange Española, la idea de anulación de todo partidismo político. Los partidos [...] resultan antipatrios, no tienen razón de existir, [...] porque las naciones han de ser exentas de tendencias y luchas políticas por su integridad, por su armonía y por su prestigio que las valoran ante el mundo. [...] El concepto más elevado del individuo exige e impone una militarización sin la cual, la aspiración colectiva quedaría desfraudada. Solo un perfecto control de todas las piezas, por insignificantes, de la máquina única, puede garantizar el éxito funcional. [...] Hemos de ser, pues, moléculas controladas de un todo; supeditar los intereses particulares al interés colectivo, para que [...] el interés colectivo redunde en beneficios particulares.

Para a Falange, a democracia e a divisão em partidos é uma luta política desagregadora, que prejudica a nação e seu objetivo coletivo. Uma nação deve submeter os

---

46 MEDITA, obrero. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de set. de 1936. Ano 1, nº 2, p. 2.

interesses particulares ao interesse coletivo, e o êxito só será conseguido se houver um perfeito controle sobre todos os indivíduos, peças de uma engrenagem da máquina única da nação. Na mesma edição do jornal citado, na página seguinte, uma crônica chama as cortes de “inútiles y infecundas”, a política da Segunda República de “ineficaz histerismos continuos” e caracteriza seus cinco anos no poder como “anos sumidos en la ciénaga inmunda de una mal oliente democracia.”<sup>47</sup>

A ordem democrática e liberal, dada como morta pelos fascismos, deveria ser substituída por “um Estado forte, dominador, que impediria o conflito social no plano interno e fortaleceria o país no plano externo.” (SILVA, 2000, p. 129). Para os fascismos, tanto a burguesia e sua defesa ao capitalismo quanto a esquerda e sua ideia de classes contribuía para destruir a ordem tradicional, gerando perda de identidade, da noção de ordem e hierarquia. No texto *La falange es el pueblo*<sup>48</sup>, da terceira edição do jornal, do dia 2 de setembro de 1936, o partido se autodenomina uma terceira via, “desechadas pues, las dos tendencias, la capitalista por anti-humanitária y la socialista por antipatriota.”.

É importante destacar aqui que, embora a extrema direita espanhola (e diversos outros regimes fascistas ou fascistizados) repudie o liberalismo, esse repúdio não se deve a sua forma econômica, o capitalismo. Nos 27 pontos do programa do partido, inclusive, há um (ponto 13) que reconhece o direito a propriedade e outro que incentiva a iniciativa privada (ponto 8)<sup>49</sup>.

O que a Falange repudia no capitalismo e no liberalismo é o individualismo que promove na sociedade, atomizando a nação em grupos e fazendo que as pessoas tenham interesse apenas naquilo que diz respeito a suas vidas, tirando delas o amor a pátria e aos símbolos nacionais; ou busquem lutar contra um sistema excludente, promovendo revoltas e agitações. Assim, os partidos políticos, a luta de classes, os movimentos por direitos de minorias seriam inaceitáveis, pois direcionariam as pessoas aos próprios interesses individuais/grupais, ameaçando a unidade nacional e o poder centralizado.

Na edição do dia 10 de setembro, em texto denominado *Unidad*<sup>50</sup>, defendendo a unidade como uma de suas bases, argumentam:

---

47 CRÓNICAS de La Falange: La vuelta al honor. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de set. de 1936. Ano I, nº 2, p. 3.

48 LA FALANGE es el pueblo. **La Falange**: Diario de la Tarde. Cáceres, 2 de set. de 1936. Ano I, nº 3, p. 1.

49 FALANGE Española de las JONS: Nacional Sindicalismo. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 01 de set. de 1936. Ano I, nº 2, p. 4.

50 UNIDAD. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 10 de set. de 1936. Ano I, nº 10, p. 3.

Se acabó el obrar anárquicamente inspirándose tan solo en el propio beneficio. Se terminaron las diferencias de partidos que ponen a unos españoles enfrente de los otros por cosas mezquinas [...]. De hoy para siempre no habrá más luchas entre las clases del Estado [...]. No más desgarrones en el cuerpo sagrado de España.

A fonte do direito “passa a residir na vontade do líder e num vago conceito de bem-estar da comunidade popular, do qual o próprio líder é intérprete e encarnação.” (SILVA, 2000, p. 133). O partidarismo e o parlamentarismo eram substituídos pelo Estado autoritário.

Paxton (2007, p. 25-26), no entanto, destaca que o anticapitalismo das nações fascistas não passou de retórica de seus discursos anteriores a ascensão ao poder. Contra o socialismo agiram implacavelmente, já contra o capitalismo foram seletivos: Eram contra o grande capital que sufocava a indústria nacional (uma atitude protecionista com a burguesia da nação), e quando se auto intitulavam revolucionários não o eram na forma literal da palavra, que significa alterar a hierarquia social. “O que o fascismo criticava no capitalismo não era sua exploração, mas seu materialismo, sua indiferença para com a nação e sua incapacidade de incitar as almas.” (PAXTON, 2007, p. 27).

Na edição de número 88 do jornal *La Falange*, do dia 11 de dezembro de 1936, um artigo intitulado *También el derecho*<sup>51</sup> diz: “En el antagonismo de posibles tendencias siempre se descubre ese germen demoliberal que en todo se infiltraba con su fatalismo numérico de mayorías y minorías, con su fatalismo político de fracciones gubernamentales y opositoristas”. Concluem o texto expondo o que o partido defende, frente ao fracionamento consequente de regimes democráticos:

Y ya sabemos que uno de los principales postulados de nuestra tesis nacionalsindicalista es ese afán de aproximación, de unión y de unidad en todo y para todo. [...] Una imagen española, física o espiritual, partida y rota, es lo que como realidad y como metáfora niega y negará, por los siglos, la Falange.

Tentavam rejeitar a divisão esquerda e direita, dizendo que isto repartia a nação, se orgulhando de dizer que seu grande triunfo era exatamente promover a união que a vida política destruía, mas a verdade é que sempre acabavam unidos às direitas contra a esquerda.

---

51 HERNÁNDEZ GIL, A. Glosas: También el derecho. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 11 de dez. de 1936. Ano I, n° 88, p. 4.

Na edição 124 do *La Falange*, do dia 25 de janeiro de 1937, em um texto intitulado *Servicio de España*<sup>52</sup>, expressam que:

No es momento de egoísmos y de dudas; Falange no llama a los trabajadores intelectuales para alistarse en un partido político: no; siempre luchó por su anulación y todos los que en sus filas militan sienten por la vieja política todo el desprecio que merecen.

Apesar de também declararem ódio aos partidos e a vida política, foi por meio da política que os partidos fascistas se consolidaram, dissolvendo a existência do sistema partidário e eleitoral assim que alçaram o poder. O exemplo do partido fascista espanhol discutimos no subtítulo seguinte. Muito da visão política que fora herdada pela Falange e pelo próprio regime franquista não eram novidades inspiradas somente nos fascismos, mas tinham raízes espanholas.

A defesa da soberania da pátria sobre o individualismo e os direitos individuais era uma das bases do partido União Patriótica, do ditador Primo de Rivera, que definia como tríade de seu programa as palavras “Nación, Iglesia y Rey, por este orden. [...] La religión, como la monarquía, era un hecho social, formaba parte de un orden natural que consideraba un placer la subordinación, porque el orden es belleza” (CARR, 2009, p. 496).

Se rastreamos a crítica ao parlamentarismo e a visão da democracia como uma falsa ideia de igualdade entre os homens, podemos recuar ainda mais no tempo, reconhecendo esse pensamento no carlismo e na teoria de Ortega y Gasset. O filósofo espanhol Ortega y Gasset era crítico ferrenho da velha política, para quem as igualdades entre os homens eram falsas, porque a “massa é o que não atua por si mesma. [...]. Veio ao mundo para ser dirigida, influída, representada, organizada”, e “o homem é, tenha ou não vontade disso, um ser constitutivamente forçado a procurar uma instância superior.” (GASSET, 2013, p. 103).

Vemos na extrema direita espanhola a identificação com esse pensamento, como no trecho que reproduzimos abaixo do texto *Nuevos rumbos*<sup>53</sup>, encontrado na edição do *La Falange*, do dia 31 de dezembro de 1936:

El lenguaje político [...] era ahora el lenguaje del pueblo. Así el nivel de la política descendía en grados, y lo mismo el papel de los políticos. [...] Las verdaderas revoluciones como la verdadera religión, tienen todas un hombre, un nombre y un espíritu que a fuerza de ser profundamente humano es

---

52 SERVICIO de España. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 25 de jan. de 1937. Ano II, n° 124, p. 1.

53 NUEVOS rumbos. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 31 de dez. de 1936. Ano I, n° 104, p. 2.

líricamente divino. [...] Desde ahora, por Política habrá que entender, acercándonos mucho a su etimología griega, la actividad moral del Estado; no la triste actuación de unos hombres habilidosos. Los hombres son buenos o malos, simplemente. Político solo es el Estado y Política se escribirá con mayúscula como se escriben la verdadera Religión, la Fe verdadera y la Ciencia.

Podemos perceber que, para a Falange, a política não poderia ser assunto de pessoas comuns, pois isso a deprecia. Tudo que é verdadeiro se escreve com letra maiúscula e tem por trás de suas ações apenas um organismo, assim, somente o Estado poderia ser político. Essa afirmação vinha em resposta à ida da população para a política, à mobilização popular que estava transformando a natureza da política durante os anos republicanos.

### 3.2 – CULTURA NACIONAL E IDENTIDADE:

A cultura histórica do nascente franquismo vinha, assim, para guiar a vida prática dos sujeitos, criando uma narrativa histórica que estabelecesse continuidade na fracionada história espanhola, dando a ela um sentido e estabilizando a identidade dos sujeitos frente à fragmentação das identidades tradicionais no mundo moderno. No âmbito individual, tencionava fixar uma determinada identidade cultural, que são “aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais.” (HALL, 2006, p. 8).

Apesar de apresentarem a ideia de uma identidade espanhola única e coesa, fonte da verdadeira hispanidade, Hall (2006, p. 13) alerta para o fato de que uma identidade plenamente unificada, coerente e completa não passa de uma fantasia. Há diversas formas de representação cultural e sistemas de significação que oferecem aos sujeitos diferentes identidades possíveis, com as quais os indivíduos podem se identificar. Cada indivíduo pode se identificar temporariamente com elas, ou com várias delas, em diferentes momentos.

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (HALL, 2006, p. 13).

Esse processo de múltiplas identidades em um mesmo sujeito se torna mais frequente e evidente com a modernidade, pois

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN, 1986, p. 15).

Não era, pois, essa experiência de intercâmbios culturais e quebra de fronteiras, que pode promover desintegração, que o fascismo espanhol desejava, o que pode ser demonstrado no fechamento da Espanha franquista para o exterior em seus primeiros anos, onde só haviam trocas com as nações fascistas de então. No texto *Jose Antonio*<sup>54</sup>, na edição de 3 de setembro de 1936 do jornal *La Falange*, vemos que defendem a ideia de que teorias internacionalistas “anulan el concepto de nación, [...] las virtudes, hacen del individuo elemento anodino y de la pátria triste rebaño. De ahí la excesiva ramplonería de la vida española en el último tiempo”.

Em texto intitulado *unidad*<sup>55</sup>, da edição do dia 7 de novembro de 1936, explanam sobre a unidade desejada para a nação: “Qué significa unidad? [...] Sentirse todos uno. Ser al Estado tan leales, tan firmes y fértiles como su suelo. [...] Claro es que la unidad no se resume únicamente en un [...] lirismo, sino en la Historia. [...] Uno – y únicos – ante la Historia.”. Vemos aqui a finalidade da unidade: reforçar a lealdade ao Estado através da identificação com a nação, criando nos indivíduos o ideal de pertencimento, uma identidade nacional que junta o sujeito à estrutura cultural da nação. Para a efetivação da unidade, a construção de uma narrativa histórica é primordial, e a narrativa franquista viria segurar a fragmentação, resultante da modernização espanhola.

Sendo, assim, a nação uma produtora de um sistema de representação cultural, os indivíduos não são apenas cidadãos legais desta, mas participam de uma determinada representação de cultura nacional, pois uma nação é uma comunidade simbólica. Segundo Hall (2006, p. 49), as culturas nacionais são formas modernas, transferindo a lealdade e a identificação com a tribo, a religião ou a região do período pré-moderno para a cultura nacional. A cultura nacional contribuiu para criar um sistema de ensino nacional, que

---

54 JOSÉ Antonio. *La Falange*: Diario de la Tarde, Cáceres, 3 de set. de 1936. Ano I, n° 4, p. 1.

55 GLOSAS: Unidad. *La Falange*: Diario de la Tarde, Cáceres, 7 de nov. de 1936. Ano I, n° 60, p. 1.

generalizou o uso de uma única língua e criou uma cultura mais homogênea. Portanto, “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades.” (HALL, 2006, p. 51).

Na reflexão de Hall (2006, p. 52-26) sobre como uma cultura nacional é um discurso, um modo de produzir sentidos que influencia e organiza as ações e concepções dos sujeitos, podemos fazer aproximações e relacionar os conceitos anteriormente vistos de cultura histórica e narrativa histórica de Rüsen. Ao falar sobre as estratégias representacionais usadas para construir nos indivíduos o senso de pertencimento e como é construída e contada a narrativa da cultura nacional, Hall elenca cinco elementos principais: em primeiro lugar, a narrativa da nação, que fornecem estórias, símbolos, imagens, eventos e rituais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas que dão sentido a nação. Ela enfatiza a continuidade histórica da tradição e da herança, que está acima dos sujeitos, preexistindo antes deles e existindo após eles. Em segundo lugar, a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade. A identidade nacional seria, assim, uma espécie de essência, que permaneceria apesar do tempo.

Em terceiro lugar a tradição inventada, um conjunto de práticas rituais ou simbólicas que buscam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, para garantir a continuidade histórica de um passado considerado adequado. O quarto exemplo é o mito fundacional, uma estória que localiza o nascimento da nação em um passado que não é exatamente localizável no tempo histórico, mas no tempo mítico, dando inteligibilidade a desordem do real vivido para dar sentido a sua narrativa. O quinto exemplo é a ideia de um povo puro e original, em que se baseia a ideia do outro que é uma ameaça à nação, que precisa ser purificada.

Podemos ver que a história ocupa uma posição de privilégio dentro da cultura nacional, pois a narrativa histórica opera fornecendo orientações que constituem sentidos para a experiência no tempo. A maneira com que abordam a memória histórica funciona, assim, como base de construção das identidades dos sujeitos, fornecendo a estes uma identidade estável que projeta o tempo de forma linear, onde esses sujeitos são inseridos. Se sentem, portanto, parte de um projeto maior do que eles, anterior a eles e que também subsistirá posteriormente, mas do qual participam e se sentem parte.

É o tipo de narrativa presente no trecho a seguir, onde a direita rebelde utiliza de exemplos históricos do passado para defender que nesta há um sentido, um movimento que faria com que, sempre que houvesse ataques de doutrinas estrangeirizantes a essência espanhola, em resposta surgiria um movimento que viria em defesa da nação. Esse discurso

teria a clara intenção de justificar o movimento da direita na Guerra Civil, legitimando sua tentativa de derrubar a Segunda República:

Porque más aplastado que estuvo el genio de España en el afrancesado siglo XVIII no lo estuvo jamás. Y de aquella degeneración salió el Movimiento de 1808, en nuestro grito de Independencia. Y cuando la guerra del 2 de mayo fue traicionada por no tener aquella victoria un Caudillo y una Doctrina - y el Frente Popular entonces aplastó a los combatientes, éstos volvieron a resurgir, con más fe que nunca, en las guerras civiles. Y cuando las guerras civiles fueron aplastadas por el pacto Canovista – anglófico y francófilo – volvió a resurgir el grito irredento con D. Miguel Primo de Rivera. Y cuando los miserables social intelectuales mataron a Rivera y parecía España perdida, con el 16 de Febrero del 36, surgió nuestro Movimiento que al recobrar la tradición genial de España – culmina hoy en Franco y su Falange.<sup>56</sup>

Franco e a Falange teriam um ar messiânico, vindos para salvar a Espanha e a redimir, pois eram instrumentos de uma providência contida na História. Esse movimento de usar o passado e seus acontecimentos como orientação no tempo, que deem significado e sentido ao presente, é um tipo de narrativa histórica comum da direita sublevada na Guerra Civil, como vimos em vários exemplos encontrados na fonte do presente trabalho, o jornal *La Falange*.

Para cimentar a fragmentada história da Espanha como nação, esse tipo de narrativa histórica viria estabelecer uma cultura nacional (usando o conceito de Hall), ou uma cultura histórica (usando o conceito de Rüsen), visando criar consenso em torno do regime nascente, justificando sua tomada ilegítima do poder, que questionou o resultado de uma eleição legítima. Invocavam no conservadorismo espanhol elementos históricos que pudessem estabelecer continuidade, dos quais se diziam protetores, em uma nação marcada por discontinuidades em seus diferentes regimes políticos ao longo da História.

---

56 CABALLERO, Giménez. Franco y Falange: ¡España! **La Falange**: Semanario de La Falange Española Tradicionalista de la JONS, Cáceres, 31 de jan. de 1938. Ano III, n° 178, p. 4.

## CAPÍTULO 4 – EDUCAÇÃO ESPANHOLA NA DÉCADA DE 30: ENTRE A VELHA E A NOVA ESPANHA

*“Esta es la España futura, la que se construye por medio de esta juventud, que aprende en las trincheras y en los frentes la hermandad de los hombres en la hora de la verdad, del valor y de la disciplina.” (Francisco Franco. La Falange, 1936, edição 153, p. 1).*

Embora a Segunda República e a Guerra Civil venham trazer à tona conflitos que são reflexos de uma Espanha fragmentada, devemos nos lembrar, como afirma Pierre Vilar (2013, p. 39), que agitações e instabilidades abatiam o Estado espanhol há pelo menos um século. Os conflitos que eclodem na década de 30 representam uma radicalização de problemas já existentes por séculos no mundo ibérico.

As crescentes crises econômicas, a falta de estruturação da indústria e do comércio, uma agricultura estéril marcada por zonas completamente improdutivas, os problemas sociais que atingiam as zonas rurais e urbanas e, principalmente, a ausência de um Estado estável e o atraso da democracia são fatores que possuem sua origem no turbulento século XIX. O aparecimento do liberalismo, o desenvolvimento da imprensa, as ideias de Cádiz, as novas noções de legitimidade e soberania, o debate político em torno do Estado e dos seus diferentes campos de atuação são questões que perpassam as discussões políticas do século XIX e, também, do século XX, em especial até o estopim da guerra civil. A I República, a ditadura de Miguel Primo de Rivera nos anos de 1920 e a II República nada mais são do que tentativas de construção de uma nova Espanha, de um Estado com características modernas e de uma nova política que permitisse imprimir uma face intimamente espanhola, provocando um distanciamento, ao menos na prática, do passado arcaico. [...] Muitos afirmaram a tradição como característica essencial de sustentação do indivíduo espanhol e como signo de identidade e enaltecimento de seu povo (LIMA, 2010, p.16).

O fascismo nasce se autoproclamando uma solução aos problemas da nação mas, ao mesmo tempo, se legitimando por meio da tradição e de elementos da história espanhola, considerados signos de identidade. A interpretação do tempo por parte da extrema direita na história espanhola é excessivamente voltada para seu passado, colocando-o como modelo de perspectiva sob o futuro. A partir da famosa frase de Marx, escrita no início de seu livro *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, sobre os homens que constantemente se voltam ao passado para construir a própria história, Cerri (2001, p.4) argumenta que

no agir sobre o mundo e ser sujeito da história, o passado (e suas projeções de futuro) são tudo o que está a disposição do homem, como matéria-prima

para a sua criação. Não se oferece nenhuma contribuição pura – em termos de novidade, de componente inédito – à forja dos novos eventos. A criação, e mesmo a reprodução, só são possíveis como recriação do que já existiu, e o totalmente novo, o que livra-se de todas as amarras do tempo, permanece como um sonho inatingível (CERRI, 2001, p. 4).

Para um país mergulhado em crises, mas com um passado considerado tão glorioso, era inevitável para a direita conservadora voltar-se a ele com admiração. “Su pasado imperial es demasiado importante para que no se experimente cierta nostalgia, en una atmósfera en la que el imperialismo es la medida de las cosas” (VILAR, 2013, p. 38). A experiência democrática, que acabou não rendendo frutos por conta da paralisia infringida ao governo pelas sucessivas disputas de poder e choques ideológicos em seu seio, acabou por alimentar a narrativa histórica da direita, com seu desejo pela volta da Espanha do passado quando, se algo não conseguia ser gerado pelo consenso, era feito com base na força. A “España estuvo durante mucho tiempo en la cuerda floja entre su presente y su pasado” (VILAR, 2013, p. 39).

Obviamente essa ideia de um passado da nação unida não passava de miopia interpretativa. Em um país de centralismo legal mas de localidade real desde o início de sua constituição como Estado moderno, não havia um corpo político que permitisse a estruturação de um estado forte e centralizado que possuísse legitimidade política. A extrema direita desejava, portanto, o Estado repressivo que atuava com base na violência e sua base ideológica (catolicismo). Sua expectativa de futuro era conseguir implantar, através dessa base ideológica ancorada em um passado ideal, o que o Estado espanhol nunca concretizara de fato, e a farsa que a crise democrática escancarou: uma nação única e coesa.

A educação seria uma das principais pautas entre as lutas e debates políticos na década de 30, pois a qualquer governo não escapa o fato de que “una reforma educativa en profundidad conduce inevitablemente a una reforma social.” (MOLERO PINTADO, 1991, p. 15). Consciente disso, o governo republicano faz da reforma educativa uma de suas principais bandeiras. Ao decidir fazer modificações no ensino espanhol, no entanto, a Segunda República precisaria fazer frente a uma instituição que se encontrava há séculos na primazia do direcionamento da educação nacional: a Igreja Católica. Entraria então, no centro da chamada *cuestión religiosa*, a educação como um dos principais embates entre a Igreja Católica e o governo republicano.

Molero Pintado (1991, p. 27) separa a relação da Segunda República com a educação em três fases: o primeiro biênio da República (1931-32) seria a fase criadora mais relevante, pois é o período em que se elabora resoluções educativas e propostas para reordenação do ensino. O segundo biênio (1933-34), onde se tem a subida ao poder da direita, possui um ar

revisor, na tentativa de freio ou liquidação das reformas educativas. Já no último biênio (1935-36), com a vitória da Frente Popular nas eleições, há uma tentativa de retomada dos objetivos iniciais do primeiro biênio, freada pelo início da Guerra Civil.

O desejo de transformar a sociedade espanhola através da educação estava exposto nas diversas leis de conteúdo educacional da república, como podemos ver no decreto de 23 de junho de 1931, que trata da criação de 7000 vagas para professores, por todo o país:

El Gobierno provisional de la República sitúa en el primer plano de sus preocupaciones los problemas que hacen referencia a la educación del pueblo. La República aspira a transformar fundamentalmente la realidad española hasta lograr que España sea una auténtica democracia. Y España no será una auténtica democracia mientras la inmensa mayoría de sus hijos, por falta de escuelas, se vean condenados a perpetua ignorancia.<sup>57</sup>

Vemos, através desse trecho, que o regime democrático reconhece as carências educacionais do país. Identifica, também, a educação de sua população com o nível de democracia que pode ter. A vivência de uma democracia que pudesse ser a cada dia mais plena passaria assim pela instrução da população espanhola. Seu plano para solucionar a falta de escolas era ambicioso: o decreto informa que um levantamento do Ministério de Instrução Pública aponta a necessidade de criação de 27.151 escolas pelo país. “No es posible crear de momento ese número de Escuelas que necesita España. [...] Urge trazar un plan para que en un plazo de cinco años puedan crearse todas esas Escuelas que hoy demanda el país” (p. 145).

A República reconhece que a maior necessidade inicial seria a de ter professores, como vemos em seu Decreto de 29 de setembro de 1931, de reforma das chamadas Escolas Normais, instituições de formação de professores: “Toda reforma se frustraría sin un Maestro que la encarnara en su espíritu. Urgía crear escuelas, pero urgía más crear Maestros; urgía dotar a la Escuela de medios para que cumpliera la función social que le está encomendada, pero urgía más capacitar al Maestro (p. 155).<sup>58</sup>”

Os pontos da reforma que encontrariam mais obstáculos para sua realização, e gerariam mais polêmicas, seriam os que tocaram na aliança entre a Igreja Católica e a

---

57 ESPAÑA. Decreto de 23 de junio de 1931. Creación de 7.000 plazas de Maestros y Maestras con destino a las escuelas nacionales. In: MOLERO PINTADO, Antonio (org.). **Historia de la educación en España: IV - La educación durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)**. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1991. p. 144-146.

58 ESPAÑA. Decreto de 29 de septiembre de 1931. La reforma de la escuela normal. In: MOLERO PINTADO, Antonio (org.). **Historia de la educación en España: IV - La educación durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)**. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1991. p. 155-162.

sociedade espanhola, como a Ordem de 12 de janeiro de 1932, que trata da laicidade da educação:

La Escuela ha de ser laica. La Escuela, sobre todo, ha de respetar la conciencia del niño. La escuela no puede ser dogmática ni puede ser sectaria. Toda propaganda política, social, filosófica y religiosa queda terminantemente prohibida en la escuela. La Escuela no puede coaccionar las conciencias. Al contrario, ha de respetarlas. Ha de liberarlas. Ha de ser lugar neutral donde el niño viva, crezca y se desarrolle sin sojuzgaciones de esa índole.

La Escuela, por imperativo del artículo 48 de la Constitución, ha de ser laica. Por tanto, no ostentará signo alguno que implique confesionalidad, quedando igualmente suprimidas del horario y del programa escolares la enseñanza y las prácticas confesionales. [...] La Escuela es de todos y aspira a ser para todos (p. 165).<sup>59</sup>

Em uma sociedade onde a política era sacralizada desde tempos imemoriais, e o catolicismo foi a religião oficial do Estado por séculos, a tentativa de tirar a Igreja Católica da cena política, ao invés de atenuar a presença da religião na vida pública espanhola, provocou efeito contrário. “El crecimiento y consolidación de las derechas se nuclearía en torno al problema religioso, que fue el medio del que se valieron principalmente para superar la fase de desorganización inicial hasta llegar a la creación de una formación política de masas.” (GIMÉNEZ MARTÍNEZ, 2016, p. 6).

Giménez Martínez (2016, p. 6) explica que a direita católica utilizou-se dessas reformas, que buscavam um Estado laico, como uma das mais concretas provas de ataque da República à Igreja. Assim, a figura da democracia como adversária da fé católica fortalecia posturas que a direita via como de resistência, utilizando a religião como etiqueta política. O partido de direita que mais se utilizaria desse discurso de perseguição ao catolicismo seria a CEDA.

A resposta das direitas, representada pelo partido único, a Falange, ao final da Guerra Civil seria editar decretos e leis que traziam não só o Ensino Religioso de volta, mas o catolicismo como base de todo o ensino. Na edição de 21 de março de 1938, uma circular do Ministério de Educação Nacional é publicada no jornal *La Falange*, precedendo o conteúdo que teria a primeira lei educacional do franquismo, que analisaremos no subtítulo posterior. Essa circular dava instruções a instituições de Ensino Fundamental e a professores:

---

59 ESPAÑA. Orden de 12 de enero de 1932. Sobre la escuela laica. In: MOLERO PINTADO, Antonio (org.). **Historia de la educación en España: IV** - La educación durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939). Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1991. p. 163-165.

Con el fin de dar orientación fija y uniforme a todos los maestros de España, [...] la Jefatura del Servicio Nacional de Primera Enseñanza publica, para su más exacto cumplimiento, las siguientes instrucciones:

Educación religiosa - La Junta de Defensa Nacional restableció la enseñanza religiosa en las escuelas nacionales [...].

Este restablecimiento no quiere decir tan solo que el maestro se limite a [...] la enseñanza del Catecismo e Historia Sagrada. [...] ha de lograr que el ambiente escolar esté en su totalidad influido y dirigido por la doctrina del Crucificado.

Es preciso que en las lecturas comentadas, en la enseñanza de las Ciencias, de la Historia, de la Geografía, se aproveche cualquier tema para deducir consecuencias morales y religiosas.

Educación patriótica - Se acabó el desdén por nuestra Historia. Terminó la agresión traidora a todo lo español. [...] Como en la enseñanza de la Religión, también pedimos un ambiente total para la enseñanza de la Historia como medio de cultivar el patriotismo, y una y otra estrechamente unidas [...].

Educación Cívica - [...] Que el niño perciba que la vida es milicia, o sea, sacrificio, disciplina, lucha y austeridad.<sup>60</sup>

Diariamente, as escolas teriam que içar a bandeira e executar o hino nacional, e passar aos alunos exercícios com tema religioso, patriótico ou cívico. E todas as escolas teriam que ter um retrato de Franco exposto. Unindo o culto a Deus e a Pátria, a ditadura nascente buscava utilizar a religião e o nacionalismo para consolidar o apoio popular, tentando apagar a herança republicana da sociedade espanhola.

#### 4.1 - ESTABELECIMENTO DA CULTURA NACIONAL FRANQUISTA NA EDUCAÇÃO: LEI DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO, DE 20 DE SETEMBRO DE 1938.

Ainda sob o fogo cruzado da Guerra Civil Espanhola, o futuro ditador Francisco Franco aprova, de seu primeiro governo provisório em Burgos, a primeira lei educacional do franquismo. A chamada Lei de 20 de setembro, que tratava da reforma da parte final do ensino médio espanhol (Enseñanza Media), o Bacharelado Universitário (Bachillerato Universitario), foi modelo para toda a legislação educacional da ditadura que viria posteriormente. Essa lei, assim como suas sucessoras, se preocupava em fazer dos cidadãos espanhóis sujeitos em conformidade com sua ideologia, o nacional-catolicismo, o cimento sob o qual assentaria o nacionalismo da direita espanhola vencedora da Guerra Civil.

---

60 TOLEDO Y ROBLES, Romualdo de. Ministerio de Educación Nacional. Jefatura del Servicio Nacional de Primera Enseñanza. Circular a la inspección de Primera Enseñanza y maestros nacionales, municipales y privados de la España Nacional. **La Falange**, Cáceres, 21 de março de 1938. Ano III, nº 185, p. 3.

Analisaremos o texto introdutório da lei de 20 de setembro, de caráter mais geral, pois nessa parte está presente sua base ideológica e aquilo que mais nos interessa: sua cultura histórica e nacional. Nela, podemos verificar o estabelecimento da narrativa histórica da direita sob a Guerra Civil, observada no capítulo anterior através do jornal *La Falange*. Por ter sido a primeira lei educacional do regime ela possui um texto introdutório mais extenso, que serviu de base para a construção de toda a legislação educacional posterior.

A lei de 20 de setembro de 1938 foi publicada no B.O.E. (Boletín Oficial del Estado) em 23 de setembro de 1938, após pouco mais de dois anos em que a Espanha estava em Guerra Civil, dividida entre dois lados: Os defensores da República, em que se uniam o centro republicano e a esquerda, e os sublevados da direita. No fim de 1938 a vitória da guerra já pendia para a direita, que conseguiu estabelecer um governo provisório na parte produtora de alimentos da Espanha, bloqueando o acesso à ajuda e suprimentos para os republicanos pela costa mediterrânea. A essa altura, Itália e Alemanha, testando o arsenal e as táticas de guerra que usariam em breve na Segunda Guerra, ajudavam o lado franquista, enquanto a pouca ajuda ao lado republicano vinha abaixo pelos efeitos do pacto de não agressão às forças fascistas de 1939.

Até o início da década de 40, o chamado primeiro franquismo levava a cabo uma política de aproximação de países fascistas, governando o país de forma autárquica e promovendo a destruição e perseguição de pessoas, estruturas e ideias ligadas à Segunda República, justificada pela retórica de que o regime empreendia a missão de limpar a nação de tudo aquilo que ameaçava a essência da verdadeira Espanha.

Na própria lei, o franquismo justifica que a reforma começa com a parte final do Ensino Médio, voltada àqueles que desejam ingressar no Ensino Superior, porque vê a reforma nesse grau de ensino como “el instrumento más eficaz para, rápidamente, influir en la transformación de una sociedad y en la formación intelectual y moral de sus futuras clases directoras.” (ESPAÑA, 1938, p. 1385). A lei se inicia com os seguintes parágrafos:

El depósito sagrado de la genuina cultura de España, a costa de tanto heroísmo salvado, exige de aquellos que han sido llamados a custodiarlo y a transmitirlo, los cuidados más abnegados y, las más hondas preocupaciones, que han de traducirse, sin vacilar, en primer término, en aquellas reformas radicales que el porvenir de la Enseñanza española imperativamente requiere.

El Nuevo Estado tiene la altísima preocupación de revisar los problemas capitales de orden espiritual, reafirmando el sentido de nuestra tradición con la experiencia de tendencias nuevas, largamente aplicadas en países que ocupan un lugar preeminente en el orden de la cultura (ESPAÑA, 1938, p. 1385).

Na primeira frase da lei já vemos a ênfase na tradição, em uma cultura essencial e, portanto, única verdadeira. Quando se fala de heroísmo por parte daqueles que estão sendo chamados a vigiá-la e transmiti-la, vemos a clara menção à Guerra Civil, justificada como uma luta para salvaguardar a verdadeira cultura da Espanha. No segundo parágrafo o franquismo já se legitima como força a ocupar o Estado, já que, oficialmente, a guerra não havia terminado e o regime só dominava uma parte do território em 1938. Ao afirmar sua vontade de revisar os problemas nacionais, que considera de ordem espiritual (o ideal maniqueísta da luta do bem contra o mal), demonstra que reafirmará o sentido da tradição espanhola, uma clara referência ao desejo de continuidade histórica da herança e sua intemporalidade.

Quanto às tendências novas que cita, supostamente aplicadas em países proeminentes na ordem da cultura, a lei demonstra a aliança da Espanha com os países fascistas e de tendências imperialistas, com quem se identifica e admira. A comprovação de que essas nações modelos a se inspirar se tratam da Alemanha nazista e da Itália fascista pode se observada na página 1386 quando, ao falar das duas línguas estrangeiras que o aluno deverá escolher para estudar, a lei explicita que é obrigatório que, ao menos uma delas, seja o italiano ou o alemão.

Quanto à formação cultural e humana do aluno, a lei diz que o labor dos professores vem sendo infrutíferos, por conta da debilidade do próprio sistema de ensino.

La técnica memorística, producto del sistema imperante, ha de ser sustituida por una acción continuada y progresiva sobre la mentalidad del alumno, que dé por resultado, no la práctica de recitaciones efímeras y pasajeras, sino la asimilación definitiva de elementos básicos de cultura y la formación de una personalidad completa (ESPAÑA, 1938, p. 1385).

Vemos nesse trecho que o franquismo se preocupa não só com o ensino e aprendizagem escolar, mas com a formação da personalidade e a plena assimilação da cultura por parte do aluno. Está, portanto, preocupado com a construção da identidade nacional dos estudantes. Que tipo de identidade nacional o franquismo deseja inculcar através da educação?

A primeira base de um ensino que produza o estudante ideal que o franquismo almeja é o que a lei chama de cultura clássica e humanística. O que seria essa cultura clássica e humanística? O problema já começa quando a lei explica que poderia se invocar uma apologética a favor desse tipo de ensino: Apologética, na religião cristã, é a defesa contra as teses contrárias, uma disciplina que visa afirmar a verdade da própria doutrina.

A lei defende a busca dessa forma de ensino como

camino seguro para la vuelta a la valorización del Ser auténtico de España, de la España formada en los estudios clásicos y humanísticos de nuestro siglo XVI, que produjo aquella pléyade de políticos y guerreros -todos de formación religiosa, clásica y humanística- de nuestra época imperial, hacia la que retorna la vocación heroica de nuestra juventud; poder formativo político corroborado todavía notablemente con el ejemplo de las grandes Naciones imperiales modernas; y bastaría, finalmente, la consideración de la necesidad de dar en las circunstancias mundiales presentes, su plena valoración a los fundamentos clásicos, greco-latinos, cristiano-romanos, de nuestra civilización europea (ESPAÑA, 1938, p. 1386).

Vemos aqui que a cultura nacional do franquismo vê na Espanha do século XVI o passado adequado a se imitar, a buscar continuidade. Essa Espanha era um império ultramarino belicoso em ascensão (Castela), que conquistava e sujeitava os reinos ao seu redor para unificar o território. Era a Espanha do chamado século de ouro, entendida como a época clássica e o auge da cultura espanhola, período em que conquistou prestígio e influência em toda a Europa.

Era o período de crescimento principalmente das artes, da literatura, da arquitetura e da música, e de universidades espanholas como Salamanca, mas de domínio ideológico da Inquisição, que punia e combatia desvios da doutrina católica, um claro exemplo da contradição da modernidade, ao mesmo tempo libertadora e aprisionadora. Assim, essa era a cultura clássica e humanística buscada: a do século de ouro espanhol. Essa Espanha expansionista encaixava no ideal de nação da Espanha fascista, pois a concepção fascista de Estado como potência expansiva

implica a subordinação e o sucumbir da sociedade civil aos objetivos identificados como nacionais pelo Estado [...]. Nesse campo, a principal tarefa do fascismo é fazer cessar as causas da desagregação social e, assim, transcender ao estranhamento dos indivíduos e dotá-los [...] de uma identidade autêntica (SILVA, 2000, p. 140).

Obviamente, o catolicismo não ficaria de fora da base do ensino e do currículo de formação dos estudantes:

Consecuentemente, la formación clásica y humanística ha de ser acompañada por un contenido eminentemente católico y patriótico. El Catolicismo es la médula de la Historia de España. Por eso es imprescindible una sólida instrucción religiosa que comprenda desde el Catecismo, el Evangelio y la Moral, hasta la Liturgia, la Historia de la Iglesia y una

adecuada Apologética, completándose esta formación espiritual con nociones de Filosofía e Historia de la Filosofía. La revalorización de lo español, la definitiva extirpación del pesimismo antihispánico y extranjerizante, hijo de la apostasía y de la odiosa y mendaz leyenda negra, se ha de conseguir mediante la enseñanza de la Historia Universal (acompañada de la Geografía), principalmente en sus relaciones con la de España. Se trata así de poner de manifiesto la pureza moral de la nacionalidad española; la categoría superior, universalista, de nuestro espíritu imperial, de la Hispanidad, según concepto felicísimo de Ramiro de Maeztu, defensora y misionera de la verdadera civilización, que es la Cristiandad (ESPAÑA, 1938, p. 1386).

O ensino deveria ser, assim, católico e nacionalista, elementos indissociáveis para o franquismo, que via na religião a base da história espanhola. Em uma nação com uma formação tão instável e constantes crises de legitimidade que levaram a instabilidades no poder, era necessário identificar elementos em comum que ajudassem a cimentar a história espanhola, em uma ideia de continuidade. O catolicismo era esse elemento.

Os valores laicos da República, as identidades e culturas de regiões separatistas e qualquer valor liberal ou das esquerdas eram taxados de estrangeirismos ou ideais anti-hispânicos. Eram os inimigos da nacionalidade espanhola, tida como a única pura e superior, a *hispanidad*; defensora da verdadeira civilização, a cristã. Ao definir o cristianismo como verdadeira civilização nos lembramos da Espanha imperial na época das colonizações, que se via na missão de levar o cristianismo ao mundo. Esta era uma das especificidades do fascismo à espanhola, já que em suas versões italiana e, principalmente, alemã, a exaltação do Estado substituía o controle da Igreja sob os fiéis, e o ateísmo do nazismo era claro.

No parágrafo seguinte ao exposto acima, vemos que a lei diz que o

Complemento natural de las humanidades clásicas han de ser las humanidades españolas. Es nuestra lengua el sistema nervioso de nuestro Imperio espiritual y herencia real y tangible de nuestro Imperio político-histórico. Como dijo Nebrija en ocasión memorable, fue siempre la lengua compañera inseparable del Imperio. Sólo un profundo estudio de nuestro idioma sobre sus textos clásicos y el aprendizaje de su empleo y de sus bellezas, puede darnos la seguridad de que el presente renacer de nuestro sentido nacional y patriótico, labrado a golpes de dolor y adversidad, no sea una exaltación pasajera, sino algo permanente y sustantivo en el espíritu de las generaciones venideras (ESPAÑA, 1938, p. 1386).

A exaltação da língua espanhola (castelhano) pode ser entendida como resposta as demais línguas regionais da Espanha, que serviram de porta-voz para o renascimento de culturas locais, que fortaleceriam os nacionalismos, como no caso da Catalunha. A língua possuiu uma função primordial para construção de uma cultura nacional na modernidade, e

foi usada para construir padrões de ensino universais, ajudando na criação de uma cultura homogênea. A Espanha moderna falhou em criar um sistema educacional nacional, deixado nas mãos da Igreja Católica. Inclusive, uma das grandes desavenças da direita conservadora espanhola com a Segunda República seria por conta de sua tentativa de tornar o Estado laico e tirar o ensino público das mãos da Igreja Católica.

O trecho abaixo é o parágrafo final do texto introdutório da lei de 20 de setembro de 1938:

La España que renace a su auténtico Ser cultural, a su vocación de misión y de ejemplaridad, a su tensión militante y heroica, podrá contar para su juventud con este sistema activo y eficaz de cultura docente que ha de templar las almas de los españoles con aquellas virtudes de nuestros grandes capitanes y políticos del Siglo de Oro, formados en la Teología Católica de Trento, en las Humanidades Renacentistas y en los triunfos guerreros por tierra y por mar en defensa y expansión de la Hispanidad (ESPAÑA, 1938, p. 1388).

Era, portanto, um velho dilema já existente desde a Espanha monárquica da modernidade que o franquismo enfrentava: Desejava o desenvolvimento econômico, mas não o autodesenvolvimento humano, já que a junção dos dois como parte do processo de estabelecimento da sociedade moderna leva a destruição de

todo confinamento ancestral e toda restrição feudal, a imobilidade social e a tradição dos claustros, numa imensa operação de limpeza dos entulhos culturais e consuetudinários por todo o planeta. A esse processo corresponde uma formidável emancipação das possibilidades e da sensibilidade do eu individual, que agora cada vez mais se liberta da fixidez do *status* social e da rígida hierarquia de papéis característicos do passado pré-capitalista, com sua moralidade estreita e seu limitado raio de imaginação (ANDERSON, 1986, p. 3).

O franquismo desejava uma juventude que, assim como a Espanha dos séculos XVIII e XIX, lutasse contra o advento da modernidade e seus efeitos. A democratização do Estado e o advento de um ensino laico durante a Segunda República eram o fantasma contra o qual o franquismo lutava através da sua primeira lei de reforma da educação. Enquanto em praticamente toda a Europa do pós-guerra a democracia burguesa se universalizaria, na Espanha o franquismo, vencendo sua nova guerra de Reconquista, tentaria a força manter uma sociedade ao estilo do antigo regime.

Formadas las jóvenes inteligencias con arreglo a estas normas, se habrá realizado, para plazo no muy lejano, una total transformación en las mentalidades de la Nueva España y se habrá conseguido desterrar de nuestros medios intelectuales síntomas bien patentes de decadencia: la falta de instrucción fundamental y de formación doctrinal y moral, el mimetismo extranjerizante, la rusofilia y el afeminamiento, la deshumanización de la literatura y el arte, el fetichismo de la metáfora y el verbalismo sin contenido, características y matices de la desorientación y de la falta de vigor intelectual de muchos sectores sociales en estos últimos tiempos, todo ello en contradicción dolorosa con el viril heroísmo de la juventud en acción, que tan generosa sangre derrama en el frente por el rescate definitivo de la auténtica cultura española (ESPAÑA, 1938, p. 1387).

A “Nueva España” nada tinha, portanto, de nova, apesar do verniz fascista modernizante. Buscava lutar contra a fragmentação das identidades, construindo uma identidade nacional com elementos de um passado que considerava ideal, e que buscava manter com o discurso de que era a autêntica Espanha a se manter. A modernidade era, para esta, sinal de decadência frente a sua identidade cultural aparentemente unificada e perigo para sua cultura nacional supostamente tradicional.

Assim, através do fascismo, o franquismo tentava fazer a gestão do conflito sociocultural espanhol pela violência, uma necessidade marcadamente moderna. Lutava, portanto, contra a fragmentação das identidades, típico efeito da sociedade moderna e suas contradições, colocando-se como um fator de coesão nacional, capaz de restaurar a identidade nacional dilacerada pela democracia burguesa, representada pela Segunda República.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um rei experiente, já em idade avançada, após ter passado por tantas situações e visto tantas coisas ao longo da vida, escreveu: “O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se fará; de modo que nada há de novo debaixo do sol. Há alguma coisa de que se possa dizer: Vê, isto é novo? Já foi nos séculos passados, que foram antes de nós.”<sup>61</sup>

Marx, em um dos trechos mais famosos de seu livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, e que utilizamos como epígrafe, disse:

A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada (MARX, 2000, p. 6).

Apesar de falarem de séculos de distância temporal, ambos transmitem reflexões semelhantes sobre o peso do passado no presente da humanidade, no tecer da própria história. Fazer algo totalmente novo é uma tarefa que nos é difícil, pois somos seres históricos. E tudo aquilo com o qual lidamos no presente (tanto material como imaterial) foi legado pelo passado. Logo, todas as ferramentas que temos para construir o futuro são construções passadas. E a própria estrutura da sociedade na qual vivemos possui séculos, e nos influencia a repetir certos comportamentos, costumes e modos de vida.

Sabemos, por exemplo, que nosso cérebro é “conservador”, pois busca poupar o mínimo de energia na tomada de decisões diárias da vida. Dessa forma, tendemos inconscientemente a usar as mesmas roupas, pedir os mesmos pratos no restaurante, frequentar os mesmos lugares aos fins de semana. Essas atitudes inconscientes são ações básicas e necessárias a qualquer ser humano. “A evolução nos deu uma mente inconsciente porque é ela que permite nossa sobrevivência num mundo que exige assimilação e processamento de energia tão maciços.” (MLODINOW, 2013, p. 34).

Quando passamos a um plano de decisões e escolhas macro, que abrange o político, social e cultural coletivo, utilizamos o conceito de Giddens, segurança ontológica, que são sentimentos de confiança e segurança na continuidade da própria identidade e na constância

---

61 Embora se atribua a escrita do capítulo bíblico de Eclesiastes ao rei Salomão, a autoria do livro é incerta. BÍBLIA, Eclesiastes, 1, 9-10.

dos ambientes circundantes. Recorrendo a este sentimento, o bando sublevado se apresentou com a promessa de estabilidade em um tempo de caos, defendendo uma Espanha do passado do qual foram destituídos. Entre a Espanha conturbada da Segunda República, cheia de vivências novas e transformações sociais profundas, e a Espanha tradicional e conservadora na qual cresceram e foram aculturados, e também viveram seus antepassados, muitos espanhóis preferiram assim o conhecido, a previsibilidade da rotina da vida cotidiana. “Quando tais rotinas sofrem alteração — por quaisquer razões — a ansiedade transborda, e mesmo aspectos muito firmemente alicerçados da personalidade do indivíduo podem ser afetados e alterados.” (GIDDENS, 1991, p. 89).

Como vimos através das reflexões de Rüsen no terceiro capítulo, a função orientadora da história atende uma necessidade humana em sociedade, pois precisamos de conhecimento histórico para agir intencionalmente, formar nossas identidades e nos orientarmos historicamente. A carência de orientação busca na experiência histórica passada elementos que articulará para construir sentidos sobre o presente, e planejar a ação a ser feita no futuro.

Esse resgate do passado para perspectivar um futuro, no entanto, pouco tem a ver com a alteridade do passado, pois diz mais das necessidades e intencionalidades do presente daquele que o invoca. É o que explica Marx, pouco depois do trecho anteriormente citado:

A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa de cumprir, e não de fugir de sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez (MARX, 2000, p. 9).

Assim, os nomes que os sublevados da Guerra Civil Espanhola invocaram, os fatos históricos que rememoraram, o discurso conservador, a narrativa histórica tradicional que usaram nada tinha de novo. Foi uma linguagem exaustivamente utilizada pelos reacionários ao longo da história espanhola, mas não significava literalmente que aqueles momentos históricos estavam se repetindo.

Indicava, na verdade, o uso do passado para justificar e mistificar as atitudes do presente. Frente à necessidade de explicar o golpe e, posteriormente, a guerra, com o objetivo de alçar o poder, os grupos da direita unidos no conflito precisaram criar uma narrativa histórica que escondesse que a matança que provocavam era genocídio. Que ocultasse o verdadeiro sentido de sua luta (manter o poder nas mãos das elites conservadoras) para apresentá-la como uma causa nacional, angariando apoio popular.

Assassinar companheiros espanhóis se tornou lutar em uma cruzada cristã contra o estrangeiro infiel, que se não era estrangeiro de fato, estava irremediavelmente contaminado com estrangeirismos ideológicos e precisava ser combatido. Dar um golpe em um governo democraticamente eleito foi disfarçado com um ideal mais heroico, de limpar a Espanha e fazer a contrarrevolução, evitando que o comunismo russo tirasse a liberdade da nação. Defender a preservação do status quo e os privilégios da elite foi escamoteado com o objetivo de salvar a verdadeira essência e identidade da nação espanhola, que deveria ser preservada a qualquer custo. Destruir anos de avanços nos direitos sociais e na construção de um sistema democrático era justificado como manter a unidade da nação espanhola.

Não havia, no entanto, nada de novo na motivação do reacionarismo das elites espanholas apoiadoras do bando sublevado. Acionar a violência e o catolicismo para defender seus privilégios e garantir a manutenção do poder eram atitudes tomadas há séculos no antigo regime da Espanha. Por essa razão muitos interpretaram o franquismo como a última tentativa de centralização do antigo regime.

A aproximação da direita espanhola com o fascismo, em especial através do partido Falange, expunha a crise ao longo do processo de construção do Estado espanhol. Muitas características fascistas foram aspectos essenciais adotados pelos sublevados na Guerra Civil e na construção do estado franquista, como o apoderamento da história nacional, na defesa de uma originalidade histórica da nação que se realizaria com a tomada do poder, que analisamos nas fontes através dos conceitos de cultura histórica e cultura nacional.

Outro aspecto marcadamente fascista, identificado na narrativa falangista, foi o antidemocratismo. No jornal *La Falange*, ao longo da guerra, inúmeros textos acusavam as formas liberais democráticas de serem as causadoras da crise nacional, pois desagregariam a nação em partidos, grupos, indivíduos, lançando-os uns contra os outros em conflitos sociais. Em outros traços fascistas, o ideal de nação que criaria uma unidade idealizada e a figura do líder, fonte do direito que encarnaria o estado forte, estariam a solução apresentada pela extrema direita para a crise social.

Toda essa construção de uma narrativa histórica, porém, não seria utilizada apenas para justificar a Guerra Civil e a tomada do poder. Seria a base ideológica do regime, através do qual o franquismo buscaria formar toda uma geração. A estrutura discursiva identificada nos textos do jornal *La Falange* estaria presente em toda a legislação do Estado franquista. Ao final do trabalho, no último capítulo, refletimos então como essa cultura histórica, produzida ainda sob a Guerra Civil, serviu como base da educação franquista, tendo como objetivo moldar a sociedade espanhola no conservadorismo e reacionarismo do nacional catolicismo.

Ganha a guerra, a cultura histórica produzida durante o conflito serviria para aculturar pessoas na ideologia do regime, na tentativa de perpetuá-lo por longo tempo. A propaganda persuasiva nos jornais partidários não seriam mais necessárias. Com a lei de imprensa repressiva e sua censura, todos os veículos de informação nacionais teriam função propagandística. Todos os avanços em torno da busca pela criação de um ensino laico e mais respeitoso às diversidades, do aumento de escolas e mais vagas para professores foram substituídos por um ensino cívico-militar e católico e vigilância ideológica sobre professores. A escola era agora vista como espaço para criação de uma identidade nacional-catolicista nas futuras gerações.

A importância do ensino para a construção e formação de identidades não foi menosprezada pelo regime. Sabemos que a educação é uma das áreas de maior embate no meio político, e regimes autoritários sempre buscaram, ao longo da história, cooptá-la para a disseminação de seus valores. No Brasil atual vivenciamos a implantação do modelo de colégios cívico-militares, um projeto de Bolsonaro que une o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa, buscando inserir preceitos militares de conduta no ambiente escolar.

Não só na educação vivenciamos a escalada de modelos autoritários, que demonstram a volta do reacionarismo. A liberdade de expressão também se mostra sob ameaça: Manifestantes que se mobilizaram nas ruas contra o governo foram presos; cresce a repressão irregular da polícia em protestos; mulher é presa por bater panela contra motociata de Bolsonaro; casal é impedido de se vacinar vestindo camiseta contra o presidente.<sup>62</sup> Várias pessoas foram intimadas na justiça, algumas com base na Lei de Segurança Nacional da época da ditadura, por fazerem críticas ao presidente ou ao governo, como Guilherme Boulos, Felipe Neto e Ciro Gomes, citando casos mais famosos.<sup>63</sup>

---

62 MANIFESTANTES presos por faixa ‘Bolsonaro genocida’ em protesto são liberados. **RBA Rede Brasil Atual**. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/03/manifestantes-presos-faixa-bolsonaro-genocida/> >. Acesso em 17 de jun. de 2021.

SEGALLA, Vinicius. País vive “pandemia” de repressão policial irregular a protestos contra Bolsonaro; veja 6 casos. **Brasil de Fato**. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/16/pais-vive-pandemia-de-repressao-policial-irregular-a-protestos-contr-bolsonaro-veja-6-casos> >. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

MULHER é presa em protesto contra motociata de Bolsonaro em Porto Alegre. **Correio Braziliense**. Disponível em: < <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/07/4936803-mulher-e-presa-por-bater-panela-em-protesto-contr-motociata-de-bolsonaro.html> >. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

PAULUZE, Thaiza. Casal é impedido de se vacinar com camisa contra Bolsonaro no Rio. **Folha de São Paulo**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/07/casal-e-impedido-de-se-vacinar-com-camisa-contr-bolsonaro-no-rio.shtml> >. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

63 Guilherme Boulos citou uma fala de Bolsonaro ao dizer “Eu sou a constituição”, a comparando com a famosa frase “O Estado sou eu”, atribuída a Luís XIV. Felipe Neto chamou Bolsonaro de genocida por sua gestão da pandemia no país. Ciro Gomes foi investigado por referir-se ao presidente com termos como “boçalidade” e “ladrão”, e por ter citado crimes de peculato em que sua família estaria envolvida. In: FILHO, João. Sob

Ao estudar, pesquisar, ler sobre a Guerra Civil Espanhola e seu desfecho, conseguimos identificar similaridades com diversos outros momentos de escalada do reacionarismo e de ameaça à democracia na contemporaneidade. Não é preciso que todas as manifestações mais visíveis de fascismo e autoritarismo apareçam para que identifiquemos os riscos reais que sofreremos. O que foi construído ao longo de décadas de lutas está sendo destruído em poucos anos. A cada dia um pouco nos é tirado, e me pergunto como estaremos por fim quando fizermos o balanço das perdas ao longo dos últimos anos.

Os abusos, os absurdos, as destruições e violências perpetuadas pelo atual governo acontecem com tamanha frequência que já se tornaram habituais. Como chegamos ao ponto de aceitarmos tão docilmente o que deveria ser inaceitável? Talvez nossa educação e formação como povo seja parte da explicação. Na Espanha da década de 30, após um primeiro governo progressista, a Segunda República foi sucedida por conservadores, que buscaram frear as reformas idealizadas pelo governo anterior. Na eleição seguinte, com a derrota da direita nas urnas, foi necessário deslegitimar uma eleição legítima para que a direita tomasse à força o poder. Com uma democracia ainda não totalmente estabelecida, e um ambiente internacional propício à escalada do autoritarismo, a democracia caiu.

Vivenciamos um ambiente político com algumas similaridades, com o atual presidente questionando a credibilidade das instituições eleitorais e alegando existência de fraudes. Que ambiente político teremos em caso de sua derrota em 2022? Nos Estados Unidos, seu antigo aliado Trump nos deu uma possível amostra do que poderemos enfrentar. O que seria a atual máquina digital de produção e disseminação de fake news a serviço do presidente, senão uma versão tecnológica de maior alcance dos jornais veiculados pelos sublevados da Guerra Civil Espanhola, em seu esforço propagandístico de persuasão popular?

Mas com Mézáros (2007, p. 197), devemos nos lembrar que essa é a lógica cíclica da sociedade capitalista. Seus momentos de crises, com escaladas da violência, do autoritarismo e do conservadorismo são parte de sua estrutura. O sistema foi assim construído e é incorrigível, sempre voltando a concentrar poderes nas mãos da elite, após tempos de redistribuição de renda e avanços democráticos. Enquanto vivermos sob o mesmo sistema, a frase atribuída a Salomão, que citamos no início do texto, continuará atual. “O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se fará; de modo que nada há de novo debaixo do sol. Há

---

Bolsonaro, Polícia Federal é usada como órgão de perseguição política. **The Intercept Brasil**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2021/04/25/bolsonaro-pf-policia-federal-usada-orgao-perseguiacao-politica/>>. Acesso em: 17 de jul. de 2021.

alguma coisa de que se possa dizer: Vê, isto é novo? Já foi nos séculos passados, que foram antes de nós.”

## FONTES

ALMAGRO, M. La rueda de la Historia: Móstoles. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 2 de nov. de 1936. Año I, nº 55, p. 1.

**Azul**: Órgano de La Falange Española de las JONS. Disponible em: <  
<https://prensahistorica.mcu.es/es/consulta/registro.do?id=3614>>. Acceso em: 30 de abr. de 2021.

CABALLERO, Giménez. Franco y Falange: ¡España! **La Falange**: Semanario de La Falange Española Tradicionalista de la JONS, Cáceres, 31 de jan. de 1938. Año III, nº 178, p. 4.

Capa com lema obrigatório. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 07 de dez. de 1936. Año I, nº 85, p.1.

CRÓNICAS de La Falange: La vuelta al honor. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de set. de 1936. Año I, nº 2, p. 3.

EL DÍA de hoy en las escuelas. **La Falange**: Órgano de Falange Española Tradicionalista y de las JONS, Cáceres, 13 de jun. de 1938. Año III, nº 198, p.4.

EL PATRIOTISMO de Cáceres - La ciudad rinde un homenaje de adhesión y simpatía al ilustre general Franco. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 07 de set. de 1936. Año I, nº 7, p.3.

EL TAMAÑO de nuestro diario. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 15 de dez. de 1936. Año I, nº 91, p.2.

EN EL AYUNTAMIENTO – Posesión del nuevo alcalde. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 31 de ago. de 1936. Año I, nº 1, p.2.

EN LA SENDA gloriosa: Marcha de la Cruzada Nacional. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 7 de set. de 1936. Año I, nº 7, p. 2.

ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Jefatura del Estado –Ley de 20 de septiembre de 1938 (B.O.E. 23-IX). Burgos, Año III, Nº 85, sep. de 1938, p. 1385-1395. Disponible em: <  
<https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE/1938/085/A01385-01395.pdf>>. Acceso em: 06 dez. 2019.

ESTADO e Historia. **La Falange**: Órgano de Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 19 de jul. de 1938. Año III, nº 203, p. 6.

FALANGE Española de las JONS: Nacional sindicalismo. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 01 de set. de 1936. Año I, nº 2, p. 4.

FRANCO, habló así a su pueblo. **La Falange**: Órgano de Falange Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 19 de jul. de 1938. Año III, nº 203, p. 1-2.

FECHAS memorables – La exaltación del Caudillo a la Jefatura del Estado. **La Falange**: De Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 27 de set. de 1937. Año II, nº 160, p.4.

GLOSAS: Unidad. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 7 de nov. de 1936. Año I, nº 60, p. 1.

HERNÁNDEZ GIL, A. Glosas: También el derecho. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 11 de dez. de 1936. Año I, nº 88, p. 4.

IMPORTANTES declaraciones del Caudillo. **La Falange**: Órgano de Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 29 de ago. de 1938. Año III, nº 209, p. 1.

IMPORTANTES declaraciones del Ministro del Interior, camarada Serrano Suñer. **La Falange**: Órgano de Falange Española Tradicionalista y de las JONS, Cáceres, 5 de set. de 1938. Año III, nº 210, p.1.

JOSÉ Antonio. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 3 de set. de 1936. Año I, nº 4, p. 1.

LA EDUCACIÓN. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 2 de set. de 1936. Año I, nº 3, p. 1.

LA ESCUELA nacionalsindicalista. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de dez. de 1936. Año I, nº 80, p. 1.

LA FIESTA de los Caídos. **La Falange**: De Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 08 de nov. de 1937. Año II, nº 165, p.3.

LA INTRIGA judeo-masónica. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 2 de jan. de 1937. Año II, nº 105, p.2.

**La Falange**: De Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 09 de ago. de 1937. Año II, nº 153, p.1.

**La Falange**: Diario de la tarde, Cáceres, 25 de jan. de 1937. Año II, nº 124, p. 1.

LA FALANGE es el pueblo. **La Falange**: Diario de la Tarde. Cáceres, 2 de set. de 1936. Año I, nº 3, p. 1.

**La Falange**: Órgano de La Falange Española de las JONS, Cáceres, 29 de mai. de 1939. Año IV, nº 248, p.1-4.

LA FALANGE saluda. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 31 de ago. de 1936. Año I, nº 1, p. 1.

LA NOCHEBUENA del combatiente. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 26 de dez. de 1936. Año I, nº 100, p. 1.

LOS GOBIERNOS italiano y alemán, al reconocer oficialmente al del general Franco, dan un primer paso para su consolidación como potencia europea. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 19 de nov. de 1936. Año I, nº 70, p.2.

MEDITA, obrero. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de set. de 1936. Año 1, nº 2, p. 2.

MIRANDA, Joaquín. Falange Española Tradicionalista de las JONS – Secretariado político. **La Falange**: Semanario de Falange Española Tradicionalista de las JONS, Cáceres, 04 de out. de 1937. Año II, nº 161, p.4.

M. V. La voz de la Falange. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 25 de jan. de 1937. Año II, nº 124, p. 1.

NUEVOS rumbos. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 31 de dez. de 1936. Año I, nº 104, p. 2.

PUJOL, Juan. Era buena presa. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 15 de jan. de 1937. Año II, nº 117, p. 1.

REPETTO REY, F. Bienaventurados los muertos por España. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 1 de out. de 1936. Año I, nº 28, p. 1.

RUIZ DE ALDA, Julio. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 3 de set. de 1936. Ano I, n° 4, p. 4.

SÁNCHEZ MARÍN, F. García. El himno. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 30 de ago. de 1937. Ano II, n° 156, p. 4.

SERVICIO de España. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 25 de jan. de 1937. Ano II, n° 124, p. 1.

TOLEDO Y ROBLES, Romualdo de. Ministerio de Educación Nacional. Jefatura del Servicio Nacional de Primera Enseñanza. Circular a la inspección de Primera Enseñanza y maestros nacionales, municipales y privados de la España Nacional. **La Falange**, Cáceres, 21 de março de 1938. Ano III, n° 185, p. 3.

UNA FECHA historica. Hoy se ha efectuado en Burgos la transmisión de plenos poderes al nuevo Jefe del Estado. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 01 de out. de 1936. Ano I, n° 28, p.2.

UNIDAD. **La Falange**: Diario de la Tarde, Cáceres, 10 de set. de 1936. Ano I, n° 10, p. 3.

YZURDIAGA LORCA, Fermín. Mujeres de La Falange. **La Falange**: Semanario de La Falange Española Tradicionalista de la J.O.N.S. Ano II, n° 178. Cáceres, 31 de jan. de 1938, p. 1.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Janete (org.). **Espanha**: Política e cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

“ALEMANHA acima de tudo”, um verso e um passado sombrio. DW. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-acima-de-tudo-um-verso-e-um-passado-sombrio/a-46002358> >. Acesso em: 17 de jun. De 2021.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. Modernidade e revolução. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n° 14, 1986. p. 2-15. Disponível em: < <http://dtlch.fflch.usp.br/sites/dtlch.fflch.usp.br/files/Anderson%20-%20Modernidade%20e%20revolucao.pdf> >. Acesso em 07 dez. 2019.

ANTUNA GANCEDO, Enrique A. La intervención del Primer Franquismo sobre la fiesta popular: Una aproximación a través del caso asturiano (1937-1945). **Hispania Nova**, n. 14, 2016, p. 192-212.

AVILÉS FARRÉ, Juan. **La izquierda burguesa y la tragedia de la II República**. Madrid: Ibersaf industrial, 2006.

BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. **A Inquisição**. \_\_\_\_\_: Imago, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BÍBLIA, A. T. Eclesiastes. In: BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**: Contendo o velho e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2011.

BLASCO HERRANZ, Inmaculada. Género y nación durante el franquismo. In: MICHONNEAU, Sthépane; NÚÑEZ-SEIXAS, Xosé. **Imaginarios y representaciones de España durante el franquismo**. Madrid: Casa de Velásquez, 2014.

BOX VARELA, Zira. **La fundación de un régimen**: La construcción simbólica del franquismo. 480f. Tese (Doutorado em sociología). Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Ciencias Políticas y Sociología. Departamento de Historia del Pensamiento y de los Movimientos Sociales y Políticos. Madrid, 2008.

BUADES, Josep M. **A Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Contexto, 2013.

CARR, Raymond. **España 1808-2008**. Barcelona: Editorial Planeta, 2007.

\_\_\_\_\_. **España: 1808-2008**. Barcelona: Editora Ariel, 2009.

\_\_\_\_\_. **España: de la Restauración a la democracia (1895-1980)**. Barcelona: Editora Ariel, 1983.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional** n°6 (2), 2001. p. 93-112.

CHARTIER, Roger; ARIÈS, Philippe (Org.). **A história cultural**: entre práticas e representações. Difel Lisboa/Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2002

\_\_\_\_\_. **España**: de la Restauración a la democracia, 1875-1980. Barcelona: Editora Ariel, 1983.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, 2007, p. 253-270.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. \_\_\_\_\_, Ridendo Castigat Mores, 2001.

ELLIOTT, John H. **España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)**. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2010.

\_\_\_\_\_. **La España imperial**: 1469-1716. Barcelona: Editorial vicens-vives, 2012.

ESPAÑA. Decreto de 23 de junio de 1931. Creación de 7.000 plazas de Maestros y Maestras con destino a las escuelas nacionales. In: MOLERO PINTADO, Antonio (org.). **Historia de la educación en España: IV - La educación durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)**. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1991. p. 144-146.

ESPAÑA. Decreto de 29 de septiembre de 1931. La reforma de la escuela normal. In: MOLERO PINTADO, Antonio (org.). **Historia de la educación en España: IV - La educación durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)**. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1991. p. 155-162.

ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Decreto n° 180 de 14 de enero de 1937, creando la delegación para Prensa y Propaganda. Burgos, Año II, N° 89, 17 de jan. de 1936.

ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Ley Estableciendo la Organización Administrativa da que ha de ajustarse la nueva estructuración del Estado. Burgos, Año I, N° 1, 2 de oct. de 1936. Disponible em: < <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1936-9134> >. Acesso em 02 mar. 2021.

ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Ministerio de Educación Nacional. Circular recordando la relativa al ejercicio del Mes de María en las Escuelas. Burgos, año IV, N°. 124, p. 2452, 4 de mai. de 1939.

ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Ministerio de Educación Nacional. Orden de 27 de julio de 1939 creando en las Escuelas Nacionales, Municipales, públicas y privadas la Fiesta de la Exaltación de la Santa Cruz. Burgos, año IV, N°. 213, p. 4197, 27 de jul. de 1939.

ESPAÑA. **Boletín Oficial del Estado**. Ministerio del Interior. Habiéndose padecido error en la publicación de la Ley de este Ministerio, fecha de ayer, 23 de abril, se reproduce a continuación debidamente rectificada. Burgos, N.º. 550, p. 6938-6939, 24 de abr. de 1938.

ESPAÑA. Orden de 12 de enero de 1932. Sobre la escuela laica. In: MOLERO PINTADO, Antonio (org.). **Historia de la educación en España: IV - La educación durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)**. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1991. p. 163-165.

FERNÁNDEZ, Roberto. Cataluña en las Españas del setecientos. **Pedralbes**: Revista d'història moderna, 28, Barcelona, (2008), p. 387-434.

FERREIRA, Nayade. Dios, pátria y familia: el lema fascista que Bolsonaro evocó para las elecciones municipales. **Caras y caretas** – edición online. Disponible en: < <https://www.carasycaretas.com.uy/lema-fascista-que-bolsonaro-brasil/> >. Acceso en: 17 de jun. de 2021.

FILHO, João. Sob Bolsonaro, Polícia Federal é usada como órgão de perseguição política. **The Intercept Brasil**. Disponible en: <<https://theintercept.com/2021/04/25/bolsonaro-pf-policia-federal-usada-orgao-perseguiacao-politica/>>. Acceso en: 17 de jul. de 2021.

FUSI, Juan Pablo. España. **La evolución de la identidad nacional**. Madrid: Temas de hoy, 2000. p. 93-107.

FUSI, Juan Pablo. **Historia Mínima de España**. Madrid: Turner Publicaciones, 2012.

GALLOWAY, Heather. Remembering the roses: Spain second only to Cambodia for missing person as mass womens grave is set to be opened in Andalusia. **The Olive Press**. Disponible en: < <https://www.theolivepress.es/spain-news/2019/07/06/remembering-the-roses-spain-second-only-to-cambodia-for-missing-persons-as-mass-womens-grave-is-set-to-be-opened-in-andalusia/> >. Acceso en 10 de ago. de 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIMÉNEZ MARTÍNEZ, Miguel Ángel. La cuestión religiosa como factor de conflictividad política durante la Segunda República. **Cahiers de civilisation espagnole contemporaine**, n.º16, 2016. p. 1-24.

GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**. Guarulhos, n.08, 2º semestre de 2014. p.44-53.

GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos. Ortega y Gasset ante las derechas españolas. **Revista de Estudios Políticos** (nueva época), Núm. 133, Madrid, julio-septiembre (2006), p. 59-116.

GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNÁNDEZ CHINARRO, Oscar. La huelga de 1927 en Madrid. **Historia 2.0**, Año III, No. 6, Bucaramanga, Julio-Diciembre 2013, p. 109-131.

HERNÁNDEZ LUIS, José. Prensa y propaganda en los albores de la Guerra Civil. *Heraldo de Zamora*: julio-octubre de 1936. **El Futuro del Pasado**, n.º 5, 2014, p. 379-411.

HERNÁNDEZ RAMOS, Pablo. Consideración teórica sobre la prensa como fuente historiográfica. **Historia y comunicación social**, n° 22.2, 2017, p. 465-477.

JÍMENEZ MORENO, Luis. Crisis de la modernidad en el pensamiento español: desde el Barroco y en la europeización del siglo XX. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**, n° 10, Editorial Complutense, Madrid, 1993. p. 93-118.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

LEITE, Carlos Henrique F. Teoria, metodologia e possibilidades: Os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, vol. 7, n° 1, 2015, p. 3-17.

LIMA, Daniele Alves. **La gaita y la lira: José Antonio Primo de Rivera, Falange Espanhola das JONS e a construção da Nova Espanha (1933-1936)**. Dissertação (Mestrado em História). 169 f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

LORENZO, Sergio. Los concejales asesinados y olvidados. **Hoy**, nov. 2015. Disponível em: < <https://www.hoy.es/caceres/201511/15/concejales-asesinados-olvidados-20151115004026-v.html> >. Acesso em 02 mar. 2021.

LOYN, Henry R. (org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LYNCH, Jonh. **Historia de España: 5 – Edad Moderna: Crisis y recuperación, 1598-1808**. Barcelona: Editorial Crítica, 2005.

MANIFESTANTES presos por faixa ‘Bolsonaro genocida’ em protesto são liberados. **RBA Rede Brasil Atual**. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/03/manifestantes-presos-faixa-bolsonaro-genocida/> >. Acesso em 17 de jun. de 2021.

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. (orgs.). **História moderna através de textos**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. \_\_\_\_\_: Ridendo Castigat Mores, 2000.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. In: \_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico: O socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. A Reforma. In: **O nascimento da política moderna: de Maquiavel a Hobbes**. Brasília: Editora UNB, 2015. p. 91-113.

MLODINOW, Leonard. **Subliminar: Como o inconsciente molda nossas vidas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

MOLERO PINTADO, Antonio (org.). **Historia de la educación en España: IV - La educación durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)**. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1991.

MONASTA, Atílio (Org.). **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MULHER é presa em protesto contra motociata de Bolsonaro em Porto Alegre. **Correio Braziliense**. Disponível em: < <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/07/4936803-mulher-e-presa-para-bater-panela-em-protesto-contramotociata-de-bolsonaro.html> >. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. \_\_\_\_\_: Ruriak Ink, 2013.

\_\_\_\_\_. **Espanha invertebrada. Bosquejo de algunos pensamientos históricos**. Madrid: Calpe, 1934.

PAREJO FERNÁNDEZ, José Antonio. ¿Quiénes fueron los falangistas? Jornaleros y señoritos convivieron en este movimiento ideológico. **Andalucía en la historia**, ano V, n° 19, 2008, p. 64-67. Disponível em: < <https://idus.us.es/handle/11441/70135> >. Acesso em: 20 mar. 2021.

PAULUZE, Thaiza. Casal é impedido de se vacinar com camisa contra Bolsonaro no Rio. **Folha de São Paulo**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/07/casal-e-impedido-de-se-vacinar-com-camisa-contrabolsonaro-no-rio.shtml> >. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e terra, 2007.

PÉREZ-AGOTE, Alfonso. Sociología histórica del nacional-catolicismo. **Historia Contemporánea**, n° 23, 2003. p. 207-237.

PEREZ NUÑEZ, Javier. Los debates parlamentarios de la Ley Municipal de 1840. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, n° 93, julio-Septiembre 1996, p. 273-291. Disponível em: < <https://recyt.fecyt.es/index.php/RevEsPol/article/viewFile/46781/28265> >. Acesso em 20 de jun. de 2020.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro. La historia de la propaganda: Una aproximación metodológica. **Historia y comunicación social**, n° 4, 1999, p. 145-171.

PULPILLO LEIVA, Carlos. La configuración de la propaganda en la España Nacional (1936-1941). **La Albolafia: Revista de Humanidades y Cultura**, n° 1, 2014, p. 115-136.

QUIROGA (Org.). **Los procesos celebres seguidos ante el tribunal supremo en sus doscientos años de historia – Siglo XX**. Madrid: Tribunal Supremo, Boletín Oficial del Estado, 2014.

RAMOS, Rubia de Araújo. **Sujeito e modernidade na perspectiva de Touraine**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 151 f. Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013.

RINA SIMÓN, César. Las “guerras de la memoria” entre militares y falangistas en Cáceres. In: RUIZ CARNICER, Miguel Angel (Org.). **Falange, las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975)**, v. 2, 2013, p. 444-462.

RÜSEN, Jörn. **História Viva - Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da UNB, 2007.

\_\_\_\_\_. **Aprendizagem histórica: Fundamentos e Paradigmas**. Curitiba: W & A Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. Experiência, interpretação e orientação: As três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p. 71-82.

\_\_\_\_\_. Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p. 83-97.

\_\_\_\_\_. **Razão histórica – Teoria da História: Fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UNB, 2001.

\_\_\_\_\_. **Que es la cultura histórica?:** Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Tradução : F. Sánchez Costa e Ib. Schumacher de K. Füssmann , R. H. T. Grütte & J. Rösen (eds), Historische Faszination, GeschichtsKultur Heute (p. 3-26). Keulen: Böhlau, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALAZAR ACHA, Jaime de. La limpieza de sangre. **Revista de la Inquisición**, n.º 1. Editorial Universidad Complutense, Madri, 1991. p. 289-308.

SÁNCHEZ RECIO, Glicerio. (Org.). **El Primer franquismo (1936-1959).** Madri: Marcial Pons, 1999.

SAZ, Ismael. Fascismo y nación en el régimen de Franco. Peripecias de una cultura política. In: RUIZ CARNICER, Miguel Angel (Org.). **Falange, las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975).** Zaragoza: Instituto Fernando el Católico, 2013. p. 61-76.

SEGALLA, Vinicius. País vive “pandemia” de repressão policial irregular a protestos contra Bolsonaro; veja 6 casos. **Brasil de Fato.** Disponível em: <  
<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/16/pais-vive-pandemia-de-repressao-policial-irregular-a-protestos-contrabolsonaro-veja-6-casos> >. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

SILVA, Francisco Carlos. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão [et al.] (orgs.). **O século XX: O tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 11-164.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

TREVOR-ROPER, H. R. Religião, reforma e transformação social. In: MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. **História moderna através de textos.** São Paulo: Contexto, 2010.

TUSELL, Javier. **Historia de España en el siglo XX: III – La dictadura de Franco.** Madri: Taurus, 1999.

UGARTE, Javier. El carlismo hacia los años treinta del siglo XX. Un fenómeno señal. **AYEH**, nº 8; 2000. p. 155-183.

VILAR, Pierre (Org.). **Breve historia de Cataluña.** Barcelona: Edicions UAB, 2013.

\_\_\_\_\_. **La historia de España.** Barcelona: Grijalbo, 1978.